Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso**

Director **A. Ruella Ramos**

ANO 55.º/18 964 4$00

QUINTA-FEIRA 29 JANEIRO 1976

Braga
A-Ver-o-Mar
Póvoa de Varzim
Covilhã

ONDA DE ATENTADOS

Engenhos explosivos em Braga e um prolongado incendio na Covilhã destruíram esta noite prédios em ambas as cidades onde se encontravam instaladas as sedes de vários partidos de esquerda e sindicatos. No caso da capital minhota diria um porta-voz da Polícia: «Foi obra de profissionais».

Entretanto em A Ver-o-Mar o pároco local, Ângelo da Venda, que teve um agudo contencioso com as autoridades eclesiásticas do Arcebispado de Braga (a ponto de ser excomungado) e com caciques da terra, confirmou-nos hoje de manhã o rebentamento de outro engenho, este na casa paroquial: quinhentos contos de prejuízo. Uma quarta terra em foco foi a Póvoa de Varzim, mas aqui registou-se apenas um petardo de fraca potencia.

Muita coisa pode, aliás, entender-se pela simples leitura de uma peça significativa que publicamos sobre o E.L.P./M.D.L.P., organizações aparentemente não coesas mas que são, afinal, duas faces da mesma moeda (ler na pág. 8). Os «elpistas» parecem estar por trás desta onda de atentados que assolou o Norte do País e a capital textil da Beira Baixa.

SETE BOMBAS EM BRAGA

. BRAGA, 29 — Foram esta manhã praticamente destruídos à bomba quatro sindicatos e as instalações da União dos Sindicatos e do Inatel nesta cidade.

Com efeito, cerca das três horas da madrugada a capital do Minho foi acordada por um estrondo vindo dos lados da Praça do Município, onde está situada a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. No espaço de cinco minutos, se tanto, outros cinco rebentamentos haveriam de ouvir-se: nos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Trabalhadores de Calçado e Maleiros, na sede da U.D.P., na União dos Sindicatos e no Banco Totta e Açores. Foram ainda destruídas as instalações do Sindicato dos Trabalhadores de Garagens.

O engenho de maior violência terá sido o que rebentou no Sindicato da Construção Civil, cujas instalações ficaram totalmente destruídas. A explosão destruiu também as instalações da empresa de camionagem «Sotube», situada no rés-do-chão, onde aliás funcionava também o Sindicato dos Trabalhadores de Garagens.

De grande potência foi igualmente a deflagração registada no Sindicato dos Metalúrgicos situado num prédio novo e alto da Rua de Santo André. São avultados os estragos causados no prédio, bem como os prejuízos registados nos prédios do outro lado da rua e em vários automóveis estacionados naquela artéria.

Situado num primeiro andar da Rua de S. Marcos, artéria estreita, o Sindicato dos Trabalhadores de Calçado e Maleiros ficou também bastante danificado. A bomba parece ter sido colocada na varanda do prédio e o rebentamento estilhaçou praticamente todos os vidros dos imóveis da rua. Os carros ali estacionados também foram atingidos.

As instalações da União dos Sindicatos, na Avenida Central, em cujo prédio também está o Inatel, sofreram bastantes danos dada a potência do engenho. Tal como no Sindicato dos Maleiros, o engenho terá sido colocado na varanda do edifício. Próximo da «União», está instalado o Banco Totta e Açores, na porta do qual foi também colocado um petardo. Este, porém, de fraca potência, causou no entanto alguns prejuízos no interior e particularmente nos vidros.

Quanto à sede da U.D.P., sita na Rua D. Pedro V, a violência da explosão destruiu as paredes interiores, bem como todo o recheio. As paredes exteriores apresentam também fissuras.

Segundo a P.S.P. de Braga, as explosões foram «obra de profissionais».

Não se verificaram quaisquer vítimas pessoais em qualquer dos atentados.

Refira-se que esta é a segunda vez que em Braga são atacadas as organizações sindicais. Recorda-se também que de há algum tempo a esta parte os trabalhadores de Braga têm desenvolvido campanhas contra o aumento do custo de vida e contra o saneamento do delegado do Ministério do Trabalho, bem como contra a suspensão da contratação colectiva. Interessará ainda referir que no último sábado se realizou uma manifestação convocada por vários sindicatos do distrito de Braga, entre os quais os que hoje foram alvo da vaga terrorista.

BOMBA NA CASA PAROQUIAL DE A-VER-O-MAR

PORTO, 29 — Esta madrugada, às 4 e 10, rebentou um petardo na residência paroquial de A-Ver-o-Mar, cujo pároco, revendo Ângelo, chegou a ser excomungado pelo arcebispo de Braga.

O engenho, atirado pela bandeira da porta do rés-do-chão para o interior da dependência religiosa, causou avultados estragos, que ascendem a mais de 500 contos. O rebentamento deu-se mesmo por baixo do local onde dorme o pároco e os seus familiares, provocando, para além de estragos no interior do edifício, fissuras nas paredes exteriores. Os tectos caíram e o soalho do primeiro piso (zona residencial) ficou totalmente levantado. Não se verificaram, porém, danos pessoais.

Em contacto esta manhã, com o pároco Angelo da Venda, afirmou-nos este sacerdote que a G.N.R. já tem umas pistas, pois pouco antes da explosão entrou um carro na residência de um cacique local

Continua na pág. 5

Farmácias com polícia à porta

A onda de assaltos a farmácias de Lisboa exige a presença de um agente da autoridade à porta de cada um destes estabelecimentos: acontece todos os dias, a partir da meia-noite, junto às farmácias de serviço. Pretende-se, desta forma, frustrar novas tentativas de roubo de estupefacientes, uma das principais razões que tem levado jovens ao assalto.

VASCO LOURENÇO GARANTE SANÇÕES CONTRA ACTOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Dirigindo-se aos soldados em formatura, durante a visita que fez esta manhã à Escola Prática de Transmissões, o brigadeiro Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa, voltou a pôr a tónica da instrumentalização das Forças Armadas, um perigo que neste momento vem da direita.

«Quem entrar os muros de uma Unidade como militar, e vier enfeudado a um partido político, ou intencionalmente procure impor a sua ideologia como forma de instrumentalizar os seus camaradas para atitudes antidemocráticas, esquece-se que um povo não é um rebanho guiado por um pastor qualquer, ajudado por fiéis cães de guarda. Nesse sentido, o Conselho da Revolução está perfeitamente determinado a expulsar das Forças Armadas, com todas as consequências que isso comporta, todo e qualquer militar que proceda a acções que visem desviar as Forças Armadas de isenção partidária, que constitui a sua essência num regime democrático.»

. Lembrou depois que a nossa História, em períodos semelhantes ao que agora vivemos, apresenta exemplos bem claros e que já em 1820, quando da Revolução liberal, e mais tarde em 1910, quando da implantação da República, as Forças Armadas portuguesas tomaram posição a favor de regimes democráticos, mas, envolvendo-se, ou deixando que as envolvessem em conflitos e lutas partidárias, acabaram por não evitar o regresso a regimes ditatoriais e de opressão. Acabaram mesmo por ser o agente activo da criação desses regimes ofensivos à dignidade humana.

Outro ponto focado foi a aproximação da campanha eleitoral e as situações de tensão que pode «redobrar e explodir confrontos partidários ideológicos, muitas vezes podendo assumir carácter agressivo, que alguns poderão querer transportar para o interior dos quartéis. As Forças Armadas têm que se manter afastadas disto! Têm que opor a tal clima a serenidade e a consciência do seu papel, como garante de uma vivência democrática. Porque se os partidos esgrimem com ideias, os militares possuem espingardas! Também neste sentido, temos de denunciar os actos de terrorismo ou outras acções de força que muitos elegem como a sua forma de «liberdade de expressão».

Vasco Lourenço afirmaria ainda que não é com bombas, com barricadas, com ocupações selvagens, com ameaças, com autênticos ulti-

Continua na pág. 5

20 PÁGINAS

MANDATOS DE SOLTURA EXPEDIDOS PARA CUSTÓIAS

(Pág. 5)

DISCURSO DE ARIAS NAVARRO DECEPCIONA A OPOSIÇÃO

(Pág.13)

Nacional

MELO ANTUNES NO REGRESSO DE BRUXELAS

Nem a médio prazo poderemos entrar no Mercado Comum

«Assiste-se a um avanço da direita e a um recuo das forças de esquerda, mas as forças democráticas e progressistas são suficientemente fortes para impedir o regresso a um regime fascista» — declarou ontem o major Melo Antunes à sua chegada a Lisboa, no regresso de Bruxelas, onde permaneceu durante três dias para conversações com membros do Governo belga e da C. E. E.

Referindo-se à prisão de Otelo Saraiva de Carvalho, em resposta a perguntas que lhe foram dirigidas, Melo Antunes afirmou que a sua prisão não constituiu um golpe fatal para a evolução democrática de Portugal, sublinhando que Otelo encorajara, pelo menos moralmente, «os conspiradores militares e civis do 25 de Novembro».

Salientou depois que «sem uma verdadeira união da esquerda, sem um pacto entre socialistas e comunistas, não haverá progressos para um novo modelo de sociedade nos países da Europa».

Sobre as negociações com o Mercado Comum, Melo Antunes considerou que a situação económica portuguesa não permite a inclusão de Portugal nela a curto nem a médio prazo, como membro de pleno direito.

Melo Antunes confirmou também que se avistará em breve com o seu homólogo espanhol, num encontro que se insere no âmbito das relações entre Portugal e a Espanha «depois de um período de certa tensão, devido a acontecimentos que todas as pessoas conhecem e que prejudicaram bastante as nossas relações». Destacou a intenção de renovar essas relações «numa nova base, tendendo para o fortalecimento da amizade entre os dois povos e mesmo para a cooperação, que em muitos domínios pode ser realizada com proveito para ambas as partes».

Salientou que teremos «uma atitude de simpatia actuante para todo o processo de evolução no sentido democrático em Espanha», acrescentando que a recusa do Governo de Madrid em conceder autorização de residência ao ex-general Spínola foi bem vista em Lisboa.

O M P L A GANHARÁ

Abordando o problema angolano no decorrer de uma conferência de Imprensa ontem realizada em Bruxelas, o major Melo Antunes tinha afirmado que «o Governo português está convencido de que dentro de pouco tempo, com ou sem ajuda da União Soviética e de Cuba, o M. P. L. A., ganhará, porque tem o apoio da maioria da população.»

Interrogado se Portugal reconhecerá em breve o M. P. L. A. respondeu que aguardamos «o momento justo de reconhecer um Governo na capital que esteja em posição de controlar a maior parte do território com o apoio do povo. Penso neste momento que o M. P. L. A. está em boas condições de ser esse Governo».

No ALGUEIRÃO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda na TABACARIA MIMO

APOIO DA C.E.E. A PORTUGAL (e independência nacional)

A recente visita de Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Bruxelas, está relacionada com a concessão de um auxílio urgente de 180 milhões de dólares (cerca de quatro milhões e meio de contos) pela C.E.E. (Comunidade Económica Europeia), e com a negociação de um novo acordo de comércio livre, ampliado e melhorado, entre os nove países daquela comunidade e Portugal. Este auxílio, que tinha sido recusado, em Junho do ano passado, por se achar que Portugal «não dava todas as garantias de uma democracia pluralista», foi prometido em Outubro, durante a reunião do Parlamento Europeu (Luxemburgo), onde também esteve Melo Antunes.

O auxílio da C.E.E. a Portugal realizar-se-á em três fases. O auxílio urgente, concedido em Outubro de 1975, deve servir para financiar projectos industriais em Portugal; inclui um empréstimo de 180 milhões de dólares, com a bonificação do juro de 3 por cento, a cargo do orçamento da C.E.E., e será fornecido pelo Banco Europeu de Investimento. Segundo declarações de Max Van der Stoel, ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda durante a recente visita a Lisboa, o seu país apoia a concessão de um crédito de 400 milhões de «unidades de conta» (cerca de 15 milhões de contos em moeda portuguesa) e espera que os restantes membros da C.E.E. dêem também o seu acordo a este empréstimo. Segundo parece, o ministro holandês partilha dos pontos de vista do seu homólogo português, cujas iniciativas tem apoiado. Recordemos que a concessão do crédito de 150 milhões de dólares pelo Parlamento Europeu reunido no Luxemburgo foi procedida de uma rápida visita da mesma personalidade a Portugal.

Além do auxílio urgente serão feitas negociações para um acordo de comércio livre ampliado e melhorado, para o qual o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos nove países da Comunidade já deu, em 20 do corrente, luz verde.

Este auxílio parece vir a reforçar «a tendência progressiva para a consolidação das relações entre os Estados europeus,» conforme declarou Melo Antunes durante um almoço em Bruxelas, para o qual foi convidado juntamente com Joseph Luns, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Belga, R. Van Eslande. «Portugal» — afirmou — «deseja dar o seu maior contributo para a consolidação desta tendência progressiva nas relações entre os Estados europeus». A nossa ligação à Europa exprime-se em vários aspectos. Exprime-se, antes de mais, através da pertença a uma mesma comunidade cultural. Mas exprime-se igualmente através de profundos laços económicos. Com efeito, o nosso comércio externo está voltado por tradição para a Europa Ocidental, e a desejável diversificação das nossas trocas externas deve ter em conta o facto de que a Europa Ocidental, por razões estruturais, ocupará sempre um lugar fundamental entre os nossos parceiros comerciais.

«É dentro deste contexto» — afirmou a finalizar — «que encaramos uma relação dinâmica e intensa, a todos os níveis, com as nações da Europa Ocidental, aliadas e associadas tradicionais do nosso País, como um dos vectores fundamentais da nossa política externa, voltada para uma autêntica independência nacional e uma efectiva democratização das relações internacionais».

DUZENTOS MILHÕES DE DÓLARES DE AJUDA AMERICANA A LISBOA

Atingirá o montante de 200 milhões de dólares (cerca de 5.5 milhões de contos, câmbios feitos) o auxílio que os Estados Unidos vão prestar a Portugal, revelou ontem o embaixador Vasco Vieira de Almeida em declarações à Imprensa após a primeira reunião entre as delegações portuguesa e norte-americana para tratar das condições em que deve vir a ser feita a concessão. A importância do auxílio deverá ter aplicação exclusivamente em infra-estruturas sociais — especialmente nos campos da saúde, da habitação e da educação. A importância será aplicada dentro dos próximos doze meses e a sua concessão depende dos projectos que Portugal apresentar e do parecer duma equipa de peritos que deverá deslocar-se brevemente a Portugal para os estudar com mais detalhe. Admite-se ainda a hipótese de os Estados Unidos virem também a fornecer assistência técnica em vários sectores de actividade, e bem assim outro auxílio financeiro para apoio à integração dos retornados no circuito económico-social.

As conversações começaram ontem no Ministério dos Negócios Estrangeiros. A delegação portuguesa é chefiada por Vasco Vieira de Almeida. À cabeça da delegação norte-americana está o embaixador Frank Carlucci. Da delegação portuguesa fazem parte ainda Fernando Silva Marques, Paulo Eanes e José António Ribeiro, todos do M.N.E., e ainda Maria Alexandrina Costa Gomes, do Ministério das Finanças. A delegação norte-americana integra técnicos da A.I.A. (Agência Internacional para o Desenvolvimento), um perito financeiro do Departamento de Estado e um consultor económico da embaixada dos Estados Unidos em Lisboa.

As actuais negociações têm um carácter preliminar. «Em termos concretos estamos praticamente no ponto zero das conversações» — dizia Vasco Vieira de Almeida aos jornalistas antes de a reunião de ontem começar. Trata-se de «fazer o ponto das necessidades de Portugal em termos de apoio financeiro e técnico dos Estados Unidos, bem como dos próprios interesses específicos dos americanos nas áreas em que eles se consideram mais aptos a contribuir para esse apoio.»

«Isto — disse ainda o chefe da delegação portuguesa — faz parte de um conjunto global de negociações em que se pretende coordenar o auxílio com carácter bilateral, num esquema em que faça sentido, pelo que se tornou indispensável este primeiro contacto destinado a obter uma panorâmica o mais geral possível dos campos com maior urgência de auxílio para os quais os americanos podem contribuir.»

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: Praça D. Luís, 17, 1.º - Dt.º — Telef. 66 11 02/3 — LISBOA-2

ELEIÇÕES PARA OS CORPOS GERENTES NO TRIÉNIO 1976 - 1979

COMUNICADO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL :

Nos termos do n.º 1 do Art.º 74 dos Estatutos informam-se os sócios do Sindicato que as **Mesas de Voto funcionarão nos seguintes locais :**

Sede do Sindicato (duas mesas) — Praça D. Luís, 17 - 1., Lisboa.
Delegação de Vila Franca de Xira (uma mesa) — Rua Serpa Pinto, 136 - 2.º
Delegação de Torres Vedras (uma mesa) — Praceta Dr. Moura Guedes, 6 - c/v Esq.
Moscavide (uma mesa), Rua António Maria Pais, 6-A — Grupo de Teatro os «Bonecreiros».
Algés (duas mesas), Sede da Comissão de Moradores — Av. dos Bombeiros.
Queluz Ocidental (duas mesas) — Bairro da Caixa — Rua Diogo Cão, lote 6/8.
Pontinha (uma mesa) — Rua Engenharia n.º 1 — Infantário — Comissão de Moradores.
Odivelas (uma mesa) — Junta de Freguesia — Rua Guilherme Gomes Fernandes.
Algueirão (uma mesa) — Sociedade Progresso Club — Junto à estação de caminho-de-ferro.
Santo António dos Cavaleiros (uma mesa) — Snack Bar da Icesa.
Póvoa de Santa Iria (uma mesa) — Junta de Freguesia.
Oeiras (uma mesa) — Câmara Municipal de Oeiras.

C A M A R A D A :

Informa-se uma vez mais, que, nos locais de voto, existem listas à tua disposição.

Lisboa, 28 de Janeiro de 1976

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

TRATADO DE ECONOMIA MARXISTA
de Ernest Mandel
Edição Delfos
DISTRIBUIÇÃO / QUADRANTE

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS
ÓPERA no COLISEU DOS RECREIOS
HOJE, 29 DE JANEIRO, ÀS 21 HORAS
AIDA (G. VERDI)
Elenco: MARIA LUISA CIONI, CRISTINA ANGUELAKOVA, NICOLA MARTINUCCI, GIULIO FIORAVANTI, ÁLVARO MALTA, CARLOS FONSECA, ELIZETTE BAYAN, FERNANDO SERAFIM.
Direcção Musical: SILVA PEREIRA — Encenação: GIUSEPPE DE TOMASI
ORQUESTRA DO TEATRO DE S. CARLOS • CORO DO TEATRO DE S. CARLOS
• São válidos para esta récita os bilhetes com a data de 27 - 1 - 1976, que, no entanto, poderão ser devolvidos contra reembolso até à hora do início do espectáculo.

post scriptum

Retornado e despojado, com ameaça de despejo

Retornado de Angola e despojado de tudo, com 25 anos de permanência consecutiva naquele território, fui forçado em Fevereiro do ano transacto, por motivos de segurança, a retirar a mulher e dois filhos menores para Portugal onde ficaram instalados em casa dum cunhado.

Aconteceu que em Abril do mesmo ano, foi concedida àquele familiar uma residência do Estado, lógico portanto, que me tenha cedido a casa, uma vez que a família já se encontrava como ocupante e também pela grande dificuldade de alugueres, matrículas escolares e outros.

Do facto de continuar em Angola até Outubro último não foi viável a substituição do contrato de arrendamento, bem como os mesmos de água e luz, que como é natural passaram a meu cargo.

Depois de tantos desaires e contrariedades escusados de enumerar, acabo de ter como presente de Ano Novo a visita dos senhores que herdaram o imóvel de 8 inquilinos (4 andares), sito no Largo Carlos Paredes, n.º 7 na Reboleira, exigindo a nossa retirada imediata do rés-do-chão direito que ali ocupamos, baseados na falta do respectivo contrato, que as circunstâncias já expostas não permitiram a seu tempo realizar com o procurador do edifício.

Apelo para as suas consciências, pois não posso de modo algum consentir que a família seja lançada à rua e ainda mais quatro parentes que recolhi, pois nada sabem do seu chefe que continua em Angola sem dar sinal de vida, nada os conseguiu demover, principalmente a senhora que afirma que o prédio é seu, que este só lhe dá prejuízo, que regressaram agora do Brasil e não podem pagar rendas (o marido é mestre de obras), e que, de qualquer modo, a lei lhe confere o direito de, ao necessitar de alojamento, exigir a saída do último inquilino no prazo de 30 dias, mesmo que munido de contrato!

. Note-se que embora sem contrato, não sou o último inquilino, não ocupei pela força ou arrombamento, tenho vindo a pagar a renda mensal de **1650$00** desde Maio e a partir do corrente mês terei de liquidar na Caixa Geral de Depósitos porque os senhorias proíbiram o procurador de aceitar mais rendas, garantindo que vai imediatamente intentar uma ordem de despejo!

. Pelo exposto, espero encontrar o apoio de quem de direito, para que estes proprietários não façam prevalecer os seus intuitos, contrariando e opondo-se ao Socialismo que o Estado e o povo tanto anseiam.

Luís Oscar Santos — Reboleira

Aperceberem-se a tempo das manobras

Para mim, socialismo só é possível através de uma política de verdade. Não é com decisões nas costas do povo que o mesmo socialismo se contrói. Como pode haver socialismo sem a colaboração de todos nós? Claro que não pode haver. É necessário que todos se integrem no processo político da Nação, que todos possam dar o seu contributo activo para a construção desse socialismo.

Para que todos contribuam, torna-se também necessário que se definam os objectivos a atingir.

Ora, o que tem acontecido?

1. Os objectivos foram traçados no programa do M.F.A. mas têm sido sucessivamente ignorados — é com o congelamento de salários e o aumento dos preços dos produtos alimentares básicos que a revolução se faz para as massas mais desfavorecidas deste País?;

2. Necessidade de unidade entre o Povo e as F.A. — mas que unidade, se as próprias Forças Armadas de deixam enlear por interesses não socialistas e se dividem?; mas que unidade se os partidos com mais responsabilidades na transformação social se guerreiam em vez de se unirem, chegando a provocar roturas entre as suas bases, quando os interesses são comuns;

3. Prendem-se aqueles que sempre se esforçaram por construir o socialismo — erraram?... mas será errar um crime?... — e libertam-se os que sempre sugaram o povo português — ah estes não erraram não, pois na prática sabem bem o que querem!...

Felizmente que constato que aqueles que até há pouco se alheavam do processo em curso, se começam aperceber de que estão a ser vítimas.

José Bernardo — Amadora

Respeitar o programa apresentado ao povo

Dizia, o «Diário de Lisboa» de 7 deste mês, a propósito de uma intervenção do deputado Kalidás Barreto, do P.S., na Assembleia Constituinte: «Com notável coerência e respeito pelo programa do seu partido (P.S.) o deputado...»

Tenho pensado desde há muito que o nosso povo, tão martirizado e intrujado, talvez passasse a merecer um pouco mais de respeito se na Constituição que os «nossos legítimos» representantes estão a preparar, ficasse consignada uma disposição muito simples, mas muito importante e necessária.

Se nos debruçarmos sobre os programas de todos os partidos, candidatos a direcções sindicais, órgãos de vontade popular, etc. verificamos que todos nos querem dar o Paraíso e a triste realidade é que continuamos a viver no inferno...

Por isso, como cidadão no pleno uso de todos os meus direitos (e obrigações), que não votou nem na social-democracia nem no «socialismo em liberdade» mas na liberdade em socialismo, propunha que na futura Constituição ficasse claramente expresso que todos os indivíduos que se candidatassem para representar quem quer que fosse, desde que não respeitassem e não cumprissem integralmente o programa que tivessem apresentado ao eleitorado, necessariamente claro, objectivo e sem sofismas, seriam punidos severamente.

J. Joaquim Silva — Lisboa

QUEM "VOS" DIVIDE? QUEM "NOS" DIVIDE?

FERNANDO PITEIRA SANTOS

. Em Setúbal, no refeitório do Regimento de Infantaria, segundo rezam os jornais, o brigadeiro Vasco Lourenço perguntou: «Porque nos dividimos nós? Quem nos divide? Quem se aproveita da relativa inexperiência e generosidade de jovens militares entusiastas e patriotas? Quem, com demagogia e por detrás de certas teorias, tenta confundir-nos e intoxicar-nos?»

Recorto a frase de Vasco Lourenço. «Capitão» de Abril? «Brigadeiro» de Novembro? Estas interrogações não as formulo por impertinente propósito especulativo. São perguntas que se impõem, que se encadeiam. Vive este homem um conflito de opções mal definidas? Ou é este homem uma personalidade dividida? Vasco Lourenço foi um interlocutor de certa esquerda e foi uma esperança de certa direita. E hoje, quando podíamos pensar que assistiríamos a uma ascensão irresistível, de Vasco Lourenço vêm palavras que exprimem preocupação. Dele parte a denúncia pública de uma direita que levanta cabeça, que recobra audácia, que ganha posições e recupera cumplicidades. Não hesita comprometer-se (ele, «brigadeiro» de Novembro), reafirmando-se «capitão» de Abril. O «capitão» contestatário, é hoje um «brigadeiro» contestado. Triunfo breve foi o seu, porque já ameaçado.

Da sinceridade das palavras que proferiu em Setúbal não temos razão para duvidar: «Continuo a ver cair nas prisões camaradas de armas que nos são queridos. A eles nos ligam laços de amizade, de camaradagem e de luta em comum, que não são fáceis de destruir ou esquecer.» Daí a interrogação amargurada: «Porque nos dividimos nós?». Daí a consciência alvoroçada que numa nova interrogação adianta já uma hipótese de resposta: «Quem nos divide?» E se é da unidade e da divisão dos «Capitães de Abril» que se trata, a pergunta leva consigo a resposta: quem «vos» divide são aqueles que querem enfraquecer a corrente revolucionária do «M. F. A.». Nesse trabalho de intriga e de intoxicação a perfídia contou com a colaboração de «maximalistas», de «sectários», de «triunfalistas» e também de irresponsáveis.

Esses erros têm preço. Esse preço estamo-lo a pagar. Mas é preciso que a penitência não exceda a culpa, por razões de moralidade prática. E é preciso que a excessiva crítica não represente uma valorização da argumentação do adversário, por razões de bom senso político. Critiquem-se os erros dos nossos companheiros de jornada, sem liquidar moralmente, civicamente, fisicamente, os nossos companheiros de jornada. Que eles são os nossos companheiros de jornada, é preciso não o esquecer. Como Vasco Lourenço e Francisco Charais parece que não estão dispostos a esquecer, pelo menos no caso de Otelo Saraiva de Carvalho. Mas será esse símbolo dos «Capitães de Abril», o único «Capitão de Abril»?

. O problema não se reduz a casos de amizade, de camaradagem, de fidelidade. Estamos perante um problema político. As perguntas de Vasco Lourenço, ditadas pela mágoa, pela camaradagem ferida, exigem uma resposta política. «Porque nos dividimos nós?» E nós, os não-militares, igualmente deveremos perguntar: «Quem «nos» divide?» Quem separa antifascistas *de* antifascistas, socialistas *de* outros partidários do socialismo, trabalhadores *de* intelectuais, trabalhadores *de* trabalhadores? Quem divide o Povo *do* M. F. A.? Quem abafa em decepção e em silêncio esse clamor de entusiasmo unitário e de energia revolucionária que se chamou «Aliança Povo-MFA»? Poderá ela ser dispensada? Poderá ser substituída pelos mecanismos clássicos da «democracia parlamentar»?

. Vasco Lourenço, nas Caldas da Rainha, não se coíbiu de afirmar: «As Forças Armadas, em qualquer país do mundo, são ou têm tendência para ser conservadoras. São conservadoras porque têm por missão principal, defender, conservar. Mas também podem e devem ser progressistas...». E, noutro passo da sua alocução, define esse carácter progressista: «...nós, em Portugal, por razões bem ponderosas e bem à vista de todos (e daí sermos um pólo de interesse e atenção de todo o Mundo), temos de, e queremos, ser progressistas. Rejeitando e combatendo os erros e as injustiças de certos progressismos, infelizmente, mas rejeitando e combatendo também imobilismos ultrajantes, será num equilíbrio dinâmico que encontraremos a nossa vocação nacional. Só assim conseguimos alcançar o que nos propusemos em 25 de Abril de 1974.»

. São os objectivos proclamados em «25 de Abril de 1974» e as conquistas do curso revolucionário que novamente estão postos em discussão; é a própria consolidação da vitória antifascista que está em causa. São evidentes os riscos; a ameaça reaccionária fala a convincente linguagem do terrorismo selectivo. Enquanto ardem as barbas do vizinho, explodem os seus automóveis, são destruídas as suas sedes, alguns distraem-se do comum perigo.

E Vasco Lourenço? Será capaz o «brigadeiro de Novembro» de tirar as consequências lógicas e políticas da «conclusão» que o «capitão de Abril» avançou em Setúbal?

. São palavras suas: «A única conclusão que podemos tirar é a de que os que hoje falam são os mesmos a quem era permitido falar antes de 25 de Abril».

Assim é. Porque o consentimos? Dividirmo-nos não será colaborar? Amordaçar os nossos companheiros de jornada não será o mesmo que facilitar o discurso (reaccionário) aos outros, aos «mesmos a quem era permitido falar antes de 25 de Abril»?

SAIGÃO NA REVOLUÇÃO

2. AS QUALIDADES ESPECÍFICAS DO SUL

HUGHES TERTRAIS

«90 por cento da população vietnamita vive da agricultura. O nosso país tem, ao todo, quarenta e cinco milhões de habitantes. Quantas pessoas há que vivem da agricultura?» Esta é, entre outras, uma pergunta **a que os jovens saigoneses** deviam responder ao dar entrada no liceu. Não se tratava de uma pergunta de geografia mas de matemática. Hoje, os vietnamitas já não limitam o seu raciocínio ao Sul ou ao **Norte. Eles vêem o país na sua totalidade: 320 000 quilómetros** quadrados e uma população quase igual à da França.

Desde Outubro de 1975 que as artérias da cidade estão novamente repletas de meninos de escola, de calção, e de meninas de túnica, que frequentam os estabelecimentos de **ensino agora públicos. O Sul** conta com quatro milhões de alunos. A universidade retomou também o trabalho, à excepção das faculdades de Letras e de Direito inadaptadas **à nova situação, e que este ano** não abrirão as suas portas. O ensino sai assim das suas limitações tradicionais: a educação popular nos bairros, onde os voluntários atacam o analfabetismo, tem tido um êxito incontestável.

Os jovens e os iletrados não são os únicos a dedicar-se ao estudo. Toda a sociedade do Sul anda, de facto, na escola, numa escola informal onde se aprendem novos dados da vida nacional. Os militares, os funcionários do antigo regime de Saigão — um milhão e quinhentas mil pessoas, muitas das quais esperavam ser fuziladas, — foram os primeiros a ser reeducados. Hoje, os quadros militares e políticos da antiga administração, são os únicos **a quem tal medida diz respeito.**

Reportangens televisionadas, **entrevistas com personalidades** que em dada altura foram célebres, trocas de cartas também, dão a conhecer às famílias saigoneses a vida de centros onde o trabalho é repartido entre o manual (geralmente agrícola), e o estudo a recreação (muitas vezes desportiva) e o serviço de cozinha ou de higiene. Quem não teve um marido, um irmão ou um primo, no exército? A inquietação das famílias é agora menos viva até porque os primeiros grupos de «reeducados» — trata-se na maior parte das vezes de técnicos — voltaram às suas casas e aos seus empregos, munidos de um atestado sobre a natureza e a duração do «estágio» — uma espécie de cartão de identidade.

Mas essa reeducação não diz simplesmente respeito àqueles que serviram o antigo regime. Todos são tocados pelo *hoc tap* — estudo ou reciclagem. Desta vez não se trata de vigilância nem de noites **passadas fora do lar, mas de** exposições, de discussões sobre a história recente do Vietname e sobre a política revolucionária, sobre temas também mais particulares. Dois exemplos: a Federação dos Sindicatos e a Associação dos intelectuais patriotas organizam encontros tanto para os vendedores de rua como para os professores.

Nos bairros, as sessões de estudo animam por vezes reuniões semanais, e até algumas *soireés* organizadas pelos Tô (grupos de umas vinte famílias). Fala-se nessas *soireés* da reunificação, das «novas regiões económicas», dos «capitalistas compradores» (ligados aos interesses estrangeiros), de problemas de história, das preocupações quotidianas.

Privilégio de «vencidos»? Não. Os combatentes do exército popular, os quadros revolucionários de todos os níveis, neutrais do Sul, do Centro ou do Norte, encontram-se assim periodicamente em estágios em que se trata de assuntos políticos ou científicos, às vezes de simples seminários. O estudo — político em especial — foi uma das ferramentas principais da resistência. Ele é hoje a condição principal, de certo modo cultural, da reconstrução do país e do seu desenvolvimento.

A conferência consultiva sobre a reunificação, levada a efeito em Saigão entre 15 e 21 de Novembro, pelas delegações do Norte e do Sul (os antigos da terceira força estavam largamente representados), **organizou a próxima** etapa da vida política: a das eleições gerais, fixadas para 25 de Abril.

A notícia foi recebida no Sul sem verdadeira emoção, pelo homem da rua e com **alívio por certos quadros, e teve o apoio de forças consideradas** ligadas ao antigo regime, como o arcebispado de Saigão.

A AUTONOMIA DOS COMITÉS MILITARES

A reunificação não surge somente como natural mas também como necessária. O presidente do GRP, Huynh Tan Phat explicou-o claramente: «Só com uma administração comum é que se pode elaborar, segundo as necessidades e as capacidades de todo o país, planos comuns para permitir à **nossa obra de edificação, em todos os planos (económico,** militar, cultural e social), atingir uma envergadura maior e moderna, e ao nosso povo atingir os países avançados».

O anúncio de uma reunificação rápida contribuiu para levantar certas ambiguidades. Este processo, sem dúvida rea-

Continua na pág. 4

Nacional

Supremo Tribunal Militar

Foram nomeados vogais do Supremo Tribunal Militar o contra-almirante da Reserva da Armada, Francisco Ferrer Caeiro, e os generais do Exército, na reserva, Tomás José Bastos Machado e António Franco Pinheiro. Vão substituir, respectivamente, o contra-almirante António Morgado Belo, e os generais António Amaro Romão e Júlio Manuel Pereira, que, por terem atingido o limite de idade, passaram à situação de reforma.

PUB

SINDICATO DA MESTRANÇA E MARINHAGEM DE CÂMARAS DA MARINHA MERCANTE

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 do corrente, foi aprovada por unanimidade uma

MOÇÃO

Antecedida da seguinte proposta :

Os trabalhadores da Mestrança e Marinhagem de Câmaras da Marinha de Comércio, reunidos em Assembleia Geral em 26 do corrente, na Casa dos Marinheiros Mercantes, na Calçada Salvador Correia de Sá, 42 em Lisboa;

Considerando o aumento do custo de vida que se vem agravando de mês para mês;

Considerando que após as negociações o Contrato Colectivo de Trabalho para a Marinha de Comércio foi aceite e assinado pelas partes interessadas, nomeadamente Trabalhadores e Comissões Administrativas,

Propomos que seja processada a retroactividade e posto em prática de imediato o Contrato Colectivo de Trabalho já assinado com a data de 27 de Novembro de 1975.

Exigimos ainda a publicação imediata no Boletim do Ministério do Trabalho, do Contrato Colectivo de Trabalho, e que esta moção seja divulgada através dos órgãos da Imprensa e da radiodifusão.

Lisboa, 28 de Janeiro de 1976

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
(Interino)
a) **Tiago dos Santos Gouveia**

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

ELEIÇÕES

REGULAMENTO ELEITORAL

De acordo com o Regulamento Eleitoral aprovado no plenário de dia 20 de Janeiro, vem a CDP informar a classe que :

1) As eleições se realizam no **dia 25 de Março de 1976.**
2) As listas concorrentes devem ser entregues na sede do Sindicato **até às 21.00 horas do dia 6 de Fevereiro de 1976.** (Rua das Gaivotas, 6).
3) Quer os candidatos, quer os eleitores deverão estar no pleno gozo dos seus direitos sindicais, **sindicalizados até 31 de Janeiro de 1976 e com a quota de Janeiro paga.**

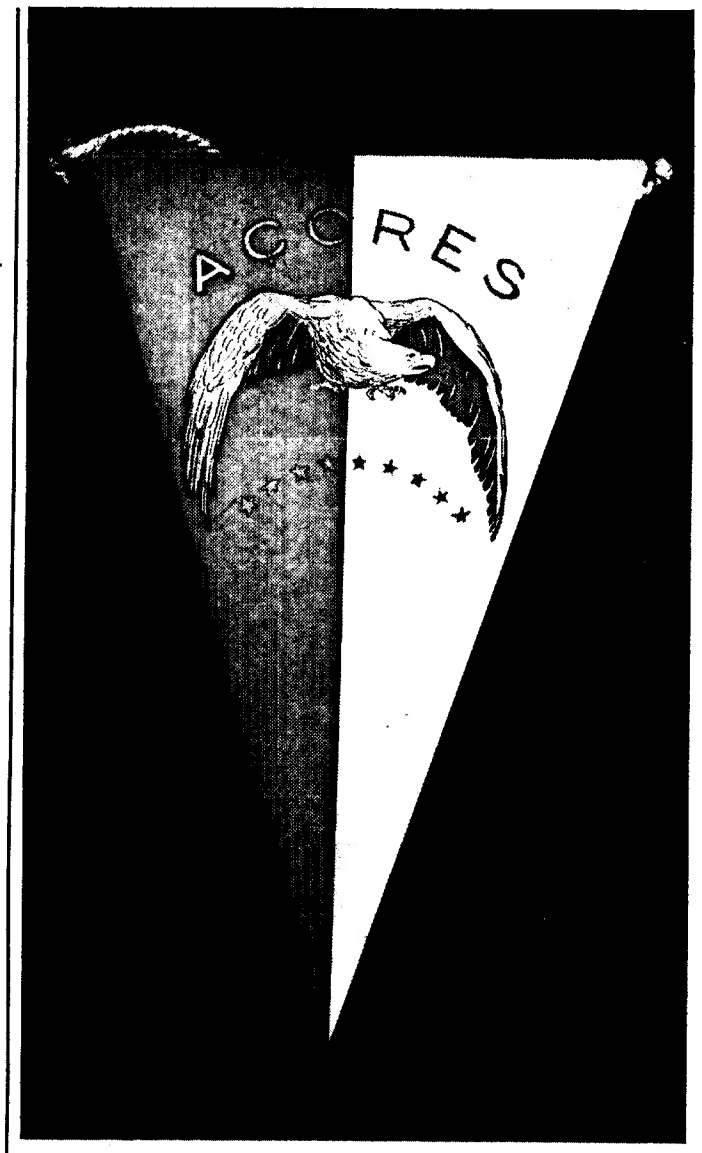
Apela-se a todos os professores para que regularizem a sua situação sindical, do seguinte modo :

a) pagando as quotas ao seu delegado sindical, caso exista, para que este as possa entregar até **15 de Fevereiro.**
b) pagando directamente as suas quotas, quando não exista delegado sindical, dirigindo-se, para isso, à Rua do Conde Redondo, 22 - 1.º (Tesouraria).

Apela-se ainda **aos delegados sindicais para que entreguem até 15 de Fevereiro as quotizações acompanhadas dos mapas devidamente preenchidos.** (Deles dependem os cadernos eleitorais).

A COMISSÃO DIRECTIVA

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde — Rua Luís de Camões



Este é um galhardete dos separatistas do arquipélago dos Açores, que se obtém nalgumas lojas das ilhas com a maior facilidade. Atribui-se à F.L.A. — «Frente de Libertação dos Açores» — como meio de propaganda e angariação de fundos

Açores

F.L.A. tentou impedir regresso de Vítor Alves

ANGRA DO HEROÍSMO, 29 — Um forte dispositivo de segurança militar, na Base das Lajes, frustrou os intentos de uma convocação da organização separatista F. L. A. Um dos objectivos desta «Frente de Libertação dos Açores» era o de impedir o regresso a Lisboa do ministro Vítor Alves após curta estadia em Angra.

A convocação da F. L. A., coincidiu com a expiração do prazo do ultimato desta ao general Altino de Magalhães, no sentido de serem divulgados os nomes dos autores da matança do gado de um proprietário açoriano, registada há vários dias.

Pretendendo que os responsáveis pela chacina eram militares da Base Aérea n.º 4 (aeroporto das Lajes) a F. L. A. emitiu um comunicado convocando os seus simpatizantes a comparecerem, na noite de 27, em frente àquela base, com tractores, camionetas e mantimentos, a fim de impedirem a saída e entrada na base, mesmo de pessoas que pretendessem embarcar em aviões civis, até à satisfação das suas reivindicações. Cerca da meia-noite, os separatistas começaram a chegar. Era grande o número de automóveis e camionetas mas o número de pessoas não ultrapassou as três centenas.

Contudo, e conforme referimos, os objectivos da F. L. A. foram frustrados pelo dispositivo de segurança.

Entretanto, as autoridades responsáveis desmentem boatos, afirmando que não estão ainda identificados os criminosos, prosseguindo as investigações.

"A letra não é minha nem vou assinar"

«A letra não é minha nem vou assinar. As razões do momento assim obrigam. Se quiserem dar publicidade, agradeço.»

Estas palavras substituem qualquer assinatura numa carta dos Açores, chegada ontem à Redacção do «DL». O seu autor faz ali a denúncia do C. D. S. que, com a F. L. A., se bate pela independência do arquipélago. Por acréscimo, deixa algumas perguntas no ar: «Quando é que as autoridades responsáveis deixarão de dar cobertura a todas estas manobras reaccionárias e antipatrióticas?» e «quando é que a população do continente será informada de que no Liceu de Ponta Delgada a cadeira de introdução à política é ainda dada segundo a constituição do Estado corporativo de Salazar?»

Noutro passo, o leitor anónimo diz das suas convicções: «O Banco Micaelense não foi nacionalizado, para encobrimento das dívidas que vários indivíduos ligados à F. L. A. nele têm e que se julga atingir o montante de 70 mil contos.»

As condições em que esta carta nos é remetida constituem, porventura, o problema mais grave. A carta é manuscrita e o seu autor, aterrorizado pela ideia de poder vir a ser identificado pelos agrupamentos separatistas, apressa-se a dizer: «A letra não é minha, nem vou assinar.»

Acontece com gente dos Açores, vinte meses depois do 25 de Abril.

Saigão na revolução

Continuação da pág. 3

lizado em muitos pontos, não o é totalmente, como o julgaram muitos citadinos do Sul, habituados a já não se ocuparem de assuntos públicos.

Duas instituições fundamentais que muitas vezes se quis confundir com o Norte já não **têm que refazer uma unidade** que está feita. Trata-se do **Exército Popular de Libertação algumas secções do qual** continuam acampadas em Saigão, **e o partido, grande vencedor** do combate pela independência e pela unidade.

Mas continua a haver no Vietname dois Estados, embora provisórios. A construção de um Estado único deveria contribuir para acabar com certas dificuldades encontradas no Sul, principalmente no plano da eficácia administrativa e da organização económica. É preciso, por exemplo, organizar os problemas postos pela larga autonomia herdada da resistência, e de que beneficiariam os comités administrativos-militares, aos quais foi confiada, logo após a guerra, a gestão do Sul a nível regional, enquanto se construia a todos os escalões a pirâmide de «comités populares revolucionários» eleitos.

O general Van Tien Dung, chefe do Estado-Maior e membro da delegação do Norte à conferência, evocou este problema: «Na situação de resistência prolongada, os campos de batalha estão separados e a situação de cada região é diferente...» As decisões eram tomadas aqui e além, em função da «situação concreta de cada região, de cada campo de batalha». Na actualidade um tal estado de coisas já não tem razão de ser. «O fim da unificação no plano do Governo **criou condições favoráveis** a esta operação».

NOVAS REGIÕES

Está a realizar-se uma reforma administrativa em profundidade. Ao «puzzle» das pequenas províncias sucede, um número limitado de regiões poderosas dotadas de poderes bastante amplos: uma «centralização democrática» que permitiria a reconstrução e o desenvolvimento.

Um desenvolvimento para o **qual contribui uma industrialização** de envergadura num quadro socialista. Será necessário haver uma «integração» **de sul a norte? O comunicado** final da conferência sobre a reunificação fala da «nova etapa, em que o país inteiro empreende a revolução socialista e a edificação do socialismo». A revolução socialista diz respeito ao Sul, a edificação do socialismo, ao Norte.

As «qualidades específicas» do Sul medem-se primeiro em termos de nível de desenvolvimento, ou, se assim se pode dizer, de experiência de subdesenvolvimento. Os estatutos das empresas são um exemplo disto: enquanto há no Norte dois tipos de empresas (de Estado e cooperativas), há cinco no Sul (de Estado, cooperativas, empresas mistas, empresas capitalistas nacionais e empresas individuais. Estas últimas representam o artesanato e agrupam-se cada vez mais em «células de produção», embriões de cooperativas. A célula de produção de quadros de bicicleta foi uma das primeiras a organizar-se **em Saigão).**

Também no Sul a situação se mantém original, excepto em alguns distritos vizinhos de Hué, ponto de partida de uma nova reforma agrária. As terras **inundadas o delta do Mekong** continuam a ser domínio da pequena propriedade, embora já tenha havido reformas, a primeira das quais foi precisamente a do Vietminh. As famílias camponesas agrupam-se, no entanto, em «células de entre-ajuda de trabalho», fórmula bastante maleável e que diz respeito a umas vinte famílias. Nas «novas regiões económicas», são atribuídas, em média, aos recém-chegados, duas categorias de terra: 1000 m2 em plena propriedade, para a pequena produção doméstica e para a casa; e 2000 m2 por pessoa para a grande produção mas em propriedade provisória, à espera da edificação de uma estrutura mais colectiva.

Os vietnamitas preparam-se para uma revolução tripla: Hoang Quoc Viet, presidente da Federação Sindical do Norte, e Ngo Ba Thanh, personalidade da antiga terceira força, explicaram-no: trata-se de promover «a revolução nas relações de produção», «A revolução ideológica e cultural», e essa «chave» que deve ser «a revolução científica e técnica». É preciso introduzir as ciências e as técnicas mais modernas na indústria, na **agricultura, nas comunicações**, na gestão económica. «Temos duas revoluções industriais em atraso», diz-se também em Hanói, onde os dirigentes estão dispostos a provocar modificações fundamentais, mesmo que seja difícil **importar as coisas mais necessárias.** Importar de onde? Na conferência sobre a reunificação, a senhora Nguyen Thi Binh, ministro dos Negócios Estrangeiros do GRP, evocava com optimismo o desenvolvimento das «relações de cooperação económica, cultural e técnico-científica entre o Vietname e os outros países, entre eles os países capitalistas».

LE MONDE

Ferreira de Lima trabalha no Norte

PORTO, 29 — O secretário de Estado da Administração Regional e Local iniciou hoje uma visita de dois dias a alguns gabinetes de apoio técnico e agrupamentos de concelho, criados no âmbito da Comissão de Planeamento.

O eng. Manuel Ferreira de Lima, que é acompanhado pelo presidente da Comissão de Planeamento da Região do Norte, eng. Valente de Oliveira, esteve de manhã no Gabinete de Apoio Técnico ao Agrupamento de Concelhos, com sede em Amarante. Esta tarde deslocou-se à sede de Vila Real. Amanhã visitará o Gabinete de Apoio Técnico ao Agrupamento de Concelhos de Bragança.

Onda de atentados

Continuação da pág. 1

que fica nas proximidades da casa paroquial. Acrescentou ainda o pároco que nos meios de influência dos caciques da terra há muito corriam ameaças de que isto viria a acontecer.

PETARDO NA PÓVOA

PÓVOA DE VARZIM, 29 — Cerca das 5 horas da madrugada de hoje, um petardo de fraca potência, que se julga obra de «amadores» causou prejuízos avaliados numa dezena de contos no automóvel do sr. Custódio da Costa Sá, militante do P.C.P. e residente na Rua Gomes de Amorim. O sr. Costa Sá, que é director da Casa de Cultura, encontrava-se em casa quando explodiu o petardo.

ALMEIDA E COSTA: «FAZ LEMBRAR A PRIMEIRA REPÚBLICA»

PORTO, 29 — Entretanto, o ministro da Administração Interna, de visita a esta cidade, fez declarações aos jornalistas sobre os atentados bombistas. Disse Almeida e Costa que não deixava de ser surpreendente e ao mesmo tempo de bom augúrio «que toda essa actividade bombista não tenha agora praticamente feito vítimas».

Declarou ainda o ministro que tal actividade bombista «lembra um bocadinho a actividade da primeira República e oxalá que não leve a um desfecho da mesma natureza. Nós queremos é a democracia, e a ordem não se faz com bombas».

O ministro da Administração Interna que diria ainda do repúdio que lhe mereciam os atentados, recusou-se a responder a outras perguntas, por absoluta falta de tempo, já que tinha de regressar a Lisboa no avião das 13.30.

Na Covilhã

Reduzidas a cinzas as sedes de quatro partidos de esquerda

COVILHÃ, 29 — Três edifícios consumidos pelas chamas — eis o balanço do incêndio que destruiu nesta cidade as sedes locais de quatro partidos políticos (M.E.S., U.D.P., F.S.P. e F.E.C.-M.L.). Os imóveis em questão, sitos à Praça do Município, pertencem aliás à Câmara da Covilhã. Também ali se encontravam a sede do Sport Covilhã e Benfica e da Secretaria das Juntas de Freguesia.

O início do incêndio registou-se às 2.30 da madrugada de hoje. Ao princípio da tarde continuavam os trabalhos de rescaldo.

Não há vítimas a lamentar graças à célebre intervenção dos bombeiros, mas os prejuízos materiais são muito elevados.

Segundo informações recolhidas pelo «Diário de Lisboa», o fogo começou no último andar do prédio onde estavam instaladas as sedes daqueles quatro partidos e do Covilhã e Benfica. Militantes da U.D.P., que se reuniam na sua sede, ouviram mesmo, cerca das 2.15, os passos pesados de alguém que descia precipitadamente as escadas do edifício.

Os bombeiros tiveram de montar 10 agulhetas, 6 das quais de alta pressão.

"República" entregue à antiga administração

O Conselho da Revolução decidiu entregar o jornal «República» à antiga administração. A resolução foi ontem comunicada aos trabalhadores, através de uma nota datada de 26 do corrente. Esta manhã iniciou-se um plenário para discutir a situação.

Os trabalhadores esperam que a direcção afaste apenas um mínimo de elementos. Quanto ao reaparecimento do vespertino, ainda nada se sabe em definitivo. Recordamos que em Maio do ano passado se iniciou um processo de luta dos trabalhadores contra a administração, direcção e elementos da redacção. Na sequência dos factos, proprietários e jornalistas afastados formaram o jornal «A Luta».

O vespertino, que foi fundado por António José de Almeida durante a II República, reapareceu algumas semanas depois sob a direcção do coronel Pereira de Carvalho, com uma administração militar. Manteve-se nesta situação até ao 25 de Novembro, quando se verificou a sua suspensão. Depois de levantada a interdição de circulação dos jornais, o «República» voltou a ser posto à venda até 22 de Dezembro, altura em que o C. R., aceitando o pedido de demissão da direcção, impediu na prática o jornal de voltar a ser publicado.

Ciclo de animação ecológica

O Grupo Coordenador do Movimento Ecológico realiza, em Lisboa, um ciclo de Animaçao Ecológica nas férias do Carnaval, de 27 a 5 de Março. Esta iniciativa conta com a colaboração da delegação distrital de Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) e tem o apoio da Fundação Gulbenkian.

O número previsto de participantes é de 40 elementos dos 15 aos 30 anos. Caso a afluência exceda esta previsão funcionará como elemento de selecção o relatório sobre os escândalos ecológicos da respectiva região e outras manifestações significativas de uma consciência ecológica.

Mandatos de soltura expedidos para Custóias

Foram ontem expedidos para a Região Militar do Norte alguns mandatos de soltura — confirmaram à Anop autoridades militares competentes a propósito de notícias segundo as quais muito em breve seriam postos em liberdade alguns dos detidos do 25 de Novembro.

Por razões psicológicas não foi divulgada a identidade dos próximos libertados. «Dado que as notícias são publicadas antes da efectividade da libertação, o facto cria expectativa junto de familiares de detidos, pretendendo-se evitar situações de excitação» — disseram à Anop as mesmas fontes.

«De qualquer maneira, e dentro das instruções dimanadas do Conselho da Revolução todo o processo e accionamento dos mandatos de soltura é executado imediatamente. A libertação está apenas condicionada ao tempo do transporte por correio de Lisboa para o Porto do documento devidamente assinado e autenticado. De posse desse documento, a libertação é imediata».

O mesmo informador não pôde igualmente precisar o número de mandatos de soltura expedidos ontem de Lisboa.

Vasco Lourenço

Continuação da pág. 1

matos ao Governo, que se trocam pontos de vista, que se resolvem os problemas do Povo Português e se alicerca e constrói a democracia ou se caminha para um verdadeiro socialismo, advertindo para severas punições dos autores de acções antidemocráticas.

Interrogado no final da visita pela nossa reportagem acerca dos actos de terrorismo que se verificaram esta manhã em diversos pontos do País, Vasco Lourenço respondeu: «A minha posição está bem firme e bem clara no discurso».

Respondendo a outra pergunta visando saber em que consistia o avanço da direita a que várias vezes tem aludido disse: «Não tenho referido mais um avanço da direita mas que neste momento as tentativas de instrumentalizar as F.A. são mais tácteis para a direita do que para a esquerda».

Ainda sobre os avanços da direita: «As forças que estiveram no 11 de Março tentam tirar a conclusão que o 25 de Novembro justificou o 11 de Março. Quando ouço dizer que os vencidos do 11 de Março foram os vencedores do 25 de Novembro, eu pergunto em que posição me põem.»

Abordado sobre a situação dos preços do 25 de Novembro disse que havia a preocupação de pôr mais rapidamente possível nas condições em que já se encontram todos os militares do 11 de Março isto é aguardando em liberdade «qualquerpossíveljulgamento». «Em relação ao major Otelo Saraiva de Carvalho há ainda uma circunstância especial que é aquilo que o povo português — lhe deve.»

Confirmada a manipulação de Imprensa

Sindicância revela o que foi a ex-S.E.I.T.

Desvios diversos, gratificações ilegais, financiamento ornais da UN/ANP, turismo de de luxo, bom «whisky» e até um papagaio para Moreira Baptista. Tudo isto, e mais, está descoberto e relatado na «Súmula do Relatório da Sindicância à ex-Secretaria de Estado de Informação e Turismo», ontem divulgada pelo Ministério da Comunicação Social, na qual está demonstrado, em detalhe, onde foram gastos 67 mil contos de dinheiros públicos.

Utilizando as ditas «verbas de acção», que todos os anos ficavam fora do controlo da Contabilidade Pública, primeiro o SNI, depois a SEIT, sustentaram ilegalmente, e durante anos, os jornais «A VOZ» e «Época» em Portugal e «A Voz de Portugal» no Brasil. Além disso, foram pagos ilegalmente 3.700 contos aos membros das Comissões de Censura, distribuídos 3.000 contos em gratificações ilegais. O dinheiro público empregado nos órgãos de Informação que sustentavam o regime deposto também serviu para cobrir gastos e manter a ANI — Agência de Notícias e Informações. Os diversos documentos juntos aos autos demonstram que forram pagos à ANI as mais variadas despesas que por ela deviam ser suportadas, inclusive na delegação do Rio de Janeiro.

Também a firma «Infravisual» foi beneficiada pelos desvios. Esta entidade privada, criada, em 1972 especialmente para promover Portugal no estrangeiro, para além do que lhe foi pago legalmente, recebeu mais 406 contos.

AS «GRATIFICAÇÕES»

Quanto às gratificações e às retribuições por trabalhos extraordinários, a sindicância à ex-SEIT constatou que alguns milhares de contas saíram dos cofres públicos para o património privado de funcionários. Como os pagamentos irregulares de gratificações e horas extraordinárias não seriam sancionados pela Contabilidade Pública, novamente as «verbas de acção» serviram de cobertura à ilegalidade, que atingiu um montante de 3.000 contos em gratificações e ultrapassou em 600 contos o máximo permitido para remuneração de horas extraordinárias. Dinheiro público serviu também para pagar indivíduos que, no «Século» e no «Diário de Notícias» funcionavam como «colaboradores», prestando informações quanto ao que se passava no interior daqueles jornais. O «colaborador» do «Século» recebeu, entre 1969 e 1973, 116 contos e o do «Diário de Notícias», entre 1971 e 1973, 40.500$00. Embora a sindicância não cite qualquer nome em nenhum dos seus capítulos, é possível deduzir alguns. Assim, pode ser constatado que Ramiro Valadão, também aí incorreu em irregularidades, que lhe renderam um total de 800 contos. Um cunhado do almirante Henrique Tenreiro, doente e incapacitado de desempenhar funções, foi colocado no Centro de Turismo do Rio de Janeiro, com a retribuição mensal de 7 contos. Mas nos quatro meses em que, teoricamente figurou como colaborador deste centro, recebeu 280 contos, dinheiro que saiu das dotações afectas a esta repartição.

As graves irregularidades abrangem também procedimento fraudulento quanto a franquias postais, importâncias retiradas indevidamente dos «fundos de maneio», falsificação de documentos por parte do último secretário de Estado da Informação e Turismo (Geraldes Cardoso) e seus auxiliares imediatos, e a mais completa desordem nas contas bancárias, cujos titulares, em alguns casos, eram funcionários.

UMA CASA DE BANHO CUSTOU UM MILHÃO DE ESCUDOS

Pretextando a necessidade de executar uns pequenos melhoramentos no gabinete do director-geral do Turismo, no Palácio Foz, foi solicitada à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas autorização para instalar naquele gabinete um sistema de condicionamento de ar, bem como uma casa de banho anexa.

Esta solicitação mereceu resposta afirmativa daquela Direcção-Geral...

«Porém inexplicavelmente — prossegue a «Súmula» — tal autorização foi interpretada de modo extremamente elástico, e a instalação do maquinismo para o condicionamento de ar e construção de uma casa de banho ampliaram-se, dando lugar à total remodelação do gabinete do director-geral do Turismo e dos gabinetes anexos (do adjunto e dos secretários), executando-se durante o Verão de 1973 obras faustosas e adquirindo-se mobiliário e apetrechos luxuosos, considerando-se até a sua realização uma «leviandade». Aqui se gastou a «módica quantia de 1 357 388$00.»

DINHEIRO HABILMENTE GANHO

Também à sindicância foram trazidas informações acerca das actividades de natureza particular desenvolvidas por uma funcionária do quadro eventual da Direcção-Geral do Turismo, nas horas normais de serviço.

E a comprová-lo foram patenteados vários documentos...

Em resumo: de toda esta actividade, «o director-geral do Turismo deverá ter ganho a partir de Outubro de 1972 uns 400 contos, o seu adjunto entre 1972 e 1973, mais de mil contos e o chefe de gabinete durante o ano de 1973 uns 150 contos.

Entretanto, alguns dos grandes beneficiários de tanta irregularidade foram Henrique Tenreiro, Ramiro Valadão, Geraldes Cardoso, José Felner da Costa e César Moreira Baptista.

E agora os responsáveis?

A sindicância ordenada pelo então ministro dr. Raúl Rego à Secretaria de Estado e Turismo foi uma das raras medidas de investigação à moral fascista com consequentes resultados. Através dela, apurou-se que cerca de 100 mil contos eram anualmente enviados da contabilidade pública e que uma mafia política e oportunista, sob o lema «Tudo pela Nação», comandava as operações.

Só uma empresa — a Companhia Nacional Editora — recebia um «subsídio» mensal de 600 contos enquanto que o tenebroso diário «Época» era recompensado com 900 contos por mês. Isto além das negociatas turísticas em que, pela via bancária (e não só) mais uma vez aparece como grande «padrinho mafioso» o almirante Henrique Tenreiro.

Tudo isto — desvios, manobras com divisas, gratificações, etc. — tem autores identificados e, consequentemente, será de prever que se lhes exerça acção judicial. Um deles, Tenreiro, está fora de alcance depois da fuga fácil que o libertou e que, com inquérito ou sem inquérito, jamais terá explicação satisfatória. Outro, Felner da Costa, tem a liberdade do recurso segundo parece já estaria na Suiça, e, finalmente, o mais autocrata e fanático, ex-goebbels do salazarismo, ex-ministro da repressão e ex-patriarca da Censura foi recentemente libertado por até a essa data nada haver sido provado contra. Agora foi. E então? Aguarda-se que a liberdade vigiada resolva o castigo das ofensas cometidas ao País?

Que moral é esta, tão inclemente para os democratas e tão tolerante para com os fascistas corruptos?

Também na súmula do relatório se faz referência a jornais e jornalistas que, em confidência, beneficiaram de fundos e de benesses da Secretaria de Estado e da Informação. Homens de mão, portanto, do dr. César Moreira Baptista. Entendemos que é necessário dar identificação pública desses profissionais da Imprensa no interesse da classe e da responsabilização informativa.

Nacional

Comissão de Reorganização estuda vinho do Porto

PORTO, 29 — A Comissão Executiva da Reorganização do Sector de Vinhos do Porto, que desde ontem se encontra de visita à região do Douro, deslocou-se à Régua, onde na Casa do Douro, com agricultores, o Conselho Agrário e a direcção das adegas cooperativas locais. Esta visita, como já noticiámos, tinha como objectivo a apresentação do programa de acção da Comissão e a recolha de sugestões para o prosseguimento da sua actividade.

Constituída pelo deputado Luís Roseira e por representantes da Banca, Ministério das Finanças, do Ministério do Comércio Externo, do Fundo de Fomento de Exportação e de outros departamentos oficiais, a Comissão esteve em Favaios, na União das Adegas Cooperativas, em Alijó, na Adega Cooperativa, e no Pinhão, na Associação dos Produtores de Vinho do Porto e na Casa da Lavoura, tendo-se reunido com os lavradores locais.

PUB

I ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO SECTOR DE HOTELARIA E TURISMO

Estoril, 14/15 de Fevereiro de 1976

Realiza-se nos dias 14 e 15 de Fevereiro o I Encontro Nacional dos Trabalhadores do Sector de Hotelaria e Turismo, que terá por finalidade a apreciação e discussão do projecto de reconversão do Turismo, elaborado por um grupo de trabalho nomeado para o efeito, e que teve por base o anterior projecto sindical.

Os thrabalhos que decorrerão no Hotel Estoril Sol, foram divididos por cinco secções:

1.ª — As estruturas do Sector
a) — Conceito do Turismo.
b) — Política do Turismo.
c) — Tipos de propriedade e necessidade da sua definição.
d) — Organização do aparelho de Estado.
e) — Política de Solos.
f) — Política de preços.
g) — Política de apoio financeiro às empresas.
h) — Planificação do sector com particular atenção às estruturas subsidiárias: Marinha Mercante, Transportes aéreos e rodoviários.
i) — Trabalho sazonal.
j) — Participação e controle dos trabalhadores.

2.ª — Reestruturação e gestão de empresas hoteleiras
a) — Criação de uma empresa de gestão hoteleira e seu modo de funcionamento.
b) — Complexos integrados, cooperativas e centrais de serviços.
c — As relações de trabalho.
d) — Condicionalismos para novas unidades hoteleiras.

3.ª — Função das Agências de Viagens
a) — Criação de um operador nacional.
b) — Modo de funcionamento e de actuação do operador.
c) — Apoio à acção do operador (Publicidade, etc.).

4.ª — Turismo social
a) — Definição.
b) — Implantação do sistema de turismo social subvencionado e suas vantagens.

5.ª — Acções a curto prazo para dinamização imediata do sector
a) — Globais (acordos, publicidade, brigadas de vendas, etc.).
b) — A nível das empresas hoteleiras, das comissões e juntas de turismo.
c) — A nível do turismo motivado.

Para todas as informações podem contactar os sindicatos respectivos e o secretariado para a dinamização e organização do Encontro Nacional, que está instalado na Gitus, Rua Alexandre Herculano, 51-3.º, esq., Lisboa, telf. 68 97 28, onde serão prestados todos os esclarecimentos.

As inscrições encerram a 10 de Fevereiro de 1976.

O SECRETARIADO

— Federação Hoteleira do Norte.
— Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.
— Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira do Distrito de Coimbra.
— Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa.
— Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca.
— Sindicato dos Profissionais de Informação Turística, Intérpretes, Tradutores e Profissões Similares.

RENDEIROS DO NORTE PÕEM O DEDO NA FERIDA

Que faz o I.R.A.? Quem ilude a Lei?

Pergunta o M. A. R. N. em Lisboa: «Por que é que muitos julgamentos de caseiros estão a ser feitos em tribunais sem qualquer intervenção do I. R. A. nem das comissões arbitrais?»

Uma delegação do Movimento de Rendeiros do Norte, que se deslocou a Lisboa para entregar ao ministro da Agricultura um documento em que se assinala a necessidade da aplicação da Lei do Arrendamento Rural, concedeu ontem no Sindicato dos Rodoviários uma conferência de Imprensa.

O M.A.R.N., organização criada para defender os direitos dos agricultores-rendeiros que constituem metade do campesinato nortenho, convocou para o próximo dia 1 de Fevereiro, o Encontro de Rendeiros, previsto para a Faculdade de Economia do Porto. Objectivo fundamental da reunião: discutir os problemas que têm vindo a atrasar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 201/75, de 15 de Abril, e sobretudo a abordagem dos mecanismos da exploração que manietaram os rendeiros a uma escravatura quase de tipo feudal.

Os rendeiros, que pertencem às classes mais desfavorecidas, permaneceram durante meio século de fascismo à mercê dos senhorios ricos, dos grandes intermediários e do capitalismo. O 25 de Abril veio abrir-lhes os olhos. Por isso surgiu o M.A.R.N., o qual deparou com os obstáculos levantados pelos senhorios com a alegada cumplicidade da G.N.R. e de alguns técnicos do I.R.A. Aproveitando-se do obscurantismo que impera ainda entre os agricultores, os senhorios tentam, através da ameaça e da calúnia, impedir que o M.A.R.N. alastre em grande escala.

Um elemento da Comissão Promotora do Encontro falou das dificuldades e da fome que os rendeiros passaram para que os senhorios pudessem «fazer uma vida de sociedade». Da chapelada obrigatória quando o senhorio aparecia à distância. Da ladainha exaustivamente repetida: que se deve estar sempre ao lado do senhorio, do padre, da Guarda Nacional Republicana. E do espectro do comunismo: o tal papão que rouba a mulher, a galinha e o porco...

«Temos de nos reunir» (acrescentou o membro do M.A.R.N.) «para arrumar de uma vez por todas com esses problemas. Os caseiros hoje já estão mais politizados. Há até alguns rendeiros que estão na disposição de deixar de produzir se a lei não for cumprida».

Os senhorios ricos boicotam a aplicação da lei. Chegaram ao ponto de invadir as terras, de destruir as culturas, de agredir violentamente os caseiros. Dizem que a lei é uma ficção ou, se existe, vai certamente ser anulada.

«O I.R.A. é um organismo responsável pela aplicação da Lei do Arrendamento. Porque é que o I.R.A. não tem feito reuniões com os rendeiros para nos esclarecer? Porque é que muitos julgamentos de caseiros estão a ser feitos em tribunais sem qualquer intervenção do I.R.A. nem das comissões arbitrais? Porque é que certos funcionários do I.R.A. do Porto informam *melhor* os senhorios que os rendeiros, dando informações falsas sobre a lei, e chegam a aceitar que se façam contratos escritos contra o estabelecido no Decreto-Lei n.º 201/75» — pergunta o Movimento de Rendeiros do Norte.

Um porta-voz do M.A.R.N. referiu-se ao facto de ainda se praticar no Norte o método da parceria, ou seja das terças e das meias.

«Verificam-se situações de o rendeiro produzir 40 arrobas de cereal e o senhorio receber 30. São raros os rendeiros que possuem um tractor. O trabalho é feito a poder da enxada. Ultimamente os senhorios, depois de verem os seus privilégios ameaçados, começaram a exigir dinheiro pela casa (curral) onde os rendeiros habitam».

Os elementos do M.A.R.N. criticaram ainda, a actuação da G.N.R., que dizem pactuar com os senhorios, «indo muitas vezes dar ordem de despejo aos rendeiros que não pagaram as rendas e prendendo aqueles que defendem os rendeiros».

«Que fez a G.N.R. quando o nosso colega José Joaquim Morais, de Marcos de Canavezes, foi vítima de um atentado à bomba? — interroga-se o M.A.R.N.

Mas o boicote dos senhorios à lei nã se limita à prática de métodos grosseiros. Empregam também a táctica dos tribunais, dos processos. Nada mais fácil, para quem tem dinheiro, que «comprar» advogados dispostos a defender a parte mais forte. Entretanto os rendeiros contam apenas com dois ou três advogados que, sobrecarregados de trabalho, lhes tratam gratuitamente dos processos.

O porta-voz do M.A.R.N. frisou na sua intervenção que alguns técnicos do I.R.A. do Porto são agricultores absentistas: daí a sua posição de não esclarecerem convenientemente os rendeiros. Foi ainda focada a questão das comissões arbitrais, que em princípio deviam integrar um juiz de comarca, um representante do M.A.R.N. e um técnico do I.R.A. Ainda não entraram em funcionamento.

O papel da reacção que, servindo-se do caciquismo, procura dividir os rendeiros dos pequenos agricultores e senhorios pobres, tem sido significativo. Mas não decisivo...

A Lei dao Arrendamento Rural, sendo aplicada, o que garante aos rendeiros?

. Uma renda fixada em dinheiro, e oficialmente no seu limite máximo, que faz baixar as rendas anteriores e impede os senhorios de estabelecerem o que lhes apetece; a redução do contrato de arrendamento a escrito, pois muitas vezes esse contrato era apenas verbal; a proibição de o senhorio despedir o rendeiro quanto quiser; o julgamento dos conflitos por comissões arbitrais, o que evita despesas com tribunais e a burocracia (e até corrupção) que por vezes neles reina; o pagamento aos rendeiros pelas benfeitorias realizadas no prédio arrendado; a possibilidade de reduzir o valor da renda quando as culturas exploradas sejam vítimas de catástrofes sem que a culpa possa assacar-se ao rendeiro; o arrendamento forçado das terras incultas cujos senhorios não queiram cultivá-las nem arrendá-las.

No entanto algumas alterações já foram feitas à lei, como por exemplo a eliminação da garantia dos 18 anos de contrato ao rendeiro sem que este tenha uma compensação justa.

O porta-voz do M.A.R.N. afirmou ainda que os rendeiros do Norte nada tinham a ver com os plenários de Rio Maior e de Braga. Eles exigem a aplicação imediata da Lei do Arrendamento Rural. Nesses plenários exige-se o contrário.

«Quem pediu a suspensão da lei foi gente abastada, que tem tanto de agricultores como nós temos de engenheiros e doutores».

Enquanto no Porto se vai realizar o I Encontro de Rendeiros do Norte, nesse dia os senhorios absentistas promovem plenários simultâneos... Em Castelo Branco, Famalicão, Bombarral, Viseu e Loulé.

CURSOS

Estão abertas as matrículas até 5-2-76 para os cursos de Perfuração/Verificação. Sistemas: IBM e UNIVAC. Início dos cursos 6-2-76. As inscrições são limitadas. Matrículas no

EXTERNATO CONTINENTAL
T. 364272-R. do Arsenal, 100-1.º

PUB

INQUÉRITO POPULAR

O que se passou realmente em 25 Novembro?

Leia o PODER POPULAR N.º 26

Das "ilhas" do Porto ao Terreiro do Paço

Os moradores das «ilhas» portuenses, cuja vida quotidiana se encontra mergulhada na miséria, elegeram 50 moradores que vieram a Lisboa representar um comité de luta formado por 36 comissões de moradores e a Comissão do Saal-Norte.

O objectivo desta viagem visou a apresentação de diversos cadernos reivindicativos e moções exigindo o prosseguimento da luta «de todo o povo de Portugal pelo direito à habitação contra o fascismo e o capitalismo», segundo um comunicado distribuído pelos referidos delegados.

Em Lisboa, a delegação dos moradores das «ilhas» portuenses estabeleceu contactos com os ministros do Equipamento Social e Ambiente e Administração Interna. Deslocou-se também à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização e Direcção Nacional do Saal. Houve ainda um encontro com as comissões de moradores dos bairros pobres de Lisboa.

Geral

Guiné-Bissau toma posição

"CONVERSAÇÕES COM PORTUGAL NÃO PODERÃO ARRASTAR-SE POR MAIS TEMPO"

As negociações Portugal-Guiné-Bissau «não poderão arrastar-se por mais tempo sem prejuízo da nossa soberania» — destaca um comunicado divulgado em Bissau.

O comunicado, que sublinha que estas negociações se arrastam há mais de um ano, enumera, caso a caso, as divergências surgidas durante as últimas negociações em Lisboa e a posição respectiva do Governo da Giné-Bissau:

— Banco Nacional Ultramarino: não são aceites os créditos concedidos a determinadas empresas privadas que não oferecem garantias de solviabilidade e que deles beneficiaram no quadro de uma política de crédito para defesa de interesses colonialistas. Exige-se do BNU a justa compensação ao pessoal transferido para o Banco da Guiné-Bissau do tempo em que prestou serviço no B.N.U.

— Banco de Fomento Nacional: a Guiné não aceita as responsabilidades pelo reembolso do capital e pelo pagamento de juros de empréstimos concedidos ao antigo Governo da província portuguesa da Guiné e a outras entidades públicas e privadas.

— Sobre a dívida pública de um milhão, seiscentos e vinte mil contos, o Governo da Guiné-Bissau considera que «a pretensão de a transferir para a República da Guiné-Bissau decorre de uma política tendente a fazer pagar ao nosso povo o preço da opressão e da guerra de que foi vítima debaixo da dominação colonial portuguesa e denota, da parte do Governo português, o propósito de fugir à responsabilidade que Portugal historicamente contraiu face aos povos das suas antigas colónias».

M.A.I. discorda do uso desproporcionado de armas de fogo

O incidente entre os ocupantes de um automóvel e uma patrulha da GNR em Amarante, de que resultaram ontem dois mortos, foi objecto de uma nota oficiosa do Ministério da Administração Interna, do seguinte teor:

«1. Na noite de 27 para 28 os autores de um assalto em Resende (distrito de Viseu) fugiram, de automóvel, suspeitando-se, na altura, que se tivessem dirigido para norte do Rio Douro.

2. Em consequência e com vista à detenção dos assaltantes a GNR desencadeou uma operação «stop» nas estradas das áreas circunvizinhas.

3. Em Alpendurada, concelho de Amarante, uma patrulha da GNR, ali destacada, com a missão específica, atrás referida, mandou parar um automóvel que desobedeceu à intimação, pondo-se em fuga.

4. Suspeitando que fosse o carro em que se deslocavam os assaltantes, a patrulha efectuou vários disparos, de advertência, para o ar e, posteriormente, visando os pneus.

5. No decorrer da acção e como resultado de alguns dos disparos efectuados foram atingidos mortalmente, dois dos passageiros cuja identificação será divulgada oportunamente.

6. Lamentando o incidente reitera o MAI a reprovação, já anteriormente expressa, sobre o uso desproporcionado de armas de fogo em acções de polícia.

7. Nestes termos, embora com salvaguarda dos resultados das averiguações, que sobre o incidente decorrem, reafirma-se que o uso de tais meios está estritamente regulado e na sua não observância será usado o rigor que se impuser.»

UM DOS MORTOS ERA COMANDO

PORTO, 29 — Foram já identificados os dois jovens mortalmente atingidos por rajadas de metralhadora da G. N. R., na operação-«stop» em Alpendurada. Trata-se do furriel dos «comandos», José Luís Francisco Madureira Leite, de 23 anos, e uma sua prima, a professora **primária Maria Beneditina Saramago Leite, da mesma idade. Seguiam ainda no veículo José Carlos Meneses, de 24 anos e Maria Isabel de Almeida, também de 24 que ficaram ilesos. Nenhum dos ocupantes, possuía carta de condução.**

OTELO: LIBERTAÇÃO PRÓXIMA

Fontes militares próximas do Conselho da Revolução adiantaram que «o major Otelo Saraiva de Carvalho poderá vir a ser libertado a muito curto prazo».

Por sua vez devem ser libertados até ao fim da semana «pelo menos mais dez presos por alegada participação nos acontecimentos de 25 de Novembro», segundo declarações de um elemento do Secretariado da Comissão de Apoio aos Revolucionários Presos.

Pormenorizando, esse elemento do Secretariado afirmou que «de acordo com informações que possuímos são pessoas contra as quais não se conseguiu apurar nada de concreto».

Entretanto a C.A.A.R.P. tornou público, no Porto, um comunicado em que se insurge contra a nota oficiosa do Ministério da Administração Interna contendo o relatório preliminar que o Batalhão n.º 4 da G.N.R. mandou fazer aos acontecimentos de Custóias.

O relatório é contestado em vários pontos, nomeadamente quando se refere à existência de G 3 nas mãos de manifestantes e quanto à ocultação de possíveis marcas de balas feitas na parede da prisão provocadas por disparos provenientes dos manifestantes.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL ACERCA DAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

1 — Como é do conhecimento de todos os trabalhadores da Construção Civil, vão realizar-se eleições para os Corpos Gerentes do nosso Sindicato. Essas eleições realizam-se no dia 12 de Fevereiro. Apresentaram a sua candidatura duas listas, por ordem de entrega, a primeira recebeu o nome de Lista A, a segunda a de Lista B. Seguidamente a Mesa da Assembleia Geral passou à verificação dos processos de candidatura das listas, **tendo chegado à conclusão que a Lista A estava legal, de acordo com os Estatutos aprovados pela classe, o mesmo não sucedendo com a Lista B, a qual continha 16 irregularidades.** De acordo com os Estatutos foi-lhe dado um prazo de 3 dias para legalizarem a sua candidatura. **Após o prazo dado, a Lista B não conseguiu anular todas as irregularidades,** ou seja, não apresentou o número mínimo, exigido pelos Estatutos, de 3300 assinaturas de apoio, **pelo que a Mesa da Assembleia Geral em conformidade com os Estatutos não pôde considerar válida a candidatura da Lista B.**

2 — Já após redigido o que acima se diz, teve a Mesa da Assembleia Geral conhecimento de um documento dos candidatos à Lista B, contendo graves acusações à actuação da Mesa durante o processo de candidatura das Listas. Em abono da verdade e da obrigação que a este órgão do Sindicato assiste em informar os sócios, **queremos deixar ficar bem claro os seguintes pontos:**

— Afirmam os subscritores do referido documento que a Mesa «boicotou a participação da Lista B às eleições» e de que «cumpriram todos os requisitos exigidos pelos Estatutos». A Mesa tem a dizer que uma lista só será Lista, se tiver preenchido todas as disposições estatutárias que regulam o acto eleitoral. Ora a candidatura da Lista B não foi aceite porque não cumpriu com os Estatutos, e nós vamos publicamente explicar porquê: A Lista B apresentou 1659 assinaturas. Dessas 1659, havia 235 que não podiam ser aceites e portanto, era como se não contassem. Após 3 dias, a Lista B somente apresentou 2516, dessas 2516 havia ainda que anular 429, pelo que a Mesa da Assembleia Geral só considerou válidas 2087, pelo que a Mesa da Assembleia Geral viu-se obrigada a rejeitar a candidatura da Lista B.

— Quanto ao número de assinaturas suficientes para apresentação de uma candidatura, a Mesa da Assembleia Geral tem a afirmar o seguinte: No dia 13 de Janeiro pelas duas horas da madrugada três indivíduos que se disseram candidatos pela Lista B, dirigiram-se à residência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tentando informar-se do número de assinaturas necessárias para a candidatura da Lista. Foi-lhes informado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral que o número andaria à volta das 2000. No dia seguinte, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral após ter procedido à consulta do número de sócios do Sindicato (66 047) verificou que a 5 % do número de sócios correspondia 3300 e não à volta de 2000 como tinha afirmado anteriormente, pois o Presidente da Mesa baseou os seus cálculos numa percentagem de 3 %. Foi então elaborado pela Mesa um documento no qual se definia o número de assinaturas necessárias. Este documento foi elaborado, aceite e assinado pelos delegados da Lista B, os quais compreenderam o erro do cálculo inicial, tendo acordado, em qualquer reclamação que realmente e de acordo com os cálculos feitos com base nos ficheiros do Sindicato, eram 3300 assinaturas as que correspondiam a 5 % dos sócios inscritos. É este documento que os candidatos da Lista B maldosamente pretendem ignorar.

— Outra das irregularidades da Lista B era não terem indicado o seu representante para a Comissão de Fiscalização na altura da apresentação da respectiva candidatura. Só indicaram um representante no dia 20 às 19.45 horas e no dia seguinte a Lista foi rejeitada por não ter cumprido com os Estatutos. Como queriam pois os candidatos da Lista B que o seu representante fiscalizasse se nem sequer existia à data da entrega da Lista? **Por outro lado, a Comissão de Fiscalização só é constituída após a aceitação das diversas candidaturas.**

— Quanto aos cadernos eleitorais, ao contrário do que afirmam os candidatos à Lista B, os cadernos foram afixados dentro do prazo que os Estatutos determinam, isto é, 20 dias antes do acto eleitoral.

Eis, portanto, a verdade dos factos que importa trazer ao de cimo para que não restem dúvidas a ninguém. Importa ainda acrescentar que a Mesa da Assembleia Geral possui todos os documentos comprovativos do que afirma ao longo deste comunicado. Compete agora aos trabalhadores ajuizarem dos factos e darem razão a quem a tem.

Lisboa, 28 de Janeiro de 1976

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

REVELA UM EX-AGENTE

C.I.A. provocou cisões no M.F.A.

PARIS, 29 — (FP) — A C.I.A. apoiou Mário Soares, dirigente soialista português, e mais tarde o Partido Popular Democrático (PPD-centro direita) contra os comunistas e os elementos da extrema-esquerda, afirmou, ontem, Philip Agee, antigo membro da Agência Americana de Espionagem (CIA) entre 1957 e 1969.

Numa conferência de Imprensa dada em Paris, por ocasião do lançamento em França do seu livro «Diário de um Agente Secreto» (no original: «Inside the Company: Cia diary), Philip Agee disse ainda que a CIA incitara os católicos do norte à violência, a fim de aumentarem a instabilidade da vida política em Portugal. Além disso, tentara provocar cisões no seio das organizações sindicais e do Movimento das Forças Armadas M.F.A.), onde teria tentado desacreditar os militares mais progressistas.

Philip Agee, que revelou os nomes dos membros da equipa dirigente da CIA em Portugal, indicou, por outro lado, que os Estados Unidos tinham gasto milhões de dólares para pagarem aos partidos políticos anticomunistas da Europa Ocidental depois da Segunda Guerra Mundial.

DIA 1 DE FEVEREIRO SAI A
NOVA
plateia
56 PÁGINAS DE GRANDE FORMATO
REPORTAGENS A CORES DE TODOS OS ESPECTÁCULOS
RESERVE JÁ O SEU EXEMPLAR
TODOS OS 15 DIAS — 15$00
AGÊNCIA PORTUGUESA DE REVISTAS - LISBOA

ALHANDRA

MARIA ADELAIDE FERREIRA FALCÃO

AGRADECIMENTO

Sua família agradece reconhecidamente a todas as pessoas que se dignaram acompanhá-la à sua última morada ou por qualquer forma lhe testemunharam o seu pesar.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul

CONVOCATÓRIA

O Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, convoca todas as Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais das Empresas em Autogestão, constituídas em Cooperativas ou em vias disso, e ainda de todas as empresas em dificuldade, dos Sectores dos Lanifícios, Têxteis, Vestuário, Tinturarias e Lavandarias, para uma importante reunião a realizar na sede do Sindicato (Rua Conde Redondo, 60-2.º) no próximo dia 30 pelas 20 horas com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1.º — **Informações**
2.º — **«Problema» das Credenciais — Medidas a tomar**
3.º — **Constituição dum grupo de trabalho**

— TODOS À REUNIÃO DO DIA 30 !
— NÃO ÀS INGERÊNCIAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO !
— NÃO À CARESTIA DA VIDA !
— NÃO AO CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS DE MISÉRIA !
— VIVA A CLASSE OPERÁRIA !
— UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS !

Lisboa, 28 de Janeiro de 1976

Pel'A DIRECÇÃO
Joaquim Venâncio

Nacional

FASCISMO AVANÇA — QUEM O DETÉM

3. E.L.P. e M.D.L.P. são duas faces da mesma moeda

Voltamos hoje ao ELP e ao MDLP. A generalidade da população portuguesa familiariza-se com a primeira daquelas siglas em 23 de Março último quando o então comandante da Região Militar do Norte, brigadeiro Corvacho, divulga no Porto a existência e actividade da organização, dando ainda conta dos primeiros resultados obtidos pelas investigações em curso.

O E.L.P. existe desde pouco depois de 28 de Setembro de 1974 e tudo faz crer que foi criado por iniciativa daqueles que se exilaram em Espanha, malograda a tentativa então feita pelas forças de extrema-direita de tomarem o Poder. Uma iniciativa política: certo que do ELP farão parte «pides» que fugiram, marginais, ex-combatentes que regressaram de África e em Portugal se viram a braços com dificuldades para conseguirem trabalho, vindo a ser mais cedo ou mais tarde aliciados, e sugestivamente (um mínimo de 10 contos, conforme declarações de indivíduos contactados). Mas uma organização é uma organização, e terão sido «cabeças» dos Partidos Liberal e do Progresso que a conceberam e montaram.

Os Partidos Liberal e do Progresso foram destroçados em Portugal, falhado o golpe de 28 de Setembro. Os seus dirigentes foram detidos ou fugiram logo. Os que foram detidos viriam a ser libertados e a exilar-se depois. Os mais deles fixaram-se em Espanha, principalmente em Madrid. Outros seguiram para o Brasil onde com discreção ou sem ela, prosseguiram o trabalho que o malogro do «28 de Setembro» interrompera. Por um longo período vai-se tendo notícias da actividade que desenvolvem, centrada em Madrid e dirigida para Portugal, mas escasseiam referências ao trabalho que desenvolvem os que se exilaram no Brasil. Não quer isto dizer que o que se passa no Brasil tenha menos importância: talvez pelo contrário, é aí que, por exemplo, se articulam mais directamente as actividades desenvolvidas em Espanha com o grande capital internacional no sentido de obter os necessários financiamentos. O que se passa no Brasil passa-se em França, também, e pelo menos. E igualmente nas principais capitais da Europa a extrema-direita portuguesa mantém contactos com as mais conhecidas organizações fascistas europeias, que lhe dão apoio militar e político e a colocam ao abrigo de pelo menos, dificuldades financeiras. No Brasil, a Imprensa destinada à colónia portuguesa («O Mundo Português», «Voz de Portugal», entre outros jornais) protege os interesses da extrema-direita exilada e faz-lhe a propaganda contra o processo político que está a desenvolver-se em Portugal. Na Europa, e para falarmos não das organizações clandestinas mas da Imprensa legal que lhes serve de porta-voz, a extrema-direita portuguesa merece todo o apoio (por certo activo e militante) das organizações que directa ou indirectamente estão por trás de, por exemplo, semanários fascistas «Fuerza Nueva» (Espanha), «Minute» e «Rivarol» (França), «Il Borghese» (Itália). Ha ainda ligações com a espionagem norte-americana, concretizadas com elementos da CIA actuando na Europa. Alguns deles, devidamente instruídos, viriam depois a entrar em Portugal, onde se desembaraçaram de diversas tarefas inerentes ao trabalho de fomento da agitação e desordem, designadamente na vaga incendiária que se registou no Verão do ano passado. Efectivamente, muitos estrangeiros foram vistos nos locais onde os incidentes se registaram, e por certo nem todos seriam turistas ou profissionais da Informação. Tudo isto é evidentemente verdade, embora não seja muito fácil comprová-lo.

O ELP «ESPERA» PELO MDLP

Durante muito tempo o ELP tem uma existência relativamente discreta. Mas também esta aparente discreção pode explicar-se. Os seus mentores, os seus comandos tinham naturalmente noção de que não era fácil comprometer os militantes em acções visíveis. Faz-se então um tráfico silenciosos de informação, contactos, compromissos. Alarga-se o número de activistas, não muito, embora, visto que a organização procura antes de mais assegurar a eficácia das acções a que se dedica e estas podem ser concretizadas por um número muito reduzido de pessoas. A eficácia do ELP não é uma questão de aderências, mas depende sobretudo do factor organização.

Depois, em boa verdade, o ELP só se lança a sério numa grande ofensiva quando se encontra montada a sua cúpula político-militar. E isto acontece quando o MDLP se forma e as duas organizações passam a trabalhar articuladamente. Os responsáveis pelo MDLP recusaram durante muito tempo (e provavelmente ainda hoje) que p E.L.P. fosse o seu braço armado. A verdade, porém, é que as «bases» activas do MDLP não podem ser outras que não as do ELP. O que se passa é que as duas organizações complementam-se, conjugam-se — primeiro ao nível de direcção, depois no plano das acções concretas. Tudo faz crer que o ELP fornece para estas acções os seus activistas. Mas não só: os homens que estiveram à sua cabeça durante todo o tempo em que a sua acção foi um pouco inconsequente par além de certos rasgos de agitação e propaganda acabaram por tornar-se preponderantes no funcionamento consequente do MDLP.

Libertação
ÓRGÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO PORTUGUÊS (ELP)
N.º 3 — 1975 — VIRIATO — JORNAL CLANDESTINO DE PORTUGUESES E SÓ PARA PORTUGUESES
AVANTE, CAMARADAS ...
AVANTE, CAMARADAS... Perfeita a missão desempenhada. Os "lêbes" do P.C. tiveram de vestir a pele ...
NÃO QUEREMOS OS "MODERADOS" !!
Essa coisa dos "moderados" não pode enganar ninguem.

Os homens do ELP são fundamentalmente salazaristas: poderíamos situá-los à direita de Spínola, eles que já tinham estado à direita de Marcelo. Os homens do MDLP são fundamentalmente «spinolistas», no sentido de que o projecto que os congrega é um projecto que pretende uma solução autocrática para o problema (que os obseca) da autoridade em Portugal. As diferenças serão profundas e talvez não. De qualquer modo, deve ter-se imposto a ambas as partes a noção de que tinham um objectivo comum a atingir: combater as forças de esquerda que detinham o poder pelo menos político. A luta por este objectivo privilegia os comunistas como adversários. Privilegia principalmente o Partido Comunista Português, que a propaganda escrita, tanto do ELP como do MDLP, apresenta como a única força de esquerda verdadeiramente organizada. Para o E.L.P./M.D.L.P. é fundamental afastar o P.C.P., e a propaganda di-lo abertamente: afastado o P.C.P., torna-se irrelevante o «perigo comunista».

«O verdadeiro motor do chamado «processo revolucionário português» tem sido sempre o Partido Comunista, norteado pelos interesses da U.R.S.S. Os demais partidos e grupos políticos nunca passaram de comparsas infelizes, desempenhando papéis de segunda ou terceira ordem nesta tragicomédia escrita e encenada por Moscovo» — dizia o «Libertação», órgão do ELP, logo no seu primeiro número em Agosto de 1975.

Todavia, é preciso acrescentar, logo no segundo número (Setembro) o mesmo jornal abria o âmbito dos objectivos que se inscreviam no seu programa de acção como obstáculos a destruir: «O Partido Comunista não pode ser transformado em bode expiatório de uma hecatombe nacional na qual são grandes — talvez maiores — outras responsabilidades». (...) «Em nome de uma pseudoluta contra o Partido Comunista, aparece agora a pretender «salvar» o País gente como Mário Soares — cuja presente influência a ganhou em grande parte com voluntário e sôfrego intermediário da traição —, como Melo Antunes ou Vítor Crespo ou Carlos Fabião, como tantos outros cúmplices, acólitos ou promotores do partido — que mordem agora a mão do dono, dispostos a sacrificar até ao último comunista (como diria Álvaro Cunhal) para salvar a própria e miserável pele».

A propaganda do MDLP é mais benigna. O jornal «Viriato» no seu primeiro número declara-se indignado pelo suposto facto de «Raul Rego, Bispo do Porto, Mário Soares, Arnaldo Matos, Sanches Osório, Sá Carneiro, Palma Carlos, Salgado Zenha, etc.» serem «agora acusados de fascistas».

Veremos proximamente ao nível dos textos as diferenças entre o MDLP e o ELP. Custa, no entanto, distinguir graus qualitativos entre opções de extrema-direita.

O ELP ABSORVIDO?

Até porque não poderá falar-se do ELP e do MDLP separadamente depois da convergência táctica entre as duas organizações para a concretização de um só projecto.

Sabe-se há muito que essa convergência se deu e, mais, quem teve nisto um papel preponderante: Fernando Pacheco do Amorim, que foi secretário-geral do Partido do Progresso e se ausentou do País na sequência do «28 de Setembro». Ele fixou-se em Espanha e polarizou os elementos que haveriam de impulsionar a formação do ELP. Depois abordou (ou veio a ser abordado por) os militares spinolistas que fugiram na sequência do «11 de Março» e preponderou na aproximação das duas organizações.

O seu nome nao aparece entre os principais do ELP-MDLP, mas talvez por isto: o E. L. P. eclipsou-se aparentemente, talvez até por uma espécie de má consciência de direita. Os seus dirigentes não serão tão pouco inteligentes que não tenham visto a tempo as vantagens de se apagarem deliberadamente perante um nome sobrecarregado de conotações como Spínola. Este e os seus teriam (por que não?), pelo menos em princípio, uma certa relutância em aceitar aparecer em público ao lado de homens que não dasfrutariam de qualquer simpatia senão entre os piores agentes da Polícia do Mundo. Os «pides», por exemplo.

Naturalmente o M. D. L. P. pretendeu desde a primeira hora passar por uma direita minimamente civilizada que só pela escalada dos comunistas ao Poder se tinha visto obrigada a fugir do seu país.

COMANDO E BASES

Por se falar de nomes, valerá a pena reter um pouco do que é o M. D. L. P. (ou E. L. P.-M. D. L. P.) como organização e quem ocupa os lugares preponderantes na sua direcção.

Trata-se de uma organização estruturalmente militar, como militares são, na generalidade, os homens que o integram. Mesmo os elementos civis estão submetidos a uma disciplina de actuação e comportamento rigorosamente militar. Comando Central: em Espanha. Bases: Portugal, naturalmente, onde se encontra provavelmente a maior parte das suas adesões. Há uma ligação permanente entre o comando em Espanha e as bases em Portugal.

Quando se fala de bases, deve dizer-se que se trata de «aderências», «adesões». Estas obtêm-se através de iniciativas individuais, contactos restritos. O processo para os conseguir e o modo como eles depois vão funcionar são praticamente os mesmos que o E. L. P. utilizava na sua fase de lançamento antes do M. D. L. P. Um «agente» (e será esta a designação mais apropriada), por exemplo, convém à organização que não conheça os demais, pelo menos no âmbito de actuação que lhe é destinado. A organização, no que respeita à planificação e execução de operações, assemelha-se à C.I.A.: há um braço executivo e um braço informativo, e nunca se confundem, a nível local. Cada «agente» procede a múltiplas operações completamente estanques. «Cada operação é uma operação» — eis o princípio. Cabe ao comando central fazer ou não confluir as operações diversas. A com-

Continua na pág. 18

PUB

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO

Informam-se os beneficiários desta Caixa de Previdência de que se encontra em organização o serviço de processamento do abono de família e subsídio de aleitação na sua forma pecuniária, tendo em vista a sua automatização.

O novo sistema permitirá a liquidação dos referidos benefícios todos os meses, com intervalos regulares de 30 dias, e, ainda, com alguma antecipação em relação às datas habituais de pagamento adoptadas pela Caixa.

Embora se tenham tomado medidas cautelares em ordem ao bom funcionamento da nova fórmula, é de admitir que possam surgir momentâneos desajustes. Se tal hipótese se vier a verificar num ou noutro caso, agradece-se a maior compreensão por parte dos beneficiários eventualmente prejudicados e o conhecimento imediato à Caixa de quaisquer deficiências para se proceder às devidas correcções.

Igualmente se agradece às firmas contribuintes a melhor aceitação para a nova fórmula de pagamento de abono aos seus trabalhadores, solicitando a devolução imediata à Caixa dos vales porventura dirigidos a beneficiários que já não se encontrem ao seu serviço.

Entretanto, os Serviços da Caixa esclarecerão quaisquer dúvidas que se venham a levantar com a adopção do novo sistema, agradecendo desde já as críticas que se pretendam formular com o objectivo de nele serem introduzidas melhorias.

Lisboa, Janeiro de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

PUB

S. R.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

INSTITUTO DE APOIO AO RETORNO DE NACIONAIS

AVISO

Comunica-se a todos os interessados que, a partir **do dia 31 de Janeiro do corrente**, e porque as actuais condições de integração dos retornados já o não justifica, deixarão de ser passadas pelos Serviços do IARN :

1 — **Requisições de bilhetes para transportes públicos no espaço metropolitano.**

2 — **Declarações que até agora substituiam as guias de desembaraço e que funcionavam como elementos de identificação.**

Lisboa, 24 de Janeiro de 1976.

O DIRECTOR

Fernando Cardoso do Amaral

Major

Trabalho

COSTA GOMES AOS TRABALHADORES

"Enquanto for Presidente a direita não avançará"

«Enquanto eu for presidente, a direita não avançará» garantiu o general Costa Gomes na audiência que ontem à tarde concedeu, em separado, à Comissão Coordenadora das co-

festou o seu repúdio face «a Grupo CUF e ao Secretariado da Intersindical.

Às preocupações expressas pelos trabalhadores, o presidente da República assegurou que as conquistas do 25 de Abril não voltarão para trás.

Assim, a comissão de trabalhadores do Grupo CUF manifestou o seu repúdio face» a saneamentos, principalmente a partir do 25 de Novembro, sobre a actual situação no sector da Informação, a manutenção das conquistas dos trabalhadores, sobre o congelamento da contratação colectiva e o aumento do custo de vida, a planificação da economia sobre o que classificaram de **novo rumo para a revolução».**

A Reforma Agrária também foi um dos pontos da agenda para este encontro, que se prolongou durante cerca de três horas. Foi denunciado um plenário reaccionário marcado para Estremoz («uma provocação aos trabalhadores alentejanos») e a política seguida pelo Ministério do Trabalho, em muitos aspectos, foi considerada antioperária. Não ficou por aqui a longa exposição da comissão de trabalhadores do grupo CUF. O controlo operário da produção, a prisão dos militares e civis progressistas, o caso da Previdência, a ofensiva ter-

Costa Gomes: a «unicidade não está em causa»

rorista da direita e o possível regresso a Portugal dos Melos e de Champalimaud.

A estas questões muito concretas postas pelos trabalhadores e às suas inquietações face ao avanço das forças reaccionárias, o Presidente da República afirmou que, enquanto for presidente, a «direita não avançará», pois, segundo divulgou a Comissão do Grupo CUF à saída de Belém, «tanto o Presidente da República como o Conselho da Revolução estão atentos para impedir tal viragem. Mais de noventa por cento dos militares defenderão o Programa do 25 de Abril» — teria ainda acrescentado o general Costa Gomes.

A propósito de notícias divulgadas sobre o possível regresso de capitalistas como Champalimaud ou Jorge e José de Melo, o general Costa Gomes não acredita que isso seja possível.

CONGELAMENTO SÓ ATÉ 1 DE MARÇO

As nacionalizações são irreversíveis, acrescentou o Presidente, assim como a participação dos trabalhadores na gestão da Previdência.

Isto mesmo reafirmou, o general Costa Gomes mais tarde, na audiência ao Secretariado da Inter, que adiantou não ter estado nunca em causa a revisão da Lei Sindical, a qual só, o Conselho da Revolução poderia efectuar. «A unicidade não está em causa» — disse.

No tocante ao aumento do custo de vida, tema de uma das moções aprovadas no último plenário da Inter e entregue ao general Costa Gomes, o Presidente expressou a opinião de que esse aumento favorecia as forças de direita, pelo que iriam ser tomadas medidas que atenuem o seu agravamento.

Sobre o congelamento da contratação colectiva, prometeu que não será prolongada além de 1 de Março.

Sobre a acção desenvolvida por Jorge de Melo no estrangeiro, a comissão da CUF relatou o facto de aquele capitalista ter vendido acções de uma empresa do grupo brasileiro Ipiranga — a Isacuf —, acções essas compradas com dinheiro da CUF, que ficou possuidora de 40 por cento do capital da referida firma. Embora a última fase do pagamento das acções não se tivesse verificado, a verdade é que segundo nos informaram aqueles elementos da comissão coordenadora da C.U.F., o valor da transacção com uma empresa jugoslava foi da ordem dos cento e vinte mil contos.

Aqueles elementos consideram que Jorge de Melo não podia efectuar a venda, uma vez que as acções não lhe pertenciam. Eram propriedade da CUF.

O secretariado da Inter já tinha sido recebido, de manhã, pelo capitão Sousa e Castro do Conselho da Revolução, tendo no final os dirigentes sindicalistas declarado que «as posições do movimento sindical deviam ser sempre bem percebidas para se evitar o clima de especulação, que certos orgãos aproveitam para prejudicar a luta dos trabalhadores».

Sindicatos intervêm no caso das rodoviárias

Comissões de trabalhadores e delegados sindicais das empresas de transportes nacionalizadas vão analisar, logo à noite, a actuação do subsecretário de Estado dos Transportes, dr. Manuel Moura, no decurso de reunião convocada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários, dos Metalúrgicos e das Garagens.

Este encontro surge na sequência das posições que os trabalhadores das rodoviárias estão a tomar, contestando a pretensão expressa por aquele membro do Governo, ao anunciar a substituição de alguns elementos das comissões administrativas de diversas empresas, que gozam da confiança dos trabalhadores.

Sabe-se que o dr. Manuel Moura teria ameaçado demitir-se, durante uma reunião, ontem à tarde, com elementos da Comissão Coordenadora e Instaladora da Rodoviária Nacional (C. C. I. R. N.), de análise da convocatória para o encontro sindical de logo à noite. O subsecretário de Estado pretendia, para se manter em funções, — segundo informações fidedignas — que o Secretariado das Comissões de Trabalhadores do sector (S. C. T. E. R. N.) se eximisse publicamente da responsabilidade nessa convocatória.

A reunião, a efectuar na sede do Sindicato dos Transportes Rodoviários do distrito de Lisboa, pelas 21 e 30, foi directamente motivada pelas afirmações do dr. Manuel Moura, durante um encontro com a SCTER N., a semana passada. Como ontem noticiámos, o subsecretário dos Transportes anunciou que iria proceder à substituição de alguns delegados do Governo às comissões administrativas. Argumentou, nessa ocasião, que as substituições eram motivadas pela pouca capacidade técnica desses elementos, em virtude de terem assinado uma carta de contestuação do aumento de tarifas, o que, para o Ministério, seria revelador da falta de conhecimento dos problemas e situação real das empresas.

Por outro lado, o dr. Moura participou quo o Governo não poderia continuar a subsidiar as empresas, e que os custos de exploração deveriam ser suportados pelos utentes, «o que, a confirmar-se, põe os trabalhadores numa situação alarmante», alertam os sindicatos.

DILIGÊNCIAS NA E. V. A.

Os trabalhadores da Empresa de Viação do Algarve vêm desenvolvendo diversas diligências, desde a semana passada, no sentido de garantir a permanência do administrador nomeado pelo Estado.

Prevê-se a entrega de um memorando sobre a situação na empresa ao governador civil de Faro, que deve assistir a uma reunião geral de trabalhadores, ainda hoje.

No próximo sábado, as organizações representativas dos trabalhadores da E. V. A. deslocam-se a Lisboa, para falar ao Primeiro-Ministro.

Bancários contra "supérfluos"

A maneira «descuidada e fácil como são passadas licenças de importação para produtos supérfluos» foi denunciada pelos trabalhadores da secção de estrangeiro do Banco Pinto e Sotto Mayor, em declarações à Anop.

Aqueles trabalhadores bancários decidiram «não abrir qualquer crédito documentário que se destine a garantir o pagamento de produtos desse género... até que esteja devidamente esclarecida a razão plausível de tais autorizações de importação».

Os bancários citam, entre outras importações supérfluas a de tabaco estrangeiro de luxo, a de buzinas de automóvel com música (cuja utilização até está proibida) e a de máquinas de escrever, que já se fabricam em Portugal.

Recorda-se, a propósito, qoe os 1800 trabalhadores da fábrica portuguesa «Messa» de máquinas de escrever se encontram em precária situação por falta de encomendas, receando o encerramento da empresa, caso não consigam sair da situação deficitária em que se encontram.

Recentemente viram garantido o seu trabalho por mais alguns meses, graças a uma encomenda de 80 000 máquinas feita por uma firma americana.

Solidarizando-se com esta posição dos trabalhadores do Banco Pinto e Sotto Mayor, os seus colegas da secção de estrangeiro do Banco da Agricultura, decidiram tomar idêntica atitude, que foi aprovada por unanimidade em R.G.T.

Destas decisões foi dado conhecimento às entidades governamentais, nomeadamente ao Ministério do Comércio Externo, e ainda ao Presidente da República e Conselho da Revolução.

"DIA DE SALÁRIO PARA A NAÇÃO"

Provas não há, só "indícios"

Apesar de considerar que «na boa lógica de investigação, ainda não seria altura conveniente para se abordar uma matéria com a complexidade, a delicadeza e a dimensão desta», a Comissão técnica que tem a seu cargo investigar o destino dos dinheiros do «Dia de Trabalho para a Nação» deu esta manhã uma conferência de Imprensa sobre o assunto, no Ministério do Trabalho.

Com o intuito de acabar com as especulações, esta comissão técnica não adiantou muito mais sobre o assunto. Acabou agora a primeira fase do inquérito. Não tem ainda, consoante reconheceu, provas concretas mas apenas «indícios» de desvio de donativos.

A responsabilidade do ministro Costa Martins não ficou esclarecida. Durante grande parte da conferência de Imprensa, deu a impressão de responsabilizar mais o gabinete do ministro que o seu próprio titular. Porém, a certa altura ia não **era bem isso. A dúvida persistiu,** o que não ajuda a acabar com a especulação. Declarações vagas, imprecisas.

A subjectividade na entrega dos donativos, foi um dos pontos mais focados. Para remediar esta questão, foi levantada a hipótese de ser criada uma comissão de gestão de Fundos deste tipo, suficientemente representativa dos trabalhadores.

Na conferência de Imprensa os inquridores tentaram explicar o que de concreto existe sobre o dinheiro do «Dia de Trabalho para a Nação»

Vejamos agora algumas das questões mais frisantes, que mereceram um estudo por parte desta comissão técnica, tendo à frente o inspector-geral, dr. Raul Junqueiro.

A inexistência de controle de qualquer órgão da Contabilidade Pública sobre o sistema de registo e movimentação dos donativos dos trabalhadores; deficiências graves na concepção e funcionamento do sistema de registo e movimentação; faltas de justificação na atribuição de certos subsídios e desrespeito pela vontade dos afertantes, são, para já, «índicios» de que teria havido possíveis irregularidades na gestão e entrega dos donativos do «Dia de Trabalho para a Nação».

Uma das «acusações» desta comissão técnica refere-se aos «critérios muito subjectivos de atribuição de subsídios». Outra refere-se ao «aproveitamento das ofertas para manipulação partidária de cúpulas dirigentes de trabalhadores, para a prossecução de condutas divisionistas, para o aproveitamento de determinadas lutas laborais». Não foi mencionada a força partidária, apesar da insistência dos jornalistas, nem dado qualquer exemplo concreto. A certa altura, falou-se do subsídio à «República», de cerca de 1.300 contos. Manipulação partidária da anterior equipa do Ministério do Trabalho? — alguém perguntou. Sem resposta.

OS NÚMEROS

Para centralizar todo o movimento dos donativos — prossegue o documento — foi aberta na Caixa Geral de Depósitos, em Julho de 1974, uma conta com o número M. 1130 e a designação «Ofertas dos trabalhadores». Esta conta só podia (e pode) ser movimentada pelo ministro do Trabalho e não tinha (nem tem) carácter pessoal. Até à data de posse do actual ministro do Trabalho foram depositados na Caixa Geral de Depósitos 79 399 249$80 e foram emitidos cheques no valor de 82 272 771$50, o que originou o saldo negativo de 2 353 521$70, dado que quatro cheques no valor de 520 000$00, não chegaram a ser pagos por falta de cobertura. Parece, entretanto, que o saldo negativo foi diminuído com a determinação do capitão Tomás Rosa, ao mandar proceder ao depósito de quantias que tinha em cofre. Assim, em 31 de Dezembro de 1975. aquele saldo (negativo) ficou reduzido a 698 215$60.

Para saber da aplicação correcta dos donativos vai ser divulgada a lista dos donativos e das entregas. Esta é a segunda fase do inquérito.

COM ENCONTRO, EM AVEIRO

Sindicalistas do P.S. fomentam unicidade

Um encontro nacional de dirigentes sindicais militantes do Partido Socialista efectua-se, nos próximos dias 30 e 31 do corrente, e 1 de Fevereiro, na cidade de Aveiro, segundo informa a Anop. O objectivo deste encontro é a análise da situação actual do movimento sindical, com debate sobre a organização e estruturação sindical e possível realização de um novo congresso de sindicatos.

«Face à actual movimentação no quadro político e sindical do País, em que forças reaccionárias e direitistas tentam fomentar o pluralismo sindical, os dirigentes sindicais socialistas, sentindo a necessidade de destruir essas tentativas, acharam por conveniente a realização deste encontro com vista a garantir a unidade do movimento sindical português, mobilizando ao mesmo tempo os trabalhadores para a construção de uma Central Sindical Única, democrática e independente, e em que se assegure o direito de tendência» — afirmou a Comissão Organizadora do encontro em conferência de Imprensa hoje realizada.

«Não estão na nossa perspectiva e são contrárias à nossa orientação, quaisquer iniciativas que vão contribuir para a divisão do movimento sindical português» — sublinhou Áires Rodrigues da Comissão Nacional do P.S., que manifestou no entanto a sua oposição ao Secretariado da Intersindical Nacional, considerando-os eleitos num congresso «ilegal» e «antidemocrático».

Nacional

LÃ E ALGODÃO: A MEADA ENREDADA (4)

ROGÉRIO VIDIGAL (TEXTO)
RUI PACHECO (FOTOS)

GARANTE JOSÉ RABAÇA

Quer em capitalism quer em socialism a reconversão do s era inevitável

José Rabaça, industrial de lanifícios, antigo homem de Imprensa, ex-candidato a deputado pela oposição (C. D. E. de Castelo Branco) em 1969, é o nosso interlocutor de hoje a propósito da «meada enredada» da lã e do algodão que nos levou a terras beiroas. Trata-se de um conhecedor em pormenor da questão, e essa posição levou-o precisamente a encabeçar em data recente a associação patronal do sector, da qual viria a demitir-se. A entrevista, em jeito de pergunta e resposta, representa liminarmente uma tentativa de desfibramento dos vícios e perspectivas (apesar de tudo perspectivas) que envolvem a actividade têxtil no nosso país.

No período que antecedeu o 25 de Abril, já se declarava na indústria de lanifícios uma crise (aliás, os próprios industriais já falaram nisso), pela existência de material antiquado, dificuldades financeiras etc., embora, na altura, se verificassem todas as possibilidades de exportação de produtos e de importação de fibras. Gostaríamos que nos desse o seu ponto de vista sobre este período.

Tenho a impressão de que a indústria de lanifícios terá verificado, desde há muitos anos, uma situação de crise. As épocas anormais é que abriam a excepção. Portanto, a indústria existia em precárias condições, particularmente no campo económico. No ano de 1973 que terá sido um ano de equívocos para a indústria de lanifícios como para a indústria portuguesa, criou-se toda uma imagem falsa, de uma sociedade próspera através da bolsa, através do jogo imobiliário, dos andares, das compras dos terrenos, verificando-se um desvio das actividades tradicionais do País.

Aconteceu que 1973, em relação à indústria têxtil, particularmente em relaçao à indústria de lanifícios, foi aparentemente favorável, com a subida das matérias-primas. Essas matérias-primas conseguiram, através de uma valorização dos produtos enquanto se fez o aproveitamento dos «stocks» que existiam, dar uma imagem de impulso que não era o correspondente ao normal consumo no País. Portanto, ao nível de consumidor isso verificou-se, ao nível dos circuitos comerciais verificiou-se também, fizeram-se «stocks» maiores e talvez tenha sido um ano perfeitamente excepcional, que se começou a destruir, imediatamente, no início de 1974, que foi quando se começou a desfazer todo aquele irrealismo que tinha caracterizado o ano anterior.

A BOLSA E A LÃ

Ainda, portanto, sem 25 de Abril...

Ainda sem 25 de Abril, aliás, para mim, a revolução do 25 de Abril é fundamentalmente uma revolução burguesa porque em grande parte foi determinada economicamente por uma tomada de posição dos elementos pertencentes à pequena burguesia que estavam preparados e já estavam convencidos de que a banca nunca mais deixaria de lhes assegurar as vantagens da subida. E a partir de Dezembro de 73, Janeiro e Fevereiro do 74, quando a coisa começa em descida, pois evidentemente que uma grande parte do chamado cidadão médio estava preparado para ganhar um golpe e não para perder.

Na indústria de lanifícios evidentemente que a coisa teve os seus reflexos até porque entrámos num período de perturbação para que ninguém estava preparado. Pois, houve quebras não só de produção como de produtividade. Houve determinados desmantelamentos também na orgânica financeira, a própria banca com comportamentos que não correspondiam aos clássicos, e a situação, de um momento para o outro, voltou àquilo que poderíamos considerar anormal, tiradas as dificuldades. Simplesmente essas dificuldades acentuaram-se mais e podemos dizer que a crise neste momento se acentuou mais vivamente do que era tradicional nos últimos anos.

No documento de Ofir perspectiva-se a crise de antes do 25 de Abril, assinalando a pulverização da indústria têxtil, a compra de material antiquado a vários países (como a Alemanhã, os países nórdicos, etc.,) e outros factores. Considera esses factores importantes, ou, antes, como parte de uma certa conjuntura económica?

Nós temos na indústria de lanifícios, como temos também, mais tipicamente, na indústria têxtil do Norte, ou seja na algodoeira e fibras, fábricas que se podem considerar como «fábricas-modelo» a um nível internacional. Quer dizer, nós temos fábricas que existem no Porto e existem até dentro da nossa zona, que eram fábricas perfeitamente viáveis, no que diz respeito a equipamento para sobreviverem em qualquer país altamente competitivo. Mas temos fábricas em que essa posição é mista, tendo secções modernizadas e secções antiquadas, e temos, evidentemente, firmas que se deixaram ultrapassar, até porque seriam firmas que não pertenceriam a industriais típicos mas, sim, a homens de negócios que estavam na indústria de lanifícios, nuns casos por herança noutros casos por aventura de momento.

A prova de que efectivamente temos uma determinada capacidade, que só pode nascer desse apetrechamento, é que efectivamente a indústria têxtil, no seu conjunto, exporta. E não só exporta como tem uma posição de relevo muito especial na exportação portuguesa. Em relação ao produto industrializado, o sector contribui na ordem dos 30 por cento e num ano como o de 75, em que estavamos nesses valores temos uma realidade que não pode ser esquecida nem afastada dos problemas do País em si.

OS REINVESTIMENTOS E A LIBERDADE

Passe a insistência mas volto ao problema. É uma acusação das organizações de base e não só, de que não haveria uma política correcta de reinvestimentos. Haveria o tal caso das pequenas empresas que preferiam empregar os lucros na aquisição de bens que não tinham nada que ver com a indústria, mas sim com ambições de carácter particular...

É natural que esse fenómeno se verificasse, mais ao nível até das pequenas empresas. O que não quer dizer que não existam também pequenas empresas que, para a sua pequena dimensão e até com um lugar que podem efectivamente ter dentro de uma indústria reorganizada tenham feito investimentos com cabeça e demonstrando o interesse do empresário. Claro que houve casos em que o desinteresse se traduziu por uma perda de qualidade de parque.

Do que eu tenho a impressão é de que é muito difícil generalizarmos acusações baseados nisso. Também estou convencido de que, com 25 de Abril ou sem ele, uma determinada selecção natural seria inevitável e essa estaria condenada. E continua a estar condenada dentro de qualquer processo que se desenvolva.

Como é que lhe surge o 25 de Abril no agravamento desta crise que já se encontrava aberta mas, nessa altura, parece ter-se precipitado?

Agravou-se porque, efectivamente, nem os empresários nem os trabalhadores estavam preparados para viverem em liberdade. Tenho a impressão de que o pior que o fascismo nos deu foi a consequência dele mesmo. Aliás hoje nós servimo-nos frequentemente de acusações recíprocas. Pois os trabalhadores fazem-no através de uma organização sindical que inclusive tem generalizado a designação de fascista a todo o patronato. Tenho a impressão de que o comportamento dos trabalhadores do têxtil, aliás, como dos trabalhadores em geral deste País, perante a realidade que era o fascismo foi uma coisa que deixou muito a desejar. Porque, enquanto o fascismo existiu, a luta desencadeada pelos trabalhadores nunca atingiu aqueles pontos revolucionários que depois do 25 de Abril se veio a verificar que existiam em potência mas que estavam com certeza encapotados por qualquer coisa que se me escapa. De resto, parece-me que neste caso teríamos que atender às posições percentuais, pois dentro do patronato haveria quem não fosse fascista, dentro dos trabalhadores terá havido quem o não fosse. Claro que no patronato houve quem colaborasse com o fascismo e dentro dos trabalhadores quem o fizesse também. E é um problema que merece uma certa atenção, até porque me parece que se tem especulado à volta dele: em relação àquilo que representam as organizações de uns e de outros, é evidente que o fascismo dentro da sua óptica nunca se lembrou de fazer depender da P. I. D. E. ou de processos do Ministério das Corporações, a aprovação dos membros eleitos para representarem as classes patronais. Dentro do fascismo isso até não era preciso. O que é certo é que isso era necessário dentro das organizações sindicais e o que neste momento nós verificamos que é que uma grande parte dos dirigentes sindicais ligados ao têxtil já o eram antes do 25 de Abril de 1974. O que se presta pelo menos a diversas interpretações. E parece-me que não foram criadas condições para o ataque, unicamente na ordem política, de parte a parte.

«NÃO É SABOTAGEM»

Ainda volto à mesma pergunta. Dá a impressão que com o 25 de Abril aparecem duas componentes novas no processo da têxtil: a componente económico-financeira, interna, e a componente política com reflexos externos (mercados e créditos). Refiro-me, no segundo caso, à importação de matérias-primas e exportação de produtos acabados e no primeiro caso à fuga de capitais, à não existência de créditos, ausência de investimentos, incorrecta política de subsídios, etc.

José Rabaça: «Nunca poderemos deixar de importar determinados tipos de produtos»

Há um ponto muito importante que tem sido levantado e com o qual eu não posso concordar: efectivamente, quando se diz que a chamada socialdemocracia europeia tem estado a sabotar a revolução portuguesa, através, por exemplo, de dificuldades nos fornecimentos e até em alguns casos em relação aos materiais produzidos, eu não aceito essa posição como sendo efectivamente sabotagem política. Aceito-a como um comportamento normalíssimo no negócio. O que acontece é que, efectivamente, nós começámos a ter dificuldades que se foram acentuando à medida que o esgotamento de divisas se ia processando. No que diz respeito à importação, não só de matérias-primas mas inclusivamente de matérias autixliares importantes, como por exemplo os corantes, chegámos a atingir certas dificuldades. O que acontece é que efectivamente o vendedor quer-se assegurar da capacidade de liquidação por parte do comprador.

E houve uma determinada altura em que nós, efectivamente não estávamos em condições de poder corresponder àquelas normas que caraterizam o comércio internacional. E, portanto, parece-me que esse procedimento é perfeitamente lógico. E até me parece que a coisa não pode ser atribuida unicamente a sabotagem das socias-democracias (eassociais-democracias estão normalmente identificadas com os que tradicionalmente eram os nossos maiores fornecedores) mas porque, em relação aos próprios países de Leste que também são nossos fornecedores, também há um comportamento perfeitamente idêntico.

Pode concretizar?

Pois, suponho que aconteceu um caso desses não com o nosso sector mas sim relacionado com o fornecimento de carne. As remessas estariam a chegar e como não haveria condições de liquidação os barcos teriam sido desviados para Espanha.

Em relação a uma politica de compras, falemos do que pode afectar as nossas exportações. Salvaguardando o caso bastante recente da Inglaterra, onde são reduzidas as condições vantajosas que nos eram oferecidas, os que é explicado pela própria crise têxtil inglesa, que continua a ser uma indústria fundamental para a economia inglesa, tenho a impressão de que a coisa se processa dentro da normalidade. Posso dizer-lhe, por exemplo, que a minha empresa exportou mais em 75 para a Suiça do que nos dois anos anteriores. Há factores, como a moda, que podem coincidir com a nossa produção e que, permitem que isso se dê.

A DIMENSÃO É IMPORTANTE

Falou, a propósito da existência de pequenas empresas, que se daria uma selecção natural. Portanto, determinadas empresas com características menos boas desapareceriam naturalmente, para dar lugar a outras. Isso, neste momento, já aparece ligado, propriamente, à questão da reconversão do sector, não?

O problema da dimensão, no sector tem uma grande importância mas não é decisiva. No nosso País tínhamos invertida a presença ou instalação da pequena ou média empresa. Estou convencido de que dentro do sector, a rentabilidade depende bastante de um problema de dimensão. No nosso caso, a existência de pequenas empresas ocupa no parque geral, uma percentagem que é muito elevada em relação àquela que ocupam as médias e as grandes.

Mas a sobrevivência não está unicamente ligada à dimensão. Nós encontramos dentro do têxtil, por esse mundo fora bons índices de rentabilidade em pequenas empresas, altamente especializadas. O mercado nacional era um bocado difícil e complicado (naturalmente porque a indústria através da sua dispersão conduzia a essa situação) e isso seria resolvido através de uma estrutura diferente ao nível dimensional da próprio indústria.

Acredito que dentro de uma sociedade nova (que não pode deixar de ser efectivamente socialista) a solução será encontrada. A crise do capitalismo atingiu um ponto que começa por ter os reflexos nos países mais pobres.

Portanto, digamos que em

mo
ao
sector

seu entender. a consolidação do socialismo no nosso País, no caso concreto da indústria de lanifícios, passaria por uma reconversão do sector...

A reconversão do sector, quanto a mim, seria inevitável, quer se continuasse no capitalismo, quer no caminho de uma via socialista. Caminhando para o socialismo, evidentemente que o socialismo implica planificação e, inevitavelmente, determinará uma reconversão não só no aspecto dimensional mas no sentido de tornar mais racional a exploração da indústria.

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Neste momento, no nosso País fala-se vulgarmente em independência nacional. Tenho a sensação de que, no caso da indústria de lanifícios, a independência nacional implicaria uma certa capacidade de auto-abastecimento de matérias-primas. O que pensa desta questão?

Bom, em primeiro lugar, a independência nacional, com aquela imagem que por vezes é dada de uma independência, que é a de criar um país capaz de se abastecer a si próprio, tenho a impressão de que é extremamente teórico.

Se nós precisamos de importar cerca de 50 por cento dos nossos produtos alimentares, a independência nacional será a criação de riqueza noutro sector que não seja este. mas que permitia a sua aquisição.

A indústria têxtil, no seu conjunto (e neste conjunto teríamos que englobar lanifícios, algodões, malhas e confecções), será uma daquelas que ainda tem possibilidade de, numa continuidade de linha que até agora se seguiu, conseguir ser, quanto mais não seja, uma conte de divisas para o País ir comprar aquilo de que carece.

No aspecto de abastecimento de matérias-primas, estamos numa situação difícil porque, por exemplo, em relação a lãs, para um funcionamento normal e dentro de uma produção também normal (e vamos considerar normal aquilo que será uma média dos últimos dez anos), pois a produção de lã nacional não chegaria para 50 por cento do consumo da indústria de lanifícios. Estamos dependentes da importação da Austrália, África do Sul e Nova Zelândia.

Para além disso, acontece hoje a participação das fibras e, aí, estamos numa situação mais calamitosa porque temos de importar tudo com excepção de um pequeno contingente e de fibra «polyester» que já é produzido em Portuga. Não exactamente produzido a partir da origem, mas, portanto, já de um produto que permite a sua transformação entre nós.

No que diz respeito a lãs, continuaremos a importar, até porque, por exemplo, este ano a lã nacional não deverá sofrer uma redução considerável. Mas mataram-se muito mais borregos (e borregas) e isso virá a traduzir-se na próxima tosquia por uma redução acentuada.

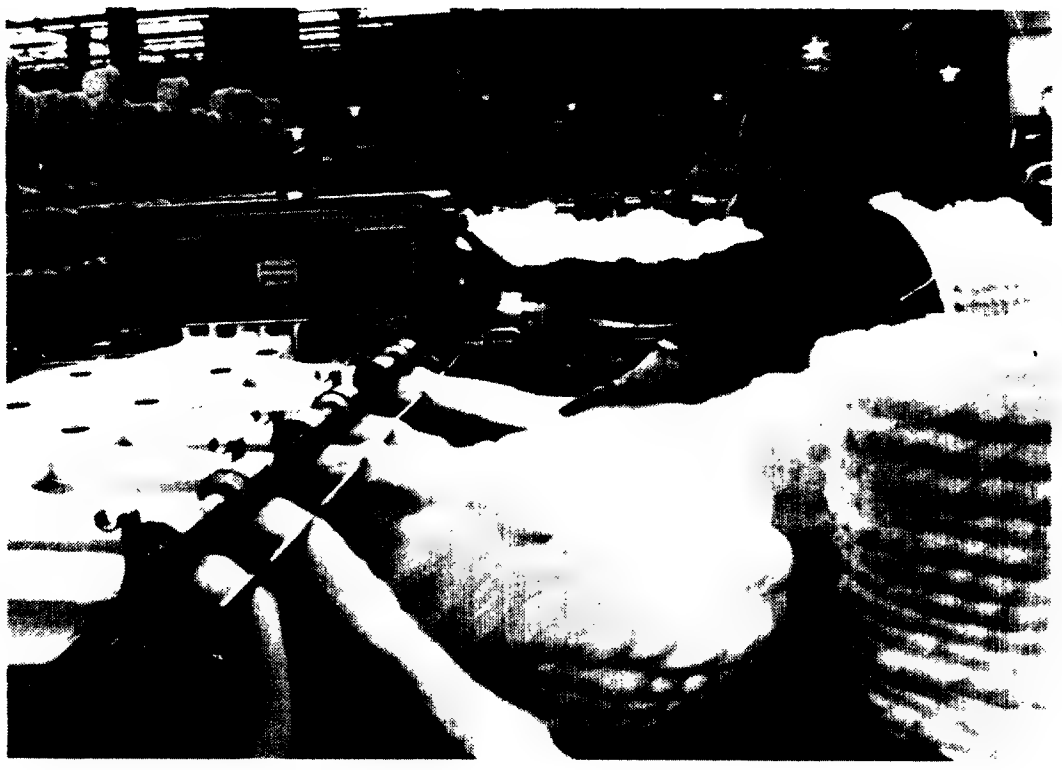
De qualquer forma, nunca poderemos deixar de importar determinados tipos de produtos que, conforme os objectivos, terão de ser adquiridos ou na Austrália ou na Africa do Sul.

Não faço uma acusação, mas concretamente, ouvi afirmar por diversas vezes que depois do 25 de Abril, teria havido uma quebra por parte de certos industriais, de certos empresários, no que respeita a importações, pos teriam sido reduzidas as encomendas, por iniciativa própria ou não, afirmando que a indústria estava em crise, que ela se acentuaria. Ora, neste momento, verifica-se a nível de mercado uma crise de abastecimento de matérias-primas. O que pode adiantar sobre este problema?

FACILIDADES: NÃO HÁ

Tenho a impressão de que o problema não é esse. O problema é que o fornecedor normal da indústria, actuava em determinadas condições, concedendo prazdos, determinadas facilidades e, inclusivamente reformas de letras. Evicedendo prazos, determinado tipo de degradação na produção determinou um acautelamento desses fornecedores em relação a certos circuitos de contacto.

Neste momento, muitos industriais poderão estar com «stocks» baixos, mas por impossibilidade de conseguirem nos seus fornecedores. Não digo que não haja o caso de excepção, mas a regra é esta. Há um problema que é gravíssimo, embora neste momento se encontre ultrapassado, que é o problema das ocupações, pois determinou, uma posição de precaução, especialmente e nos casos de fornecedores que mantinham em Portugal depósitos de matéria-prima para abastecimento rápido. Através, de facto, daquela vaga de ocupações



A automatização atingida com a introdução de novas técnicas no sector têxtil, conduz a situações como esta: rios de lã, ainda sem tinta, deslizam para dentro da máquina, perante a vigilância da operária

selvagens, temos a noção de que muitas vezes, os ocupante acabavam por se utilizar da venda da matéria-prima, em quaisquer condições, no sentido de assegurar unicamente o seu salário.

Aí também parece surgir o problema da banca, no que respeita a pagamentos. Segundo me foi afirmado, determinados exportadores de matérias-primas passaram a exigir o pagamento em moedas estrangeiras...

Hoje é corrente. Nós hoje não conseguimos libertar seja o que for, sem assegurar esses pagamentos.

Este momento, é uma época de compras na Nova Zelândia. Temos de contar com uma dificuldade de transportes que não existia até aqui: há tempos teríamos barcos quinzenalmente, quando, agora, dispomos deles por vezes de dois em dois meses. Portanto, são operações que se fazem a longo prazo.

E fala-se, por vezes, na desvalorização do escudo. Se há uns anos atrás a prática normal já exigia que a compra de lãs se efectuasse em libras, hoje evidentemente que se acentuou essa tendência e é praticamente impossível comprar sem ser em moeda internacionalmente cotada.

A BANCA

Ainda a propósito da banca: tem correspondido à exigência da conversão do escudo em moeda cotada?

Tenho a impressão de que correspondeu sempre que foi possível, mas pode acontecer que por vezes a própria banca tenha dificuldades em dispor da moeda estrangeira que nós carecemos.

Em relação ao apoio geral, tenho a impressão de que a banca terá exagerado até a sua concessão de crédito, fazendo-o até de uma maneira que não estaria intimamente ligada a um processo de avaliação correcta. Estou convencido de que neste momento a indústria ainda está de pé, porque a banca tem correspondido, não como seria desejado por uma generalidade, mas ainda assim de modo aceitável.

OCUPAÇÕES SELVAGENS?

O senhor falou de ocupações selvagens. Admito estar mal informado, mas penso que algumas das ocupações que considera selvagens senão todas, teria sido uma resposta das comissões de trabalhadores e outros órgãos de base, a posições do patronato de recusa ticências em relação à aplicação de tabelas salariais e outras questões. Aliás, parece que em muitas empresas desta zona, e de outras, ainda não é praticado o mínimo previsto no Contrato Colectivo. Gostaria que me esclarecesse isto, bem como a sua classificação de ocupações selvagens.

As ocupações selvagens a que eu me referi até não tiveram uma incidência muito grande no sector têxtil, tiveram maior expressão mais no ramo das confecções e na zona de Lisboa. E aí a coisa pode efectivamente ter representado uma atitude em relação a outra do patronato. Agora o que eu não estou é em condições de lhe poder, honestamente, responder se essa atitude por parte do patrão era uma atitude deliberada de não corresponder, ou se traduzia efectivamente uma impossibilidade.

Conheço casos mais ou menos isolados e que são casos pequenos, sem expressão numérica mas que nem por isso deixam de ter interesse ao nível inclusivamente de «ateliers» de alta costura. A alta costura sofreu naturalmente as consequências do pânico que se gerou no normal consumidor. O cliente normal da «Candidinha» foi efectivamente o cliente que «emigrou».

A partir daí não sei se essas empresas estariam em condições de cumprirem o contrato. Admito que não estivessem.

A questão da «Candidinha» faz-me pôr outra questão. Na verdade, a indústria de confecções encontrava-se ligada a empresas multinacionais que exportavam os produtos confeccionados no nosso País...

É muito importante. É muito importante, porque essas empresas multinacionais instalam-se em países onde o custo da mão-de-obra lhes permite a conquista de uma posição concorrencial.

Para a indústria portuguesa deveria fazer um reajustamento dessas empresas de confecções, o que é de facto um valor considerável para a sobrevivência ja nossa economia, pois se ela amanhã for afastar o têxtil de conferências da participação do Fundo de Exportações, tenho a impressão de que pode representar um valor acentuado com reflexos noutros sectores, como na nossa capacidade de conquista de divisas.

OFIR

Evidentemente que a sua posição é diferente da que assumem as comissões de trabalhadores, as organizações sindicais no documento de Ofir. De qualquer forma, parece-me que, nesse documento, se fazem propostas válidas no que respeita à construção de uma sociedade socialista, com a intervenção desses organismos de base, não só no caso desta indústria, como no conjunto da vida do País... O que pensa do documento elaborado em Ofir e das propostas nele contidas?

O documento de Ofir peca fundamentalmente por ser demasiado vago. Propõe a criação de empresas, de comissões, mas simplesmente não concretiza no próprio documento determinadas formas de remodelação do processo de trabalho. Não há alusões directas e concretas em relação a substituições de máquinas. Não é encarado o desenvolvimento concendenco uma colocação especial dentro das indústrias portuguesas.

Portanto, aquilo que o documento de Ofir propõe, criar uma firma para a importação de matérias-primas, tenho a impressão que é fácil. E uma solução que é aceitável mas para mim, não é por si só uma solução em relação ao abastecimento de matérias-primas. Admito até que a existência de uma empresa nacional que compre matérias-primas possa ter diferentes aspectos benéficos, mas tenho a impressão de que será mais benéfico se a par dela se puder continuar a importar livremente, criando portanto uma concorrência no abastecimento.

Em relação às empresas de exportação tenho a impressão de que seria um fracasso tremendo, porque no mundo dos negócios e das exportações portuguesas, orientadas fundamentalmente para a EFTA e para o mundo ocidental, esses negócios estão ainda baseados em contactos de tal maneira personalizados que o desaparecimento da nossa parte, de determinadas personalidades, seria por si só um contributo muito grande para provocar afastamentos de relação que foram conquistadas ao longo de muitos anos e que são francamente positivos.

Em relação a uma empresa para tratar com o Leste, e até fiz parte de uma comissão que esteve na União Soviética e fiquei convencido de que esse país compra no mundo ocidental em termos que são praticados por qualquer nação quando importa.

Neste entusiasmo sindical, pode haver o seu quê de infantilismo. E há infantilismo como o haverá da parte da entidade patronal ao conceber determinadas soluções.

CONCLUSÕES EM OFIR

Não se fazem comparações entre 1972 e 1973 devido a serem apenas dois anos. Anote-se no entanto que 1973 foi sob certos aspectos um ano de «alta» conjuntural.

Dos dados apresentados podem-se retirar as seguintes conclusões sobre o sector:

1.ª — Representa quase 1/5 do total da produção da indústria transformadora.

2.ª — Sendo uma indústria de mão-de-obra intensiva, tendo um grande peso em termos de postos de trabalho — 1/4 do total da indústria transformadora, proporção que deve aliás ser maior se atendermos às lacunas das estatísticas industriais.

3.ª — Representa cerca de 1/4 do total das exportações nacionais e 1/10 das importações, isto é, contribui positivamente para a balança comercial. O volume total de comércio externo (importação mais exportações) é de cerca de 16 por cento do total nacional.

4.ª — Por espécies têxteis no que refere a exportações predominam o algodão e o vestuário (isto é os têxteis e o vestuário) que somam quase 50 por cento do total têxtil exportado). No que refere a importações só o algodão atinge os 44 por cento seguido dos artificiais e sintéticos com 27 por cento, o que significa dependência externa em relação à matéria-prima.

5.ª — O número médio de trabalhadores por empresa no total de sector é de 97, sendo máximo nos têxteis (172) e mínimo malhas (52).

Isto é, a dimensão média é pequena.

6.ª — O salário médio em 1973 era de 2822$00 (máximo de lanifícios — 3268$00, e mínimo no vestuário — 2121$00) ao passo que cada trabalhador produzia mensalmente em média o correspondente a 14.784$00 (máximo nos lanifícios — 16.523$00, e mínimo no vestuário — 12.122$00). A parte dos salários no valor de produção era de 19. por cento — valor muito baixo.

Estes números revelam a desenfreada exploração em toda a sua crueza, para mais se nos lembrarmos que são valores médios.

7.ª — A produção média anual por empresa era em 1973 de 17.225 contos (máximo nos têxteis — 33.092 contos, e mínimo nas malhas — 8007 contos), o que corresponde respectiva e mensalmente a 1436 (2758 e 667) contos.

8.ª — O investimento médio anual foi em 1973 de 1760 contos por empresa (máximo de 3580 nos têxteis e mínimo de 917 nas malhas), valor bastante baixo.

9.ª — Em termos distritais a indústria concentra-se do seguinte modo:

a) Têxteis: Porto e Braga — 93 por cento das empresas; 97 por cento dos trabalhadores;
b) Malhas: Porto, Braga e Lisboa — 69 por cento das empresas e 78 por cento dos trabalhadores;
c) Vestuário: Porto e Lisboa — 57 por cento das empresas e 65 por cento dos trabalhadores;
d) Lanifícios: Castelo Branco, Guarda e Lisboa — 64 por cento das empresas e 74 por cento dos trabalhadores.

Geral

M.P.L.A. NA FRENTE DA EDUCAÇÃO

António Jacinto e a construção do "homem novo angolano universal"

«Construiremos um homem novo, angolano e universal». Esta afirmação faz parte de uma entrevista concedida por **António Jacinto, ministro da** Educação e Cultura da República Popular de Angola, ao enviado especial da revista cubana «Verde Olivo». Na mesma altura foram divulgadas quatro directrizes fundamentais para alcançar esta meta revolucionária do MPLA: nacionalização e gratuitidade do ensino, um programa baseado nas realidades do país, combate ao analfabetismo e descoberta, valorização e apresentação da cultura nacional.

O MPLA, através dos seus dirigentes, tanto políticos como militares, sempre fez questão em tornar bem claro que a sua luta era contra o colonialismo e não contra o Povo Português ou contra o branco. Nas suas fileiras há homens de todas as cores e vários credos unidos pelo denominador comum de um sentimento patriótico que alimenta a luta por uma Angola livre e independente.

António Jacinto está ligado ao MPLA desde a sua fundação, em 1956, destacou-se como militante ao longo da luta de libertação sobretudo na frente de Cabinda. Considera que tudo o que perdeu em liberdade de acção nas prisões foi mais do que ganho em profundidade de pensamento.

O HOMEM NOVO DE ANGOLA

«A nossa política em matéria educacional no momento actual — começou por afirmar António Jacinto ao enviado da «Verde Olivo» . . baseia-se em três princípios: nacionalização do ensino que acaba de ser decretada; ensino gratuito desde o nível primário até á universidade, que também já está legislado, e ligação da escola à produção.

«De acordo com a recente lei do Conselho de Estado todo o ensino primário será nacionalizado, com excepção das instituições pertencentes à Igreja, devido ao facto destas absorverem muitos quadros qualificados, nada abundantes no nosso país, e porque foram elas que proporcionaram alguma educação a nível rural nos tempos do colonialismo. Portanto consideramos que devem ser salvaguardadas nesta fase inicial. Haverá sem dúvida para todas as escolas um programa único oficial do Estado, e essas instituições terão que submeter-se a esse programa cujo cumprimento fiscalizaremos».

Quando será aplicado esse programa e que modificações contém?

. «O novo programa está ainda em elaboração mas deve começar a aplicar-se em Abril próximo, quando começa um novo período lectivo. Há algumas comissões que lhe estão a dar os toques finais com o propósito de empreender dentro de dois meses a elaboração dos métodos e dos novos livros didácticos que sejam necessários.

«O fundamental do novo programa é que tentará encontrar uma educação ajustada às realidades do nosso país, baseada nos nossos mais autênticos valores nacionais. Aspiramos, a longo prazo, a construção de um homem novo angolano que fixe as suas raízes nas tradições e realidades nacionais, mas que não seja um home isolado das realidades do mundo e dos outros povos do mundo. Queremos um homem angolano e ao mesmo tempo universal, com pleno acesso a todas as conquistas da técnica, da ciência e do pensamento humano. A história de Angola, por exemplo, está imbuida de uma perspectiva materialista. Na devida altura incluiremos a instrução política desde os graus primários. Já existe, nesse sentido, um manual de História de Angola, elaborado durante os anos da guerra, nos centros de estudo angolanos.

«Mas o MPLA não trabalhou somente durante esse período, no que se refere à educação, no domínio da história. Também teve que fazer os seus manuais para alfabetização, para leitura, e inclusivamente elaborou compêndios de aritmética e matemática, de ciências naturais e de ciências de observação para os primeiros graus.

«Acumulou experiências mesmo no próprio processo da guerrilha. Muitas delas são válidas no presente e outras contêm defeitos que teremos de superar na prática. Do mesmo modo cremos que o próximo curso terá um carácter experimental e as próprias comissões da reforma do ensino são as primeiras a prevenir que não se pode fazer nada definitivo sem que a prática nos indique as virtudes e os defeitos de toda a obra».

Abordando depois a perspectiva universitária no contexto angolano António Jacinto afirmou ao jornalista cubano:

. «A universidade sempre foi um estabelecimento a que só tinham acesso as classes mais favorecidas. Agora, pelo contrário, ao dispôr-se de gratuitidade a esse nível, tornar-se-à possível o acesso das classes mais desfavorecidas. E não só pensamos nos desfavorecidos das cidades como prevemos, com o desenvolvimento do ensino no campo, o acesso dos camponeses. Está inclusivamente prevista a criação de universidades fora de Luanda.

O nosso país tem mais de noventa por cento de analfabetos e é precisamente a campanha de alfabetização uma das nossas grandes preocupações. Em breve será constituida uma comissão encarregada desse problema que apresenta dois aspectos diferentes: o das crianças em idade escolar e o dos adultos. Para as crianças não contamos com muitos professores. Somos muito pobres. Mas com os recursos de que dispomos, e com um plano de formação acelerado de professores, poderemos dar um arranque inicial. Quanto à alfabetização dos adultos não poderemos descansar somente nos professores, antes temos também que apoiar-nos nos estudantes e ainda em elementos de outras actividades que possam ser utilizáveis.

«O problema no campo é mais difícil, porque carecemos de estruturas, de escolas, de iluminação, e portanto o recrutamento de professores torna-se bastante mais difícil. Em conclusão teremos que arrancar do zero.

O repórter sublinha que também neste aspecto, mesmo em Luanda, se apresentam problemas materiais porque diversos estabelecimentos educacionais foram desrtuidos e os seus materiais de estudo desapareceram. «Os chamados angolanos refugiados, portugueses que deixavam as zonas do interior do país afectadas pela guerra e vinham para Luanda à espera de serem transportados para Portugal alojaram-se em escolas, muitos deles e deixaram o selo da sua obra destruidora antes de deixar Angola: houve lugares onde arrancaram o material sanitário e o atiraram ao mar».

AJUDAS E PROFESSORES

Interrogado sobre a importância exacta dos danos praticados e que ajuda requererá a nova Angola, António Jacinto afirmou:

. «Ainda não inventariámos as necessidades, mas de um modo empírico podemos assinalar algumas das ajudas que necessitaremos. Em primeiro lugar, a transmissão das experiências de outros povos, que **sempre é válida. Serão precisos** também, certamente, quadros docentes e professores que nos faltam, e a possibilidade que estudantes angolanos por falta de certas faculdades na nossa universidade, concluam os seus cursos no exterior, especialmente nos domínios da agricultura e da indústria, onde esses aspectos estiverem mais desenvolvidos.

«Sobretudo será necessário alguma ajuda na impressão de livros, caso contrário não conseguiremos que as nossas tipografias tanto as do Estado como as particulares, respondam a todas as solicitações previsíveis. Tendo em conta que terão que ser edições rápidas e em doses suficientes para a população escolar, é natural que tenhamos de receber a ajuda dos países amigos».

Abordando depois a existência de línguas locais de grande difusão (umbundu, quimbundu, quioco, bakongo e outras), bastante similares às de outros países em via de descolonização cultural, António Jacinto responde de uma forma cautelosa, como sublinha o repórter cubano.

«Com a experiência que já temos, actuaremos numa primeira fase, em Língua Portuguesa. O uso das línguas autóctones para os cursos escolares e a alfabetização é um assunto que está por estudar com todo o rigor que exige. É mais fácil o seu uso para o ensino de adultos, mas apresenta também uma série de inconvenientes que devem ser cuidadosamente analisados».

A política cultural que hoje se dispõe a aplicar o Governo **popular angolano nasceu no** processo de luta anticolonialista e foi definitivamente elaborada pela vanguarda do Movimento de Libertação. António Jacinto, um dos intelectuais que contribuiu para ela, sintetiza as suas linhas fundamentais.

«Em 1958 comprovámos que estávamos fora das nossas realidades. Éramos educados sobre uma cultura estranha, europeia, portuguesa, enquanto os nossos próprios valores nacionais não eram considerados como cultura. Ao verificar este fenómeno lançámos um movimento que se chamou «Vamos descobrir Angola». Esse movimento é válido e vamos seguir por essa via: a descoberta de todos esses valores nacionais, a sua valoração e apresentação ao povo, à nação e ao próprio mundo. Este é o nosso objectivo central.

«Queremos criar uma literatura marcadamente nacional e realçar o nosso património folclórico-musical, sobretudo nas cidades, onde se verifica uma marcada influência estrangeira. O campo foi mais impermeável, mas mesmo assim, em certas zonas do interior do país, ricas em esculturas, corrompeu-se até certo ponto a cultura. Explorava-se mais o erótico e produziu-se uma grande procura de mercados que fez com que aquela arte se comercializasse.

A UNIÃO DOS ESCRITORES ANGOLANOS

Comentando a criação recente da União dos Escritores Angolanos António Jacinto afirmou:

. «A criacão desta união assinela uma vez mais uma tomada de posição dos intelectuais angolanos frente ao processo anti-imperialista que estamos a desenvolver e contra a agressão de que somos objecto. Com a sua constituição foi elaborado um manifesto em que se assinalam os compromissos e objectivos dos intelectuais a curto e longo prazo».

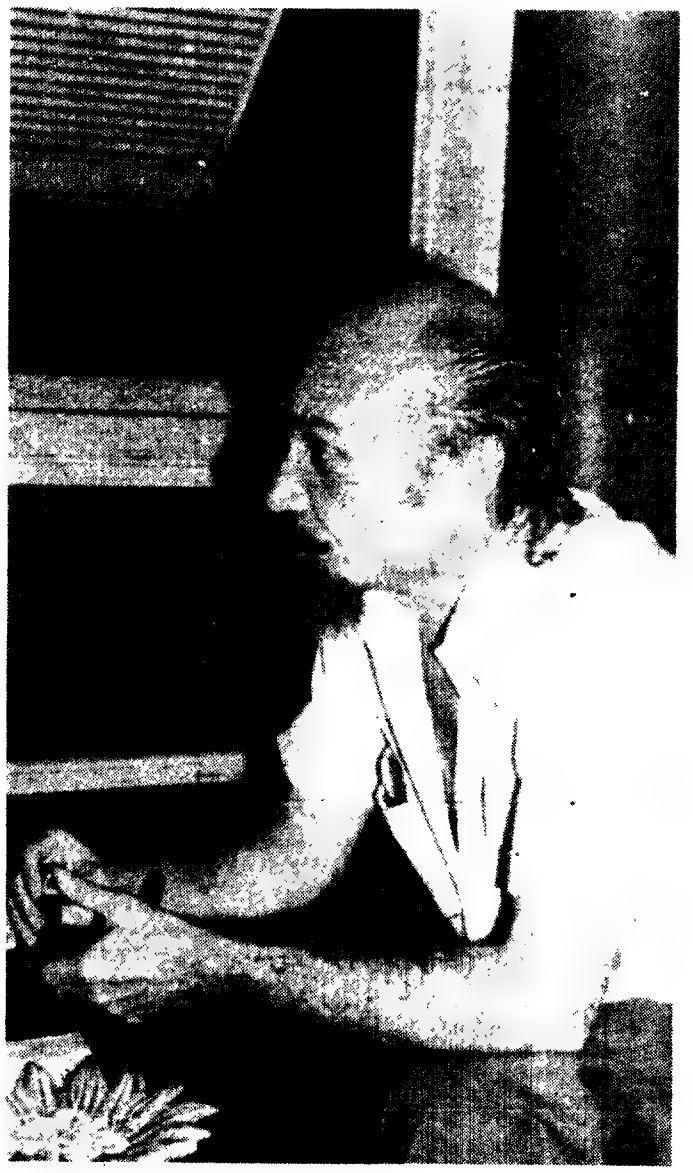
Também reconhece grande importância aos meios massivos de difusão para os futuros **planos de educação cultural.** Eis o seu ponto de vista:

. «A maior importância será concedida à televisão, que neste momento não atinge ainda todos os pontos do país. De momento a rádio tem mais penetração, enquanto que o papel da Imprensa escrita é relativamente débil se partirmos do princípio que o país tem uma elevada percentagem de analfabetos.

«Quanto ao cinema não podemos falar de produção mas sim de distribuição e comercialização, onde já se começam a apresentar conflitos entre os organismos culturais e as empresas importadoras de filmes. O cinema que se exibe em Angola é mau, predominam os «western» e os filmes de sexo. As casas distribuidoras alegam que os filmes que têm um carácter educativo e progressista não lhes dão lucro, mas vamos ser rigorosos. Teremos que desenvolver uma grande campanha para esclarecer o povo e preservá-lo de ser envenenado pelo cinema que até agora se exibe. Creio que não devemos temer os conflitos que possam apresentar-se».

«A luta continua» e «A vitória é certa», duas das palavras de ordem de uma Angola que renasce e combate em todas as frentes, têm também cheiro a pólvora no campo da educação e da cultura. Assim o traduziu o ministro do recém-nascido gabinete popular no final da entrevista:

. «Temos que combater todas as sequelas do colonialismo. Desde os problemas de natureza tribal até à minimização dos valores nacionais, passando por uma guerra de morte contra todos os vícios herdados do passado. Surgirá um homem novo angolano que se integre efectivamente dentro de uma linha progressista e num contexto universal do homem que luta contra a opressão e a exploração».



António Jacinto, poeta e ministro da Educação da República Popular de Angola: «Temos de encontrar uma educação ajustada às realidades do nosso país, baseada nos nossos mais autênticos valores nacionais»

RELAÇÕES LISBOA-VIENA

Envolvidos 900 mil contos nas transações em 1975

. VIENA, 29 — Apesar de em 1975 se ter verificado um decréscimo da ordem de quinze por cento nas importações austríacas de Portugal, a balança de pagamentos entre os dois países (informa a Anop) mostra pela primeira vez quase o equilíbrio, uma vez que as importações portuguesas diminuiram mais de quarenta e seis por cento. Em números totais, e segundo as estatísticas oficiais relativas ao ano transacto fornecidas pela delegação do Ministério do Comércio Externo e Turismo austríaco, as transacções entre os dois países fixaram-se nos novecentos mil contos.

Em relação ao próximo ano, as expectativas parecem ser favoráveis na medida em que, segundo os dados previstos pelas autoridades austríacas, se preve uma reactivação económica com um aumento de 0,5 por cento nos investimentos e um aumento de consumo da ordem dos 3,5 por cento. Além disso, como os principais produtos que tradicionalmente a Áustria importa de Portugal são os de consumo com destaque para os têxteis, Portugal pode ser sensivelmente favorecido.

Por esta mesma circunstância, as relações comerciais entre os dois países estão em parte à margem das mais graves crises económicas.

Desde que se garanta o nível, o abastecimento, a qualidade do produto, preços e prazos de entrega, as exportações portuguesas para a Áustria poderão aumentar sensivelmente — informou o delegado do Ministério português de Comércio Externo Manuel Alexandre.

Ainda no que se refer a Portugal, conta-se com a disposição, diversas vezes manifestada pelas autoridades austríacas, em colaborarem com Lisboa no âmbito económico, tornando-se, no entanto, urgente e indispensável estabelecer em que termos concretos se poderá efectivar essa ajuda. Por parte da Áustria os condicionamentos políticos são mínimos e nem sequer tem havido referência explícita a esse factor, mas o que parece evidente é que Portugal tem que garantir uma série de condições de âmbito político de planificação e reestruturação económica e comercial.

Seja como for, o aspecto político é inseparável nas relações económicas com qualquer país da Europa — e talvez tanto ou mais sensível com a Áustria, dada a configuração política que o país representa entre os neutralistas, a Europa Central e o Leste.

Esse o grande conflito e dificuldade que os observadores desta capital apresentam ao analisar as relações económicas de Portugal com estas duas áreas geográficas económicas e políticas que tem a Áustria como ponto intermediário e de contacto.

Estrangeiro

UMA EMENDA À LEI DE DEFESA PREVÊ O ENVIO DE TROPAS PARA FORA DA ÁFRICA DO SUL

CIDADE DO CABO, 29 — (ANOP e FP) — O Governo sul-africano publicou ontem um projecto de emenda que torna mais fácil ao exército enviar tropas para fora das fronteiras do país para combater guerrilheiros «que procurem atacar a República».

O projecto de emenda da acta de defesa, que será discutido durante a actual sessão do Parlamento, torna os membros da força de defesa susceptíveis de serem utilizados em qualquer ponto do continente africano a Sul do Equador.

A nova provisão elimina um ponto da acta actual, segundo o qual um soldado tem de dar o seu consentimento por escrito para prestar serviço fora do país.

O projecto afirma ainda que a força de defesa pode ser chamada para «prevenção, ou suspensão, de qualquer conflito armado fora da República, o qual, na opinião do presidente da República, seja, ou possa vir a ser, uma ameaça à segurança do país.

A Africa do Sul mantém presentemente 1200 soldados no Sul de Angola.

Em teoria, o projecto de emenda cobriria igualmente operações militares efectuadas ou a efectuar pelo exército sul-africano em sectores de Angola ainda mais afastados. É assim que se poderá talvez interpretar a frase: «para evitar ou fazer cessar qualquer conflito armado fora das fronteiras da República, susceptível de constituir uma ameaça à segurança do país».

Até agora, o Governo sul-africano jamais admitira explicitamente que se tivesse verificado um envolvimento desta ordem. Na sua intervenção da passada segunda-feira no Parlamento, o ministro da Defesa aludira simplesmente a «outros combates», cujo objectivo teria sido impedir «o massacre» de angolanos negros e brancos pelo M. P. L. A. e seus aliados cubanos.

Parece agora fora de dúvida que tal envolvimento foi efectivo para além do paralelo 12, designadamente no triângulo Cela-Quibala-Gabela.

Entretanto as tropas de Pretória encontram-se estacionadas junto à fronteira da Namíbia, na sequência da retirada sul-africana operada em larga medida através da «ponte aérea» estabelecida a semana passada.

Embora o Governo não tenha ainda exposto às Câmaras os motivos desta emenda, os observadores parlamentares vêem nesta iniciativa uma tentativa de justificação «a posteriori» das acções militares empreendidas desde meados de 1975 ao Norte da fronteira que separa a Namíbia e o corredor de Caprivi do território angolano. Essas operações têm tido como objectivo proteger os interesses sul-africanos em Ruacana-Calueque (Angola) ou neutralizar bases de guerrilha da SWAPO (Organização Popular do Sudoeste Africano) através de perseguições conduzidas por vezes a longas distâncias na região meridional de Angola.

O CONSELHO DE SEGURANÇA OCUPA-SE DE NAMÍBIA

NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque), 29 — (Por Angel Pino, da Prensa Latina — exclusivo da Anop) — Sob forte pressão dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, o Conselho de Segurança das Nações Unidas começou ontem a examinar a situação na Namíbia, coisa que se prolongará possivelmente por uma semana.

Um veto destes três países em Junho de 1975 impediu o Conselho de Segurança de aplicar as sanções obrigatórias contra a República da África do Sul pela sua ocupação ilegal da Namíbia.

A Namíbia, também conhecida como Sudoeste Africano, foi ocupada por forças sul-africanas durante a Primeira Guerra Mundial e, a 17 de Dezembro de 1920, em cumprimento do tratado de paz de Versalles, a República da África do Sul assumiu a administração do território por mandato da então Liga das Nações.

Em 1966, a Assembleia Geral declarou que esse mandato terminara e que a administração do território ficaria directamente sob a responsabilidade das Nações Unidas, para o que se criou o Conselho da ONU para a Namíbia.

Em reunião realizada a 6 de Junho de 1975, os países não alinhados exigiram do Conselho de Segurança a aplicação imediata de um embargo total de armas e munições contra a República da África do Sul.

O embargo, segundo um projecto de resolução apresentado nesse sentido, teria carácter obrigatório para todos os países membros e estaria em vigor até à retirada das forças sul-africanas da Namíbia.

O documento estabelecia que todos os Estados deviam impedir o envio para a República da África do Sul de armas, munições, aviões, veículos e equipamento militar, bem como acessórios, que pudessem ser utilizados pelas forças militares e organizações para-militares sul-africanas.

A França, como um dos principais vendedores de armas à República da África do Sul, assim como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, com grandes investimentos económicos naquele país, exerceram o seu direito de veto para impedir que tal resolução fosse aprovada.

UM DOS PAÍSES MAIS EXPLORADOS

A Namíbia, segundo estudos das Nações Unidas, é um dos países mais explorados do Mundo. Um terço do seu produto nacional bruto é exportado pelas grandes companhias estrangeiras sob a forma de lucros.

Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, o Canadá, a Alemanha Federal, o Japão e a própria República da África do Sul são os países mais beneficiados com essa exploração.

De acordo com os peritos da organização, a continuar o saque ao ritmo actual, os recursos naturais da Namíbia ficarão completamente esgotados dentro de um período não superior a 15 anos.

Os minérios constituem 41 por cento do produto nacional bruto do território, enquanto a agricultura não vai além de 17 por cento.

As empresas estrangeiras apropriam-se de quase 20 por cento do produto nacional bruto, enquanto a população negra, que constitui mais de 84 por cento, continua submetida à mais desesperante pobreza.

A população branca, na sua maioria de origem europeia, que constitui apenas 16 por cento dos 610 000 habitantes do território, nega-se a aceitar as decisões das Nações Unidas sobre a Namíbia.

A luta de libertação do povo da Namíbia intensificou-se consideravelmente a partir de 1958, com a criação da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) e outros movimentos independentistas.

Festival Anti-Imperialista em Julho

LONDRES, 29 — (ANOP) — O MPLA foi um dos movimentos de libertação convidados a participar no «Festival Anti-Imperialista», que se deverá realizar em Julho próximo, em Belfast e Dublin.

Entre os outros encontram-se a Organização de Libertação da Palestina (OLP), o Partido Comunista Cubano, A Frente Popular de Libertação de Oman, nacionalistas bascos e bretões, o Partido Socialista Porto-Riquenho e grupos de trabalhadores comunistas da Alemanha e do Vietname.

O certame, no qual deverão participar 400 delegados de 60 países, é organizado pelo Sinn Fein, braço político da ala «Oficial» do Exército Republicano Irlandês.

Partidos de esquerda desapontados com o discurso de Arias Navarro

MADRID, 29 — (FP) — Foi geralmente acolhido sem entusiasmo pelos procuradores das Cortes o discurso de Carlos Arias Navarro anunciando o seu plano de reformas para fazer evoluir a Espanha no sentido de um «desabrochar democrático».

O presidente do Governo falou durante uma hora e um quarto perante os 550 membros das Cortes, que participam, conforme acentuou ele próprio, «na última legislatura de Franco».

Raras foram as reformas anunciadas que hajam provocado aplausos. E quando se ouviam eram apenas corteses. Ao contrário, as aprovações mais ruidosas foram para a homenagem prestada por Arias Navarro à obra de Franco, à condenação do «comunismo totalitário», do separatismo ou dos ataques aos valores tradicionais à reafirmação dos direitos da Espanha sobre Gibraltar e à intenção do Governo de instaurar maior justiça fiscal.

Foram, por outro lado, particularmente negativas as reacções nos meios da oposição, ilegal mas tolerada desde a morte de Franco, que nem sequer concedem ao chefe do Gverno o benefício da dúvida quanto às suas reais intenções de liberalização.

Todos os dirigentes da oposição consideram que o discurso de quarta-feira representa um passo à retaguarda em relação ao discurso de 12 de Fevereiro de 1974, primeiro que pronunciou após a sua nomeação pelo general Franco, e, sobretudo, as recentes declarações feitas por membros do Governo ou pelo próprio Navarro à revista americana «Newsweek». Raros são aqueles que vêem neste discurso elementos positivos Tierno Galvan, chefe do Partido Socialista Popular notou «um tom autoritário, ameaçador, demasiado conservador e opinou que o chefe do Governo «nada apresentou de concreto não abriu nenhuma porta, nem à oposição nem aos desejos do povo espanhol».

O advogado Ruiz-Jimenez, democrata cristão de Esquerda diz que «não foram nem a música nem a letra que queria ouvir o povo espanhol, o único elemento positivo talvez seja a promessa de segunda Câmara, embora não se saiba quando e como será eleita. Há também as declarações acerca do pleno emprego assegurado e a revisão dos salários. Nisto, Navarro desmentiu o seu ministro das Finanças. Mas não há amnistia nem supressão do decreto-lei não há lei de associação que assegurem a participação de todos, mas tão-somente a promessa de uma reforma da lei de 1974. Nem sequer é espirito do 12 de Fevereiro de 1974».

António Garcia Lopez, presidente do Partido Social Democrata Espanhol, criado recentemente, declarou que «o discurso contem contradições e omissões, e afirma que se pode pôr em marcha a democracia sem acabar com a ditadura. Não é o facto social e político que pediam os democratas espanhóis.»

Por sua vez, o Partido Comunista Espanhol pensa que o discurso do presidente do Governo significou «a negação de toda a possibilidade reformista no interior do regime» e confirmou que Navarro e seus partidários apenas têm em mente « a continuidade pura e simples do regime», pelo que «põe em perigo a co-existência pacífica de todos os espanhóis e a estqbilidade do país».

Mas certos observadores julgam exageradas as críticas da oposição e acham que são elementos positivos as medidas imediatas como a revisão do decreto-lei antiterrorista de 25 de Agosto ou o alargamento das medidas de clemência.

O P C E REJEITA A «DITADURA DO PROLETARIADO»

O Partido Comunista Espanhol rejeitou por sua vez na quarta-feira, tal como o francês, o princípio da «ditadura do proletariado».

Numa conferência de Imprensa com a presença de quatro dezenas de jornalistas espanhóis e estrangeiros, cinco membros da direcção interna, puseram desta forma de banda, em nome do Partido, um princípio que um deles considerou estalinista.

Entretanto, em Sevilha, a polícia prendeu 32 trabalhadores sob a acusação de serem os responsáveis pelas greves envolvendo cerca de 20 000 operários na área de Sevilha.

ELEIÇÕES GERAIS NO PRÓXIMO ANO

LONDRES, 29 — ANOP) — A realização em Espanha no próximo ano de eleições gerais das Cortes (Parlamento) foi anunciada pelo vice-presidente do Governo espanhol, Fraga Iribarne, em declarações feitas a noite passada ao correspondente da B.B.C. em Madrid.

Fraga Iribarne anunciou, também, eleições municipais para este ano,

PUB

C. C. T.

EDITORES E LIVREIROS

Artes Gráficas — Fotografia e Actividades Publicitárias

——x——

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os delegados sindicais, comissões de trabalhadores e comité de luta deste sector, para uma **reunião que se realiza, hoje, dia 29, pelas 15 horas, no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Av. da República, 29 — Lisboa** — para preparar o plenário a realizar 6.ª-feira, dia 30.

NÃO FALTES! COMPARECE E PARTICIPA!

Lisboa, 28-1-76.

OS SINDICATOS OUTORGANTES

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA MARINHA MERCANTE AERONAVEGAÇÃO E PESCA

——x——

CONVOCATÓRIA

PARA DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os delegados sindicais para um Plenário de Delegados a realizar no próximo dia 3 de Fevereiro de 1976, pelas 21.00 H, no Anfiteatro de Electricidade do Instituto Superior Técnico, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — **Informações**
2 — **Análise ao congelamento da Contratação Colectiva de Trabalho**
3 — **Medidas a tomar**

EM FRENTE POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO! PELA LUTA! PELA UNIDADE! PELA VITÓRIA!

Lisboa, 28 de Janeiro de 1976.

A COMISSÃO DIRECTIVA

Espectáculos

Crítica de Música

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

Uma artista que se afirma

. Na arte, como no desporto, a «massificação» condição indispensável ao surto das potencialidades reais do homem de uma sociedade, de um povo. Isto pressupõe uma democratização real a todos os níveis — política, social, económica — e esta só será possível dentro dum projecto verdadeiramente socialista. Como ente nós, neste momento, o socialismo se pesta a confusões tais que já perdeu o seu significado político preciso, convém explicar *por extenso*.

Numa sociedade em que prevalece a apropriação privada dos meios de produção, a actividade económica não é dirigida prioritariamente para a satisfação das necessidades colectivas, mas antes para a obtenção do máximo lucro, que permita aos detentores do capital (para além das suas extravagâncias pessoais: iates, aviões particulares, automóveis de luxo, casas apalaçadas, etc.) voltar a investir nos sectores mais rendosos e assim acumular cada vez mais capital. Quando, nos respectivos países, a mão-de-obra começa a encarecer, por efeito das reivindicações dos trabalhadores, investem noutros países onde ela é mais barata e onde pode continuar a fornecer taxas de lucro elevadas (nisto consiste um dos mecanismos e fundamentos do imperialismo). Não lhes interessa considerar questões de saúde e assistência pública, de ensino, do meio ambiente, de cultura senão na estreita medida em que podem instrumentalizá-las para aumentar o rendimento lucrativo das empresas, ou então quando a pressão de luta da classe operária ameaça o equilíbrio do sistema e os força a novas concessões. O desemprego, a miséria, o analfabetismo são por eles considerjdos factores de selecção natural que a caridade resolverá, a não ser que considerem mais inteligente (em atenção sempre à rentabilidade o negócio) sugerir ao Estado que os serve a criação deste ou daquele instituto, desta ou daquela campanha, desta ou daquela *lei social* que dêem uma satisfação à opinião pública... Mas o vício é de base: a apropriação privada dos bens de produção (sobretudo das grandes fábricas e dos latifúndios) nunca permitirá que aqueles sejam prioritariamente postos ao serviço de todo o povo. Para que tal se verifique é necessário *colectivizar* esses bens, de forma a que por intermédio do controlo directo dos próprios trabalhadores e do Estado (também por estes controlado), a riqueza nacional reverta a favor de todos. Então, e só então, poderá qualquer cidadão — independentemente das suas origens de classe ou do seu «habitat» geográfico — realizar-se plenamente como pessoa humana dotada de inteligência e de sensibilidade. Então, e só então (no nosso caso), o filho de um camponês de Trás-os-Montes poderá ter oportunidades idênticas por hipótese às do filho de um médico de Lisboa.

Sem levar por diante um real projecto socialista no nosso país, não poderemos pensar em desenvolver nem a cultura em geral nem a cultura musical, porque, entre outros aspectos a considerar, continuarão analfabetos ou semianalfabetos muitos daqueles que poderiam ser alguns dos nossos maiores escritores, alguns dos nossos maiores músicos. A democratização da música depende não apenas do alargamento do público nela interessada mas também, e sobretudo, da criação de condições que favoreçam a revelação de todos os talentos e vocações potenciais e permitam, depois o seu plano desenvolvimento.

Ocorreram-meestasreflexões durante o último concerto da Orquestra Gulbenkian, em que a jovem violetista portuguesa Anabela Chaves, alcançou, como solista do concerto de Bartok, um dos êxitos mais justos e entusiásticos a que tenho assistido no Auditório da Fundação. Raramente o público que, às quartas-feiras, costuma preencher os mil e quatrocentos lugares do Auditório, é tão pródigo em aplausos, sobretudo tratando-se de artistas portugueses. Mas também raras têm sido as ocasiões em que essas suas explosões de entusiasmo ultrapassam, como agora, o nível da atitude de consumo burguês (e mecânico) da boa música. Vejamos o que quero dizer: quando nos visitam grandes intérpretes ou compositores estrangeiros, com o nome feito, é natural que o público se manifeste com exuberância, ainda que nem sempre as actuações correspondam ao que deles se espera; neste caso, em que o solista foi um membro da orquestra que bem se conhece da assiduidade semanal à Gulbenkian, e em que, *note-se*, não houve prévia preparação «publicitária», a reacção do público para ser tão intensa como foi, tem de ser espontânea, sincera e vivida.

Anabela Chaves conseguiu isso: não só tocou bem, como ainda «quebrou o gelo» da rotina, agarrando o público e impondo-se à sua admiração. Mas o principal é que Anabela Chaves se afirma cada vez mais uma artista de craveira superior, como poucas surgem ou surgiram, no panorama da nossa interpretação musical. A sua «leitura» da obra de Bartok, para além da correcção técnica (que usa como *meio*) foi marcada por uma profunda vivência da música e do acto de a transmitir aos outros. E se a obra só parcialmente é de Bartok (que morreu deixando-a apenas em esboço) certo é que Anabela Chaves foi uma intérprete genuinamente bartokiana, nessa capacidade de viver e transmitir a *humanidade* do discurso solistico (e, portanto, de transcender o seu aspecto exterior, virtuosístico).

Voltando às reflexões do início cabe perguntar quantas vocações artísticas como esta não se têm perdido e não continuarão a perder-se no nosso país, por só há pouco mais de um ano estarmos a caminhar para uma autêntica democratização da cultura (inerente à revolução socialista), ameaçada de novo agora, como a própria revolução, pela conspiração imperialista e suas títetes nacionais... E cabe perguntar também se os nossos maiores artistas-músicos não teriam direito a que lhes fosse proporcionado o exercício duma função social efectiva, no quadro duma sociedade democratizada, isto é fora das quatro paredes do Auditório Gulbenkian e do circuito burguês do consumo da música. Quantos anos, e quantas gerações terão ainda de ser sacrificadas, porém, será ainda necessário esperar, até que as estruturas socioculturais deste país, dominadas secularmente (e não apenas nos quarenta e oito anos de fascismo) por um poder conservador ou reaccionário sejam transformadas por um poder verdadeiramente revolucionário e progressista? Para quando efectividade da — tão urgente — revolução socialista?

Eis como a música tem que ver com a política...

A última homenagem a João Núncio

. Levar ao conhecimento dos aficcionados, um pouco da história desse toureiro famoso que foi João Branco Núncio, será sem dúvida a derradeira homenagem prestada ao «Califa de Alcácer».

Bem menino e moço, pois mal contaria 7 ou 8 anos, João Núncio toureou pela primeira vez a cavalo no páteo da herdade de «Gaxa», com a curiosidade de servir de cavalo um velho «burroda nora da porta.

Mais tarde, precisamente em 1915, os cartazes das corridas de S. João, em Évora, anunciavam um amador de Alcácer. Toureou nessa tarde o jovem cavaleiro num velho cavalo vendido por José Casimiro, o «Teodoro». Entretanto passados que foram alguns anos, fazia-se notar por toda a província e depois na capital, ao lado dos melhores cavaleiros da época, o nome de Núncio.

Toma a alternativa em Maio de 1923, data que ficará histórica, por marcar o princípio da revolução do toureio equestre, pois João Núncio entrou a tourear de frente, na cara dos toiros, em terrenos perigosíssimos, citando o toiro aplumado, mostrando-se bem, consentindo o máximo, adornando-se, lidando brilhantemente os bravos e obrigando os mansos a marrar; armou um escândalo nas arenas portuguesas, pacatas e banais.

Em breve a sua fama chega à vizinha Espanha, e em Sevilha, depois de brilhante actuação, Belmonte referindo-se ao lusitano dissera: «no hay nadie.. enorme.. divino...».

O primeiro Portugal-Espanha em toureio a cavalo realizou-se em Maio de 1925, alternando Núncio com Cañero, o fenómeno espanhol, competição da qual Portugal sai vitorioso.

Formou parelha com Simão da Veiga Júnior, actuando ambos em todas as praças do País.

Apadrinhou nas suas alternativas, Fernando Salgueiro, Vasco Jardim, Francisco Murteira Correia, José Rosa Rodrigues, Francisco Mascarenhas, Francisco Sepúlveda, Gaston Santos, José Núncio (seu filho), José Samuel Lúpi, Frederico Cunha e José João Zoio.

Foram seus cavalos célebres, o «Garoto», o «Numerário», o «Temporal», o «Quo-Vadis» e ultimamente o «Ferrolho», com o qual toureou pela última vez em Vila Franca de Xira, a 21 de Outubro de 1973.

João Núncio encontrava-se ultimamente na Golegã, onde treinava com afinco os seus cavalos, tendo em vista a temporada deste ano. Contudo o seu derradeiro sonho tornou-se irrealizável, pois um fulminante ataque cardíaco, não perdoou ao «Califa», aquilo que os touros lhe perdoaram a morte.

O funeral realizou-se no passado dia 27 para Alcáçovas.

Paz à sua alma.

MOITA DA CRUZ

JOGOS OLÍMPICOS

O melhor de Innsbruck em transmissão directa

. Terminada a construção da central de televisão montada pela O.R.F. (TV austríaca) em Innsbruck, para transmissão dos Jogos Olímpicos de Inverno, a RTP passará a apresentar, em directo, algumas das provas que decorrem de quatro a 15 de Fevereiro.

O melhor do que se passar em Innsbruck poderá ser visto pelos telespectadores portugueses, a partir de quarta-feira, quando serão transmitidas as imagens da abertura. Estão previstas ainda as seguintes transmissões em directo, além dos resumos: 2.º Programa, dia 7/2 às 20.15 — Patinagem artística; a partir das 21 passa a ser transmitido pelo 1.º Programa; 1.º Programa, dia 8/2 às 12.45 — Esqui, descida, prova feminina; 2.º Programa, dia 8/2 às 20.15 — Hóquei sobre o gelo; 2.º Programa, dia 9/2 às 20.15 — Patinagem artística; 2.º Programa, dia 11/2 às 20.15 — Patinagem artística; 2.º Programa, dia 12/2 às 20.15 — Hóquei sobre o gelo; 2.º Programa, dia 13/2 às 20.15 — Patinagem artística; a partir das 21 passa a ser transmitido pelo 1.º Programa; 1.º Programa, dia 14/2 às 20.15 — Hóquei sobre o gelo, jogo final; 1.º Programa, dia 15/2 às 12.55 — Esqui, saltos; e às 16.25 — Patinagem artística.

Mãos Dadas em Santarém

O 1.º Teatro de Mão Dadas, organizado pelo Veto-Teatro Oficina do Centro Cultural Scalabitano e com a participação de nove grupos teatrais, prossegue até ao dia 8 de Fevereiro, em Santarém.

Este encontro de grupos amadores de teatro procura, com esta iniciativa, a prática de exercícios dramáticos que visem um intercâmbio cultural. o Programa abrange vários aspectos da arte dramática desde os dados históricos à actual situação do teatro amador. No 1.º Teatro de Mãos Dadas participam, além do Veto-Teatro Oficina, os grupos de Amiais de Baixo, Manique do Intendente, Abrã, Portela das Padeiras, Alemirim, Ferreira do Zêzere, Cartaxo e Escola do Magistério Primário.

MARIA VITÓRIA
TODOS OS DIAS
2 SESSÕES
Não aconselhável a menores de 18 anos
em novos horários:
1.ª SESSÃO, às 20.30
2.ª SESSÃO, às 22.45
terminando os espectáculos à 1 hora
Força, Força, Camarada Zé!

FLORBELA em «A Visita da Velha Senhora»
Salvador • Florbela
Henrique Santana
Vítor Mendes
Carlos Gonçalves
Atracção:
Cidália Moreira
LOURDES LIMA ★ DANIEL GARCIA ★ ODETE ANTUNES ★ NELA DUARTE ★ IGOR SAMPAIO ★ AIDA GOUVEIA
à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional
AOS DOMINGOS E FERIADOS
«MATINÉE» às 16 horas
Às 2.ªs-feiras: Descanso da Companhia
TEATRO INFANTIL
AOS SÁBADOS
às 16 horas (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10$00, 15$00 e 20$00 (SÓ!)

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
Biblioteca Nacional de Lisboa
CONSERVAÇÃO DOS JARDINS E LOGRADOUROS
Está aberto concurso público, pelo prazo de 15 dias, a contar da data da publicação deste anúncio no «Diário do Governo», para a conservação dos jardins e logradouros da Biblioteca Nacional de Lisboa durante o ano de 1976, conforme caderno de encargos existente no serviço de Contabilidade daquele estabelecimento, sito no Campo Grande, 83, Lisboa-5, onde pode ser consultado todos os dias úteis às horas de expediente.

COMUNA
Teatro de Pesquisa
DIARIAMENTE, às 21.30
FOGO!
TEXTO COLECTIVO
DOMINGO — Matinée às 18 h.
2.ª FEIRA — DESCANSO
Preço único — 20$00
PRAÇA DE ESPANHA
METRO - PALHAVÃ
Tel. 762624

Teatro Nacional
A RTP apresenta
«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht
com
RAUL SOLNADO
no protagonista
Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinées», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia
Bilheteira Tel.: 897017
A.B.E.P. Tel.: 328823
Não aconselhável a menores de 13 anos

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

O ROMANTISMO, O IMPERIALISMO E O PLURALISMO

Certamente pela primeira vez alguns milhões de portugueses ouviram falar nesta nação africana chamada *Togo*. Podia-se, ao menos, dar a sua situação geográfica, para o comum da audiência não ficar totalmente despistada — e, ao mesmo tempo, para situar melhor os portugueses no Mundo em que vivem. O Togo está tramado, foi a conclusão que se tirou, acabado o serão. O serão em que começámos a assistir a mais uma produção de alta escola inglesa, na qual se conta a vida da mãe de Churchill. Assim as televisões estrangeiras vão continuando aqui a sua obra de colonização. Que diabo temos nós a ver com o ver-te e amar-te foi obra de um momento, da Jennie e do Randolph, gentil militar de olhos arremelgados? Que diabo vamos nós fazer, para transformá-los em cultura, ou seja, em conhecimento da realidade e da História, destas valsas, destas mazurcas, destas festas requintadas, destes salões das classes burguesíssimas que deram ao Mundo homens tão grandes e tão acerrimamente defensores das classes a que pertenciam, dos seus interesses e dos seus privilégios?

. Programada a repetição do «Caso *Rosemberg*», fica a mesma embargada. Avançam, pelo contrário, com estas séries através das quais se veicula a ideologia burguesa e imperialista.

Depois, queixem-se. Por causa dessas e doutras é que o pobre do Togo está como está — comido, explorado, aldrabado, lançado às feras da ignorância, da miséria, da doença, do desemprego. Não apenas levado à arreata económica, mas influenciado pelo imperialismo através da língua, do ensino e da religião. As multinacionais dilaceram-no, o imperialismo exacerba as suas contradições e condições internas para melhor o ter no papo. Pobre Togo...

Claro que a Televisão portuguesa, através dos seus inefáveis telejornais nos vai contando coisas preciosíssimas. Como por exemplo os extractos da entrevista dada pelo Zenha a um vespertino. Era uma falta imensa para a informação deste País se o *Telejornal* não desse cobertura a essa entrevista. Cobertura brutamente ostensiva e que denota bem o carácter «pluralista» da informação na Televisão portuguesa. A menos que o *Telejornal* pretendesse dar ao País um pouco de boa disposição ao divulgar mais uma azenhice. Não acredito. Nesse caso, criava dentro do Telejornal uma secção humorística. Não. A secção informativa da Televisão portuguesa está lançada (e não é de agora) na campanha eleitoral. A favor de quem logo salta à vista. Claro, claro: a independência, o pluralismo, etc. Vá, meus senhores, não pretendam enfiar mais barretes à gente.

A lavagem ao cérebro com um detergente marca Mário Soares assume proporções alarmantes. Com redacções deste tipo, só para dar um exemplo: «Kissinger teria prometido a Mário Soares um programa de auxílio económico para Portugal que se aproximaria das várias centenas de milhões de dólares...»

. Ninguém compreenderá bem o que seja isto da aproximação a várias centenas de milhões. Talvez o Togo compreenda a lógica de uma frase sem lógica. O Togo dominado pelo imperialismo, paupérrimo, embora com grandes riquezas potenciais — de que não tirará proveito, evidentemente, enquanto não conseguir libertar-se dos «empréstimos» estrangeiros. Não é sem um arrepio que se ouve um locutor repetir as palavras não sei de quem (Mário Soares?) segundo as quais *as relações entre Portugal e os Estados Unidos estão agora a atravessar um momento favorável,*

Isto, bem vistas as coisas, não tem uma importância por aí além, pois não? Ora, a gente cá se vai arranjando, com os nossos serões de televisão. Quero lá saber dessas coisas! No que eu estou agora interessado é nos amores da mãe do Churchill, bem, na mãe, não na que devia vir a ser a mãe. Por enquanto ela é uma adolescente voluntariosa que anda a cavalo no Bosque de Bolonha, conhece num baile o Lord Randolph e, ao fim de três dias, sabe que vai casar com ele.

Ai eu gosto muito. E um romance muito bonito. Rosemberg? Deixem-me rir. O Randolph é muito mais simpático.

Paul Parisot e a deontologia

Paul Parisot, vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas, encontra-se mais uma vez em Lisboa, para, em representação oficial daquela agremiação sindical, estabelecer contactos com jornalistas portugueses e inteirar-se da actual situação da Imprensa no nosso país. Afirmou Parisot (ver adiante) que qualquer código deontológico deve nascer da própria iniciativa dos profissionais da Imprensa.

Após ter-se avistado com dirigentes sindicais dos profissionais da Imprensa, Paul Parisot teve um encontro com directores de jornais, durante um jantar no Grémio Literário, no qual também esteve presente o subsecretário de Estado da Comunicação Social, tenente-coronel Ferreira da Cunha.

A Federação Internacional de Jornalistas, que reune Sindicatos de Profissionais de Imprensa do Ocidente (sede em Bruxelas), visa acautelar os interesses materiais e morais dos jornalistas e, em particular, defender a liberdade de expressão.

Acerca dos processos que pesam sobre jornalistas portugueses por suposta infracção à Lei de Imprensa, Paul Parisot citou, conforme refere ainda o mesmo jornal, o regime que vigora na Inglaterra quanto a queixas contra jornais, referindo que existe aí um Conselho de Imprensa que tenta resolver os casos apresentados, evitando quase sempre que estes sigam para tribunal.

O vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas disse ainda pensar, a propósito, que a responsabilização do jornalista deve partir dele próprio para ser eficaz. A apoiar esta tese contou que o Conselho da Europa tentou propor à Federação dos Jornalistas a aceitação de um código deontológico por ele elaborado, o que não foi aceite, nem sequer para discussão, dado a Federação entender que qualquer código deve nascer da própria iniciativa dos profissionais da Imprensa.

Hoje

«Os Thibault»

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **«Um Mundo Novo para Descobrir»** e o filme **«Barba papa»**
19.25 **Momento Desportivo**
19.55 **Com Todas as Letras** — o livro, as livrarias, os livreiros.
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.00 **Momento Político** — com o secretário de Estado dos Investimentos Públicos, eng. Sousa Gomes.
22.10 **«Os Thibault»** — série realizada para a Televisão Francesa por André Michel e Alain Boudet e inspirada na famosa obra com o mesmo título da autoria de Roger Martin du Gard, Prémio Nobel da Literatura.
23.00 **Telejornal** — 3.ª edição
23.20 Fecho

II PROGRAMA

20.30 **Da Saúde e da Vida**
20.45 **Vivendo o Futuro**
21.00 **«Madigan»** — «O Ritmo de Harlem» — com Richard Widmark, Marlene Warfield, Robert Moore e Cab Calloway. Realização de Jack Smight.

Numa recepção dada por um oportunista, Sidney Balinger, um garoto negro rouba os convidados para conseguir dinheiro para tirar o irmão da prisão. Balinger contrata um assassino profissional para o matar. Madigan tem de encontrar o garoto e o assassino.

21.50: Ver
22.20 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
23.00 Fecho

REVOLUÇÃO
SALDOS

ARMAZÉNS NIMBO
TRAV. DA BOA-HORA, 43-A-B (AJUDA)
TELEF. 63 47 24

★ ★ ★

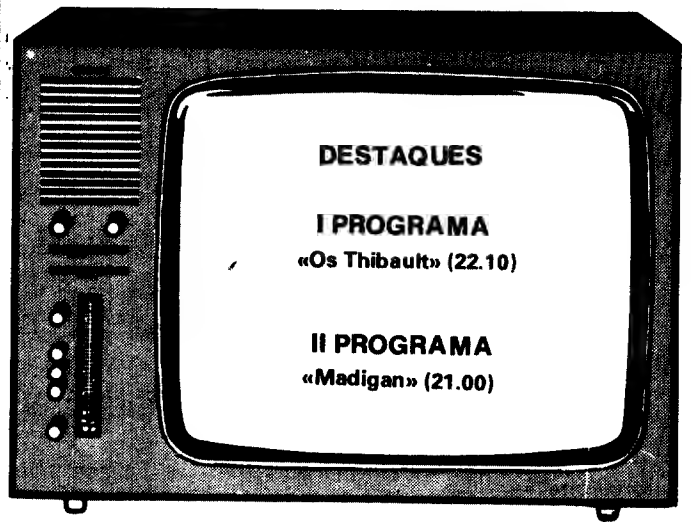
ARMAZÉNS BRASIL
RUA DO LORETO, 6 - 8 (CAMÕES)
TELEF. 32 27 23

★ ★ ★

ARMAZÉNS FIM DO SÉCULO
RUA DA ESCOLA PRIMÁRIA, 12-B
(COVA DA PIEDADE)
TELEF. 2 76 81 42

★ ★ ★

POP BEXIGUINHA
RUA ANTÓNIO PEDRO, 171 - 1.º (CHILE)
TELEF. 53 35 95



Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **12.45:** Abertura e Saber não faz Mal; **13.00:** Stop — programa da Prevenção Rodoviária Portuguesa, por Joaquim Filipe Nogueira; **13.15:** Telejornal — 1.ª edição, **13,30:** Largo do Pelourinho — um programa de Isabel da Nóbrega; **14.00:** Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e da TV; **Ciclo Preparatório TV** — **14.10:** Língua Portuguesa (2.º ano); **14.35:** Matemática (1.º ano); **15.00:** Francês (2.º ano); **15.25:** Ciências da Natureza (1.º ano); **15.50:** Educação Visual (2.º ano); **17.35:** Língua Portuguesa (1.º ano); **18.00:** Trabalhos Manuais (2.º ano). **2.º Período** — **19.00** «Zé Palerma desportista»; **19.30:** «David Copperfield» — série filmada baseada no romance de Carlhes Dickens. Realização de oan Graft, com Collete O' Neil, Pai Keen e John Gill — 6.º episódio — 2.ª parte: **19.55:** «Viagem de Inverno», de Schubert — 4.º e último programa do ciclo de 24 canções de Schbert inerpretadas pelo barítino José de Oliveira Lopes Transmissão dos Estudios do Porto: **20.30:** Telejornal — 2.ª edição noticiário do País e do estrangeiro; **21.00:** Afinal como é?; **21.30:** «Eleonora» — série filmada — 3.º episodio — produção da Radiotelevisão Italiana. Realização de Silvério Blasi com Giulietta Massina e Giulio Brozi nos principais papéis; **22.40:** Telejornal — 3.ª edição; **23.00;** Fecho.

II PROGRAMA

. . . . **20.30:** Abertura e «David Copperfield»; **20.55:** Noite de Cinema — «Sob o Signo do Capricórneo» — com Ingrid Bergman, Joseph Cotten e Michael Wilding numa realização de Alfred Hitchcock: **23.00:** Telejornal: **23.30:** Fecho.

Desporto

Onde está a verdade?

Nesta pequena luta contra a indisciplina que campeia em estádios futebolísticos, seja-nos permitido pegar hoje em castigos aplicados pela Associação de Futebol de Lisboa para, através da sua citação, tentar que os praticantes aqui tristemente incluídos, procedam a severo exame de consciência, com o sequente acto de contrição e o propósito (firme, convicto, absoluto) de emenda: para que não fiquem, algum dia mais, inscritos neste negro «quadro indisciplinar».

Passando sobre os escalões seniores, mais frequentemente citados nas colunas da Imprensa (e já por essa altura veementemente censurados) apeemo-nos junto a outras zonas classificativas de praticantes: juniores, juvenis e iniciados (quem sabe?) aqueles em que é, ainda, possível uma correcção total a caminho do bom rumo.

Quais os motivos designados nas penalidades aplicadas a juniores e juvenis? Vários, que podem começar a citar-se «por tentativas de agressão a árbitros» e implicaram castigos a Amadeu Gaspar de Sequeira (Pero Pinheiro), José Joaquim Salabancas Tomás (1.º de Dezembro), João Carlos Rodrigues Silva Glória, José Manuel Maia Nunes, Fernando António Cardoso Figueiredo e Manuel João Rodrigues Afonso (Domingos Sávio).

Por «agressão a árbitros»: Inácio José Aleixo de Matos e Luís Manuel Lourenço de Melo (ambos do 1.º de Dezembro), Luís Manuel Silva dos Santos (U. Algés), Custódio da Silva Florêncio (Negrais), José Carlos de Jesus Pereira (C. C. D. de Olivais-Sul), Carlos Jorge Morais de Almeida (Castelo), Eduardo Manuel Batalha Nunes (Ericeirense), Manuel Valentim Caldeira (Cascalheira), Luís Filipe Simões Duarte (Odivelas), José António Seabra Gonçalves Silva (Vialonga), Carlos Fernando Santos Melo (Odivelas) e Jorge Manuel de Campos Ferreira (Camarate).

Por «injúrias à equipa de arbitragem»: Carlos Manuel Viegas Martins (1.º de Dezembro), Pedro José dos Santos Lousa (Aveiras), Carlos Manuel Freire Antunes Crisóstomo (Ericeirense) e David Manuel Forra Marques Mané (Boa Hora).

Quanto aos iniciados, fiquemo-nos pela lembrança das razões que originaram dois castigos: uma agressão mútua que atingiu a dupla degladiante (António Armando Antas, do Dafundo, e Mário Rui Santana Dias, do Estrela da Amadora). E, já agora, a citação de dois dirigentes penalizados «por atitude incorrecta para com o árbitro»: Frederico Duarte Coco (presidente da direcção do Ericeirense) e Vasco António Medeiros Ferreira (vice-presidente da direcção do Mercês). Podem estar neste rol algumas injustiças: acreditamos sinceramente nisso. Mas, na grande (esmagadora) maioria dos casos, onde mora a verdade da prática desportiva, tal como pode e deve ser aferida e entendida?

"A bola"

Entrou hoje no seu 32.º ano de existência o trissemanário desportivo, «A Bola». Desde há muitos anos que os leitores amantes do desporto se habituaram a ter, nas páginas desse jornal, a informação fidedigna, o comentário isento, como o relato fiel de todos os acontecimentos desportivos: ultimamente, dando vida à nova maneira de pensar do povo português, tem vindo (também) a denunciar os casos incríveis que se passavam nos bastidores do nosso desporto, como tem trazido ao conhecimento de todos nós os exemplos mais flagrantes do esforço que alguns têm feito no sentido de uma recuperação dos tempos perdidos.

Ao seu director, o nosso camarada Carlos Miranda, bem como a todos os profissionais que três vezes por semana fazem «A Bola», aqui ficam os votos de continuidade na linha traçada.

A Escola Superior Alemã de Educação Física (Leipzig) além de contribuir para os grandes êxitos que a R. D. A. tem conhecido no plano desportivo, auxilia ainda os países subdesenvolvidos, recebendo alunos que, depois, colocarão os conhecimentos ao serviço do desporto nos seus países

DHFK — a chave do êxito desportivo da R.D.A.

GUNTHER STIEHLER (director da DHfK)

No dia 22 de Outubro de 1975 comemorou-se o 25.º aniversário da fundação da Escola Superior de Cultura Física (DHFK), em Leipzig, acontecimento que justifica uma retrospectiva e um balanço.

A República Democrática Alemã contava apenas poucos meses quando a Câmara do Povo, o seu parlamento supremo, aprovou a «lei sobre a participação da juventude na construção da R.D.A. e sobre o fomento da juventude na escola e na profissão, no desporto e no recreio», que consagrou os direitos fundamentais da geração jovem e nela se previa, entre outras medidas, a criação duma escola de desportos em Leipzig.

Oito meses depois da aprovação dessa lei, a DHFK começou a funcionar com 14 professores e 96 estudantes. A sua missão era a de formar pessoal docente para as classes de desporto e treinadores para o movimento desportivo na R.D.A., quadros para as instituições científicas do desporto (especialmente para a própria DHFK e elaborar os fundamentos científicos e materiais para o movimento desportivo. Desde o princípio que o partido da classe operária, o Governo da R.D.A. e, também os treinadores, funcionários e cientistas soviéticos do desporto prestaram toda a ajuda e assistência necessárias à DHFK. Assim, a escola superior pôde basear-se nas experiências recolhidas durante muitos anos pela ciência soviética do desporto.

Vinte e cinco dias da DHFK são, ao mesmo tempo, 25 anos de uma amizade inquebrantável e de uma colaboração estreita com as escolas soviéticas superiores do desporto, factores que também no futuro serão uma premissa essencial para o desenvolvimento e o êxito da DHFK.

Mais de sete mil treinadores e professores de desporto da R.D.A. tiraram o seu curso na Escola Superior Alemã de Cultura Física (DHFK), durante este quarto de século. Presentemente, a escola dispõe de onze ginásios, uma piscina coberta, três salas com um total de mais de mil lugares, assim como numerosas salas menores, gabinetes e laboratórios científicos.

PLANO DO CURSO

A formação na DHFK demora, no estudo directo, quatro anos; e, no estudo por correspondência, cinco, concluindo-se com o grau académico de «professor diplomático de desporto». O estudo directo divide-se em estudo básico ou estudo especializado nas diferentes modalidades, e abarca (entre outras) as seguintes disciplinas: marxismo-leninismo, pedagogia e psicologia do desporto, fundamentos de ciências naturais, teoria e metodologia geral do treino, princípios da cultura física socialista, teoria e história da cultura física, política e medicina do desporto.

A formação abrange (naturalmente) várias disciplinas desportivas básicas e o treino regular numa das modalidades. Os diplomados pela DHFK podem trabalhar a todos os níveis da cultura física e do desporto, quer como professores quer como treinadores querer como funcionários na Federação Alemã de Ginástica e Desportos (D.T.S.B.) da R.D.A. na Sociedade Pró-Desportos e Técnica, como oficiais de desportos no Exército Popular Nacional ou, ainda, como pessoal docente ou colaborador científico nas escolas superiores e técnicas.

Os estudantes podem alcançar o grau académico de doutor em pedagogia com um curso adicional de três anos ou preparando uma tese de doutoramento. Desde 1956 que a DHfK tem o direito de conceder o título de «Dr. paed». Até agora, mais de 300 estudantes defenderam tese de doutoramento. Uma enorme quantidade de livros de texto, de materiais de estudo e outras publicações redigidas por colaboradores da DHFK são testemunho da grande eficácia científica desta escola. A título de exemplo mencionemos os seguintes temas tratados: teoria dos exercícios físicos, metodologia das aulas de desporto, teoria geral do treino, exercícios ginásticos com aparelhos, atletismo, história da cultura física, anatomia funcional.

INVESTIGAÇÃO E SOLIDARIEDADE

A DHFK tem que realizar tarefas de investigação em sectores fundamentais da cultura física, sobretudo no desporto e na ginástica recreativa, praticados pelos trabalhadores.

Os resultados destas investigações são, por sua vez, a fonte mais importante para a formação teórica nas diversas disciplinas da ciência do desporto

Continua na pág. 17

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 22, DE 1 DE FEVEREIRO DE 1976

Baladas — x11 2xx x11 1x22; Boa Nova — 111 221 211 1x11; Cardeal Saraiva — 211 x21 212 1111; Cavalgada do Ritmo — 211 x21 21x x111; A Comarca de Arganil — 211 221 21x x11x; Rádio Totobola — 211 221 2x2 x1xx; Barlavento — xx1 12x 1x1 x11x; O Diário — 211 22x 211 1221; Correio de Coimbra — 211 xx1 1x2 1112; Correio do Vouga — x11 221 211 x111; A Defesa — x1x 22x 11x x111; Diário de Coimbra — 211 2xx 211 11x1; Diário de Lisboa — x11 x21 21x 2112; Ecos de Cacia — 211 221 2x1 x112; Estrela da Manhã — x11 x2x 211 2x1x; Eu Sei Tudo — 111 2x1 x2x 1121; Folha do Domingo — x11 221 111 x111; Desportivamente — x11 x21 x1x 211x; Jornal da Beira — x11 xx1 112 1121; O Jornal de Felgueiras — 211 2x1 x1x1 1111; Linhas de Elvas — 1x1 111 xx1 x111; O Jornal da Lixa — 211 x21 x11 x111; Jornal de Sintra — x11 x21 x11 1x1x; Jornal de Lafões — x11 221 xx1 11xx; Notícias de Viseu — x11 221 xx1 11xx; O Mensageiro — 211 x2x 2x2 21x1; Litoral — 211 221 21x 111x; Manchete Desportiva — x11 xx1 x11 1111; Maria da Fonte — 211 2xx 2x2 x111; Mundo Desportivo — 211 22x x11 1112; O Norte Desportivo — 211 221 xx2 x21x; Notícias de Évora — x11 221 x11 x111; Notícias de Felgueiras — x11 2x1 xxx 1xx2; Notícias de Gouveia — 211 2x1 11x 2121; Penalti — 211 221 112 1111; Póvoa de Lanhoso — x11 22x 12x x211; Presença Coimbrã — 211 22x x1x x111;

Rádio Altitude — x11 2x1 xx1 12x1; Reconquista — 211 x21 21x x111; Encontro Musical — 211 221 21x 1x11; A Voz das Beiras — 111 121 1x2 x1x1;

Voz de Lamego — 211 x2x 121 1111; A Voz do Domingo — 211 221 12x 11xx; A Voz de Palmela — x11 12x 2x2 11xx; Alvo Desportivo — 111 x21 1xx x11x; Auto Rádio — x11 221 21x 1121; Clube do Ar — 211 x21 x11 x1x1; O Comércio do Porto — 111 22x xxx 112x;

Diário do Porto — xx1 122 11x 112x; Estúdio 64 — x11 221 21x 1x21; Placard Desportivo — 211 xxx xx1 1112; O Primeiro de Janeiro — 211 22x 212 xx11; Rádio Alvo — x11 221 112 11x1; Panorama — 211 2xx 2x1 1x12; Rádio Placard — 111 111 111 1111; Rádio Sports — 211 211 111 1121; Ritmo e Emizade — 211 22x 211 1xx1; A Voz do Casa Pia — 211 221 x11 111x; Boletim Desportivo — 2x1 2x1 212 x1x2; O Comércio de Leixões — 211 2xx 1x1 1x11; Às 10 espere por nós — xx1 xx2 x11 2x22; Dos Fracos Não Reza a História — 12x x1x xxx x11x; Jornal da Graça — 111 111 111 1111; Miscelânea Musical — xx1 x22 2xx x22x; Montra do Êxito — 211 22x 2x2 1x11; Música e Desporto — 211 222 222 1xxx; Programa da Manhã — 211 x22 212 1222; Programa Sem Nome — x11 x21 21x 2x12; Quadrante Desportivo — 211 1x1 2xx 11x1; Quadrante Norte — 211 221 211 x111; Resenha Desportiva — 211 2xx 2xx 211x; Só Rádio — 111 111 111 1111; A Voz dos Ridículos — 211 221 211 11x1; Repórter do Dia — 211 221 212 x111.

	RESUMO			BOLAS			(a)
	1	X	2	1	X	2	
1. UNIÃO TOMAR-BELENENSES	10	25	39	2	4	6	
2. SETÚBAL-BRAGA	68	5	1	10	1	1	
3. GUIMARÃES-CUF	73	1	0	11	1	1	
4. ESTORIL-SPORTING	9	21	44	1	4	7	
5. ATLÉTICO-BOAVISTA	6	18	50	1	3	8	
6. BEIRA MAR-LEIXÕES	47	22	5	7	4	1	
7. PAREDES-CHAVES	19	22	33	3	4	5	
8. U.LAMAS-FAMALICÃO	44	25	5	7	4	1	
9. RÉGUA-PAÇOS FERREIRA	32	25	17	5	4	3	
10. ORIENTAL-PORTIMONENSE	41	25	8	7	4	1	
11. U.LEIRIA-OLHANENSE	53	15	6	9	2	1	
12. JUVENTUDE-BARREIRENSE	44	17	13	7	3	2	
13. U.SANTARÉM-PENICHE	42	20	12	7	3	2	

a) Nos termos do Artº. 10º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:

211 221 211 1111

Desporto

Stankovic: sopa à moda do Porto

Só um cego não queria ver: os deficientes resultados da turma de chutadores do F.C. Porto revelada, à saciedade, a carência de um técnico-estratego à altura dos pergaminhos da colectividade e, mais do que isso, de um treinador que soubesse dar coesão e força anímica a um punhado de executantes pagos a peso de ouro, e na verdade, de primeiríssimo plano no futebol português. Apontava-se a dedo a falência do jugoslavo Stankovic, por triste sinal o único estrangeiro que um concorrente ao nacional da 1.ª divisão persistia em ter ao serviço, lutando com todo o prestígio de um emblema contra a decisão do Sindicato de Treinadores, que sempre se recusou a tomar conhecimento da presença de Stankovic na nossa terra. O técnico, realmente muito infeliz em certas decisões tomadas (escolha de jogadores, ordenamento do «team», sábio aproveitamento do «plantel» e fraquíssima alteração dos planos de jogo em face do comportamento de qualquer parceiro de espectáculo) perdera, pouco a pouco, o mínimo de confiança da «massa associativa, que já não o poupava a enxovalhos de toda a ordem, arrastando o amontoado de jogadores para vaias que mais perturbavam o seu comportamento semanal.

Finalmente, colocado a nove pontos do seu rival local (o surpreendente Boavista: de Pedroto, o saudoso...) o F. C. Porto teve de descer do seu ponto de vista e despedir Stankovic, não se sabendo ainda, no momento em que esta edição do «D. L.» avança para as mãos do leitor, se a rescisão se processará em termos amigáveis ou acabará no foro judicial, ao lado de outros casos semelhantes e de bem recente memória... De facto (tal como salientámos por várias vezes), Stankovic não tem contrato oficializado pelo Sindicato: logo, qualquer compromisso de trabalho, rubricado pelo técnico de futebol e o clube das Antas, obedece somente no plano moral, que (diga-se) os dirigentes portistas querem cumprir escrupulosamente. Porém, fica no ar a pergunta: quanto terá custado, á tesouraria do F. C. Porto, a estranha e teimosa aventura da contratação de Stankovic, havendo em Portugal técnicos com valor suficiente para produzirem bom trabalho nos «azuis-brancos»?

Enfim: Stankovic já não manda nada, no futebol **portista**. Ontem, ainda assistiu ao treino dos colegas de Oliveira (com a Sanjoanense) mas os seus dias estavam contados. À noite, numa reunião directiva que se processou com toda a gerência do clube debruçada sobre o problema, o F. C. Porto deliberou dispensar Branko Stankovic das suas funções e entregar a continuidade do comando do grupo de futebolistas ao técnico Monteiro da Costa, que já trabalhava nas Antas embora exclusivamente com a incumbência de orientar as categorias inferiores, uma vez que o jugoslavo não quis (nunca) que Monteiro da Costa funcionasse como seu adjunto.

Por ironia, o homem que não servia para colaborador directo **virou** chefe absoluto. E falou, nesse aspecto, à Imprensa:

— **Já sabia da resolução directiva do F. C. Porto. Mais: previa-a.**

Acrescentou:

— **É uma honra servir sempre o F. C. Porto, embora tendo agora maior responsabilidade e preocupação. Mas, o trabalho nunca me afligiu. No ano passado, eu já substituira Aimoré Moreira. Bem sei que a situação não era idêntica, que estavamos muito melhor colocados e, evidentemente, a jogar bastante melhor. Todavia, veremos o que será possível ainda fazer, embora o final do campeonato venha a caminho.**

Comentando:

— **Creio que Stankovic foi, apenas e só, uma vítima dos imponderáveis do futebol.**

Por seu lado, o dirigente Alfredo Borges afirma:

— **Espero que Monteiro da Costa dê continuidade ao método de preparação física perfilhado por Stankovic.**

A respeito de outro estrangeiro das Antas:

— **Cubillas? Pois estamos muito satisfeitos com ele. Pode acontecer que consigamos revalidar o seu contrato: pelo menos, as conversações que temos tido nesse sentido encaminham para um bom desfecho o nosso desejo de continuar com Cubillas no «team» do F. C. Porto.**

Bom: Stankovic vai embora. Com ele (e não só...) gastaram-se uns largos centos de contos. Para quê? Porquê?

NEVES DE SOUSA

"Profissionalismo" no chuto: 97 jogos de suspensão...

Não se pode dizer que o último domingo tenha sido um dia de inteira disciplina no futebol: isto, a avaliar pela relação dos castigos ontem determinados pelo Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol que, no respeitante aos campeonatos nacionais das três divisões e no torneio de juniores, aplicou «apenas» 97 jogos de suspensão!

No que interessa à 1.ª divisão nacional, Bolota (União de Tomar) foi afastado da sua equipa por 3 jogos; Inácio (Sporting) vai ficar na baneada durante dois domingos e, com um jogo de suspensão, foram castigados Juvenal (Cuf), Inguilla (União de Tomar) e Eliseu (do Leixões).

Na 2.ª divisão nacional, Semedo (Oriental) vai andar afastado do «team» durante seis jogos Moura (Famalicão) sofreu um castigo de três jogos de suspensão.

No que concerne à 3.ª divisão nacional, o jogador Rijo (Elvense) ficará inactivo durante cinco jogos; é o castigo mais pesado aplicado aos jogadores deste escalão.

Quanto ao nacional de juniores, dois jogadores (Baptista e Semedo), ambos do Estrela de Portalegre, foram castigados com cinco jogos de suspensao.

Castigos ligeiros sofreram (ainda) os seguintes jogadores da 1.ª divisão: Baltasar (Atlético) repreensão por escrito e Simões (Porto), Caneira (Farense), Osvaldinho (Guimarães) e Sidon (Leixões) todos advertidos.

De acordo com o protocolo de intercâmbio desportivo Portugal-Roménia, deslocam-se hoje àquele país, para participarem nas provas da «Taça de Cristal-Indoor», os atletas José Carvalho, Joaquim Serra e Adília Silvério, que são acompanhados pelo dirigente Rodolfo Begonha. As provas decorrerão, nos próximos dias 31/1 e 1/2, na cidade de Bucareste.

Ainda de acordo com o mesmo protocolo visita-nos, entre 14 e 29 de Fevereiro próximo, um técnico romeno de andebol, que percorrerá vários pontos de Portugal, na orientação de cursos de formação permanente aos técnicos portugueses daquela modalidade. A progr m ç o das ac i idades do técnico romeno será da responsabilidade do sector da Formação de Quadros da D. G. D.

Também a nível oficial deslocam-se a Bucareste, no próximo dia 31, os técnicos da D.G.D. prof. Hélder Nobre Pontes e José Eduardo Cabral Cordovil, que vão estudar o desenvolvimento do desporto escolar na Roménia.

Águas de bacalhau: ainda não foi desta que o Sporting descobriu, em mercado brasileiro, **jogador-goleador**. Zesinho, que estava em Alvalade a fazer exame, teve um «chumbo» rotundo, voltando já para as doces praias da «cidade maravilhosa». Venha outro.

Aos 76 anos, vítima de uma trombose, faleceu «Cassiano» (Dâmaso da Encarnação), uma velha glória do futebol algarvio. Envergando a camisola do Olhanense e alinhando ao lado de outras vedetas do tempo (casos de Delfim e Raul de Figueiredo), «Cassiano» foi campeão de Portugal na temporada de 1924-25. O funeral de «Cassiano» realiza-se, ao fim da tarde de hoje, de Faro para o cemitério de Olhão.

Desporto na R.D.A.

Continuação da pág. 16

e para o constante aperfeiçoamento dos documentos e materiais de estudo.

A solidariedade praticada com os Estados anti-imperialistas da África, Ásia e América Latina é típica do carácter socialista da DHFK. Com a formação de professores de desporto, treinadores e funcionários desses países, a escola auxilia, de forma eficaz, a estruturação de uma cultura física nacional nesses jovens Estados. Desde 1958 que a DHFK formou 1100 treinadores, professores diplomados e cientistas do desporto, procedentes de 40 países em vias de desenvolvimento. A principal forma de concretização dessa solidariedade é o curso internacional de treinadores, que se realiza anualmente, desde 1964. Com este curso de oito meses de duração, responde-se às necessidades que esses Estados têm de formar, em curto prazo, treinadores com conhecimentos fundamentais da ciência do desporto. Desde 1974 que a DHFK oferece (também) a possibilidade de cursar estudos universitários adicionais. Com estes estudos, de um ano de duração, os cidadãos estrangeiros que tenham terminado a sua carreira universitária de professores de desporto e adquirido prática ao longo de vários anos de profissão, recebem uma preparação para, depois, virem a ser treinadores, quadros docentes ou dirigentes.

O balanco dos êxitos de 25 anos de actividade da DHFK inclui igualmente as múltiplas relações internacionais que esta escola mantém. A grande estima de que goza a DHFK relecte-se também no facto de os membros do corpo docente da escola serem eleitos para organismos internacionais de desportos e, ainda, convidados a colaborar com elas. Nos seus 25 anos de existência, a DHFK recebeu a visita de representantes governamentais, membros de diversas federações do desporto, organizações internacionais e nacionais do desporto, assim como de jornalistas procedentes de 80 Estados. (in «Panorama DDR»)

PUB

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

APOSTAS MÚTUAS DESPORTIVAS

TOTOBOLA

AVISO

Torna-se público que a partir do Concurso n.º 22, inclusive, O PRAZO LIMITE PARA ACEITAÇÃO DE APOSTAS NAS AGÊNCIAS DE **LISBOA E PORTO** TERMINA, em cada concurso, ÀS 24 HORAS **DE** CADA 6.ª FEIRA.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

COMUNICADO N.º 28 — DIRECÇÃO

CAMARADAS:

Muito se tem dito por quem represente o Ministério do Trabalho que se tem **que olhar pelos trabalhadores mais desfavorecidos**, que ganham ainda ORDENADOS DE MISÉRIA.

Os trabalhadores do sector de Lavandarias e Tinturarias, reunidos em plenário no passado dia 23 de Janeiro, para encontrarem soluções, a fim de seu grave problema ser **imediatamente** resolvido e que é a LUTA JUSTA, PELO SEU CONTRATO, perguntam ao Sr. Ministro do Trabalho o seguinte:

1.º — Será que os trabalhadores deste sector não estão incluídos nessa CLASSE DESFAVORECIDA?

2.º — Como se pode dizer que o 25 de Abril foi feito para proteger essas classes desfavorecidas, quando nós, trabalhadores das lavandarias e tinturarias, estamos ainda abrangidos por uma portaria de Agosto de 1971?

3.º — Então a vida de há cinco anos não aumentou para estes trabalhadores?

4.º — Sabemos que houve um ordenado nacional mínimo de **3300$00** e agora há um de **4000$00** mas para quem?

5.º — Temos o nosso primeiro contrato em negociações há um ano, como é possível ser este abrangido pelo congelamento?

6.º — Como é possível congelar vencimentos de 3300$00 e AINDA MENOS?

7.º — E o custo de vida aumenta como se tem verificado, COMO VAMOS VIVER? QUE VAMOS COMER? QUE VAMOS DAR DE COMER AOS NOSSOS FILHOS?

Pois houve um salário mínimo de 3300$00 para firmas com mais de 5 empregados. Há agora um salário mínimo de 4000$00 para firmas com menos de 10 empregados.

CONCLUSÃO: HÁ AINDA TRABALHADORES SEM O VENCIMENTO DE 3300$00 E MILHARES SEM O DE 4000$00, pois por exemplo no nosso sector 80% das firmas têm menos de dez empregados.

ASSIM EXIGEM OS TRABALHADORES QUE O MINISTÉRIO DO TRABALHO OBRIGUE A ASSOCIAÇÃO PATRONAL A SENTAR-SE À MESA NAS NEGOCIAÇÕES A FIM DE SER POSTO JÁ EM VIGOR AS CLÁUSULAS ACORDADAS ATÉ QUE SEJA DESCONGELADA A CONTRATAÇÃO POIS AINDA NOS É DEVIDO PARTE DAS FÉRIAS DE 1975 E O 13.º MÊS.

EM FRENTE PELO NOSSO CONTRATO!

NÃO AO CONGELAMENTO DE VENCIMENTOS DE MISÉRIA!

NÃO AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!

UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

LISBOA, 23/1/76.

PEL'A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA MARINHA MERCANTE AERONAVEGAÇÃO E PESCA

—x—

CONVOCATÓRIA PARA DELEGADOS SINDICAIS

SECTORES: AGENTES DE NAVEGAÇÃO E TRANSITÁRIOS

Conforme proposta aprovada em Plenário no dia 27 de Janeiro de 1976. Convocam-se todos os Delegados Sindicais, destes Sectores, para uma reunião a realizar no dia 30 de Janeiro de 1976 (Sexta-feira), às 19.00 horas, na Rua da Palma, 278-2.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — INFORMAÇÕES

2 — MEDIDAS A TOMAR FACE AO CONGELAMENTO DO C.C.T.

CAMARADAS:

Chama-se a atenção de todos os trabalhadores para que incentivem os seus Delegados Sindicais a comparecerem a esta reunião dado o grande interesse que o assunto requer.

EM FRENTE POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO! PELA LUTA! PELA UNIDADE! PELA VITÓRIA!

Lisboa, 28 de Janeiro de 1976.

A COMISSÃO DIRECTIVA

Geral

Reformados da Previdência

COIMBRA, 29 — Efectua-se no sábado, às 15 horas, no salão do I.N.A.T.E.L., em plenário da União dos Reformados da Previdência, a nível regional. Esta reunião visa dar conhecimento das decisões tomadas no plenário nacional, que decorreu em Lisboa, no passado dia 15, bem como do resultado das conversações que a Comissão de Delegados teve com o primeiro-ministro. Proceder-se-á ainda à eleição de novos elementos para a delegação distrital de Coimbra.

Torres Novas

Município ocupado pelos trabalhadores

TORRES NOVAS, 29 — Os órgãos representativos do poder popular do concelho mantêm-se firmes na disposição de impedir que a Comissão Administrativa da Câmara Municipal seja substituída. Contra a vontade dos trabalhadores das empresas do concelho e das comissões de moradores, o MAI nomeou uma nova comissão administrativa.

Na sequência da realização de vários plenários da assembleia popular, os trabalhadores do município ocuparam ontem o seu local de trabalho enquanto no exterior do edifício, se concentravam trabalhadores dos campos e das fábricas. Entretanto a C.A. demitida deslocou-se a Lisboa onde foi recebida pelo secretário do Ministério da Administração Interna e pelo chefe da Comissão de Inquérito ao 25 de Novembro.

A posição do MAI manifestou-se de certo modo ambigua, sem apontar claramente uma solução para se sair do impasse. O porta-voz do Ministério disse que «seria um caso a estudar» enquanto, por sua vez, o chefe da Comissão de Inquérito ao 25 de Novembro afirmou que se não fosse provada a culpabilidade da C.A. demitida esta voltaria ao exercício das suas funções.

Durante a noite decorreu uma reunião intercâmaras em Santarém na qual compareceram a nova C.A. e representantes da anterior. Os elementos da comissão nomeada puseram como condição para continuar na sala, que os membros da C.A. demitida saissem.

Os representantes das outras Câmaras do distrito, todavia, acharam que a C.A. demitida devia permanecer na reunião. Perante isto a nova comissão abandonou a sala.

O povo não arredou pé do local e assim se manteve durante todo o dia e a noite de ontem. A nova C.A. que tinha uma reunião marcada para as 16 horas não apareceu. Quem apareceu foi o comandante da PSP de Santarém a quem o governador civil deu ordem para evacuar a Câmara, pois corriam boatos de que o Município estava ocupado pelo povo. Como o comandante tivesse verificado, que nada disso se passava, depois de ter falado com os membros da comissão de trabalhadores do Município, retirou-se.

Tarouca: C.A. pede a demissão

. TAROUCA, 29 — A Comissão Administrativa do concelho, empossada em 15 de Maio de 1974, apresentou o seu pedido de demissão por incompatibilidade com as directrizes do Ministério dos Assuntos Sociais e da Junta Central das Casas do Povo. Afirma a C.A. através de um documento divulgado aos órgãos da Informação, «que não pode pactuar com manobras de gabinete e decisões arbitrárias tomadas contra a vontade expressa do povo».

Referindo-se ao trabalho desenvolvido ao longo de 20 meses a C.A. afirma que pensa ter cumprido o seu dever dentro das limitações de verbas a que estava sujeita. Num concelho, «onde a verba prevista para água e limpeza das ruas não excedia os 5 escudos e se dispõe para as obras e melhoramentos nas freguesias de uma verba orçamentada de 94$10 não se podem fazer milagres. Mesmo assim a Comissão Administrativa da Câmara de Tarouca deixa obras em curso no valor 52.535.000$00.

Ficaram concluídos vários projectos nomeadamente a electrificação geral do concelho, esgotos, caminhos, estradas, calcetamentos, abastecimentos de água, escolas primárias, parques infantis, campos de jogos, cemitérios, arruamentos de vilas e aldeias etc.»

Salienta ainda o documento que a C.A. sempre esteve « ao serviço das classes mais desfavorecidas, lutando revolucionariamente pela melhoria das condições de vida da gente do concelho de Tarouca.»

DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Continuação da pág. 8

plexidade do esquema de funcionamento da organização e da prática de operações a que ela se dedica exige um alto nível de planificação. Todo o agente deve ser altamente remunerado.

Tanto quanto se sabe, ainda, do comando fazem parte nomes sonoros como Alpoim Galvão e Sanches Osório. O primeiro superintende militarmente. O segundo encarrega-se da direcção política. A articulação entre, digamos, a parte política, e, a parte militar cabe a F. (Francisco?) Pessoa. Falta Spínola, mas é já do amplo domínio público que Spínola é, para a organização, uma espécie de «estandarte»: uma imagem e uma legenda para avaliar ou lançar publicitariamente o projecto, o que não quer dizer que Spínola venha a ser preterido caso o projecto se realize.

É deste comando (em Espanha, salvo Spínola, que tem viajado entre o Brasil e Espanha, passando pelos Estados Unidos, Canadá e vários países da Europa) — é deste comando que prevêm as indicações para as operações que os agentes devem executar.

As operações: atentados; à bomba, a tiro, por exemplo: sabotagens, coordenação de (ou interferência em) manifestações, reuniões plenárias. Além disto, uma actuação persistente no meio militar — meio vulnerável, como se sabe, melindroso.

Ministério da Administração Interna

Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos

COMISSÕES DE RECENSEAMENTO ELEITORAL

Lembra-se que **AS COMISSÕES DE RECENSEAMENTO DEVERÃO ESTAR CONSTITUÍDAS ATÉ DIA 30 DE JANEIRO** devendo os nomes dos componentes ser afixados nos lugares públicos de maior afluência, até à mesma data.

QUALQUER CIDADÃO OU PARTIDO POLÍTICO PODE EXPOR AO GOVERNADOR CIVIL, no prazo de **3 DIAS**, contados da afixação dos editais **AS RAZÕES,** que em seu entender, **DESACONSELHEM A ESCOLHA**, de qualquer dos designados.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado o vento soprava moderado de Sudoeste; caía neve em alguns locais e caía neve em algumas terras altas do Norte.

TEMPERATURAS EXTREMAS

MONTE ESTORIL
Máxima 13,5º

F.deC.RODRIGO
Mínima 07,6º

TEMPERATURAS NO ESTORIL
Água do Mar 12,8º
Atmosfera 7,0º

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H

PORTO	7º
P.DOURADAS	
COIMBRA	6º
PORTALEGRE	2º
LISBOA	9º
FARO	7º
FUNCHAL	12º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
2.43	3,9 m	8.36	1,1 m
15.14	3,7 m	20.49	1,1 m
Dia 30			
3.31	4,0 m	9.19	1,0 m
15.59	3,9 m	21.30	1,0 m
Dia 31			
4.14	4,2 m	9.57	0,9 m
16.39	3,9 m	22.06	0,9 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento moderado de Sudoeste rondando para Noroeste ao fim da tarde de hoje com rajadas durante a noite; períodos de chuva ou aguaceiros; queda de neve nas terras altas do Norte.

AMANHÃ

NASCER AS 8.45
OCASO AS 18.55

DIA 31 — DIA 8 — DIA 15 — DIA 22

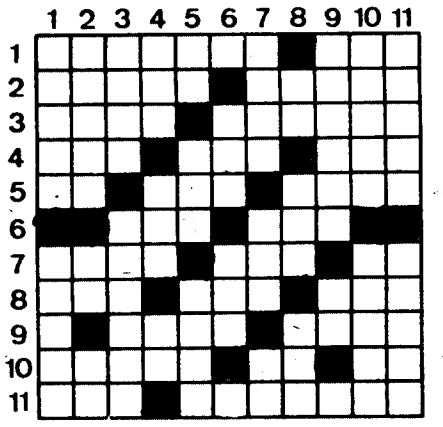
palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11282

HORIZONTAIS:

1 Desiguais. Mau cheiro.
2 Aguças. Funcionar.
3 Limpo. Limpara com areia.
4 Animal doméstico. Nome de jogo. Oceano.
5 Contracção a preposição a com artigo definido ou pronome demonstrativo as. A mais velha de determinadas mulheres. Plana.
6 Remate. Pêlos de certos animais.
7 Vento frio (pop.). Catedrais. Érbio (s.q.).
8 Estime. Pedras de moinho. Gavinha.
9 Vais para fora. Tempo do verbo ir.
10 Arrostar. Laço. Rádio (s.q.).
11 Fecho as asas para descer mais depressa. Redes de metal para colocar postais.



VERTICAIS:

1 Cunho. Falhas.
2 Aguças. Amónio (s.q.). Medida itinerária do Japão.
3 Raspo a terra. Ameno.
4 Animal doméstico. Distrito da antiga Índia Portuguesa. Autores.
5 Artigo definido. Um cento. Olha atentamente.
6 Arara. Isolados.
7 Curo. Vês. Em a.
8 Neon (s.q.). Chefe etíope. Cada uma das partes dissociadas pela corrente eléctrica.
9 Efeminas. Érbio (s.q.).
10 De altos preços. Prendera com elos.
11 Ave trepadora. Nome de flores.

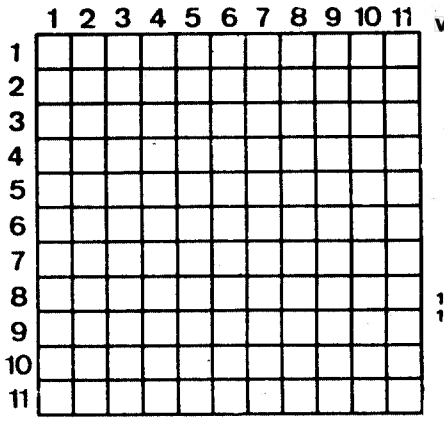
Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7442

HORIZONTAIS:

1 Invólucro. Freguesia do concelho de Lousada.
2 Combinar. Bando de animais.
3 Ladeira. Pronome demonstrativo.
4 Brisa. Amargo. Escândio (s.q.).
5 Pega.
6 Cidade da Roménia. Doméstica.
7 Arremessa. Assanha.
8 Ribombes. Tratamento dado às freiras.
9 Nesse lugar. Pronome pessoal.
10 Uma das Espórades. Navio. Designação genérica das plantas herbáceas.
11 Restos mortais. Tive tosse.



VERTICIAIS:

1 Rostos. Acometo.
2 Içar. Pátrios.
3 Anuência. Educo. Sua Santidade.
4 Cobertura. Pernadas de sobreiro.
5 Contracção da preposição so senhor.
6 Campeão. Nota musical.
7 Realizadas. Nome antigo da nota musical dó.
8 Alegria. Vazios.
9 Ofereces. Paixão. Césio (s.q.).
10 Estavas. Perfumes.
11 Mastiga sem engolir. Limpai metais.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11281

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Aspiram. MAL.	1 ANTES. Árias.
2 Ni. CASADO.	2 Sias. Item.
3 Tãa. Rer. Moa.	3 MORTO.
4 És. Cenoso.	4 Ia. Cóleo. Cr.
5 Mocotó.	5 Recalcara.
6 Iola. Al. Ul.	6 Aceno. Aa. Er.
7 Atrela. Ea.	7 Marota.
8 Retocaram.	8 Soltaria.
9 Imo. Rama.	9 Mano. Mato.
10 Crepitar.	10 Ado. Mar.
11 Surrar. Aoros.	11 Loas. Láparo.

PROVERBIO: Antes morto que mal casado

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7441

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Ruga. Cresta.	1 Ramal. Feras.
2 Ana. Moiro.	2 Unidas. Sena.
3 Mi. Fissil.	3 Ga. Ocos. Mor.
4 Adorai. Nata.	4 Fra. Ágata.
5 Açaram. Ror.	5 Miara. Ata.
6 Só. Um. Ca.	6 Cosia. Grama.
7 Sa. Gravar.	7 Ris. Muro. Oó.
8 És. Garona.	8 Erin. Manas.
9 Remata. Além.	9 Solar. Val.
10 Anotamos.	10 Toca. Ema.
11 Sara. Ao. Mar.	11 Ampararam.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO Q-1

TODA A NOITE

AJUDA
Mendes Gomes, C.da Ajuda, 222 (T.638256)
ALFAMA
Arnali, R.Escolas Gerais, 88-A (T.863940)
ALVALADE
Sanex, Av. da Igreja, 81-C (T.171505)
AVENIDA DA LIBERDADE
Nacional, R.do Salitre, 7 (T.46858)
BAIRRO ACTORES
Nobel, R.Actor Vale, 53 (à Fonte Monumental) (T.842152)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, P.Norte, 11-A (T.311216)
BENFICA
União, E.de Benfica, 592 (T.70092)
CAMPO DE OURIQUE
Porfírio, R.Francisco Metrass, 59-B (T.663349)
ESTEFÂNIA
Estefânia, R.Pascoal de Melo, 90 (T.44438)
LUMIAR
Central, R.do Lumiar, 77 (T.790480)
PENHA DE FRANÇA
Dimar, R.Conde de Monsaraz, 17-B (T.342533)
REGO
G.Silva, R.Francisco Tomás Costa, 3-C (T.771873)
SANTA CARATINA
Combro, C.do Combro, 78 (T.326059)
S.SEBASTIÃO DA PEDEIRA
Oliveira Viegas, R.Viriato, 29-A (próximo do Hotel Sheraton) (T.48966/553601)

TURNO Q-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALCÂNTARA
Nogueira, R.de Alcântara, 5A (T.637563)
ALVALADE
Rainha Santa, R.Afonso Lopes Vieira, 57-B (T.765262); **Celta**, R.Moura Girão, 23-B (T.710621); **João XXI**, Av. João XXI, 16-A (T.726462)
ARROIOS
Oriental, R.Alves Torgo, 2-B (em frente da Igreja de Arroios) (T.45079)
AREEIRO
Avenidas, Av. da República, 27-A (T.533688)
BAIXA
Valadas, R.da Madalena, 235 (T.872060)
CAMPOLIDE
Oliveira, R.de Campolide, 54-A (T.684424)
CARNIDE
J.Ribeiro, E.da Luz, 199-A (T.780969)
ESTRELA
Paivas e Raposo, R.de Santo António, 96 (T.665196)
PICHELEIRA
Mariuz, C.da Pichleira, 140-B/C (T.720703/128395)
OLIVAIS
Simão, R.Cidade de Cabinda, 16-A (T.310581)
XABREGAS
Salter, R.de Xabregas, 63 (T.281185)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. C.G.Guerra, 166 (T.2113953)
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (T.2432039). Toda a noite
OEIRAS
Central, R.Conde Ferreira, 29 (T.2430058). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204). Toda a noite
S.PEDRO DO ESTORIL
S.Pedro, R.9 de Abril, 24 (T.263052). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Ostende, R.de Espinho, 1 (T.260391). Toda a noite
CASCAIS
Cordeiro, Av. C.G.Guerra, 40 (T.280170). Até às 22 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P.28 de Maio, 3-A (T.935518); **Carmelo**, R.Elias Garcia, lote 28 (T.933303); **Helénica**, R.Elias Garcia, 2 (T.933613); **S.Jorge**, R.Pedro del Negro, 5, Reboleira (T.938703)
DAMAIA
Lemos, R.de Goa, 21-A (T.971121)
QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (T.950117)
CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T.2942181)
MEM MARTINS
Química, E.de Mem Martins, 285 (T.2910012)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Simões, Estefânia (T.2930832)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T.2766498)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)
BARREIRO
Avenida, Av. Alfredo da Silva, 88 (T.2073212)
COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues, L.5 de Outubro, 62 (T.270121)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Diogo, R.Almirante Reis, 50 (T.2310032)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Rosado Pinto, P.do Bocage (T.22488); **Nova**, R.General Gomes Freire (T.22052)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 8

ATÉ ÀS 22 HORAS

Canavarro, R.da Restauração, 53; **Padrão**, R.de Santo Ildefonso, 342; **Figueiredo, Ld.ª**, R. de Cedofeita, 125; **Parente**, R.das Flores, 114; **Sousa Soares**, R. de Santa Catarina, 141; **Vitória**, R.de S.Ro ue da Lameira, 756; **Sanil**, R. do Paraíso, 214

TODA A NOITE

Ramos, P. do Exército Libertador, 91; **Ferreira de Carvalho**, R.do Bonjardim, 354; **Constituição**, R.d Constituição, 93

COIMBRA

Baptista, P.da República, 9 (T.23747); **Estádio**, R.do Brasil, 348 (T.24410); **Miranda**, P.do Comércio, 41 (T.23261)

cinemas

CASTIL
T. 530194 — 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A REVOLUÇÃO SEXUAL
2.ª Semana
C/Laura Antonelli-Ricardo Cucciolla

IMPÉRIO
T. 555134 — 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
Jean-Louis Funtignont - Bernardete Lafonel
VERDADE INTERDITA
(defense de Savoir)

ROYAL
T. 865037 — 15.15 e 21.15
Int a menores de 18 anos
DURO NO DEVER... GALANTE NO AMOR

POLITEAMA
T. 326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Interdito a menores de 18 anos
METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO
6.ª Semana
O «Sexo» Anda em Escape Livre

VOX
T. 720808 — Estreia às 21.00
Não acons. men. 18 anos
UM FILHO POR ENCOMENDA
Uma história deliciosa

ROMA
T. 727778 — 15.30-18.30-21.15
Não acons. a menores de 18 anos
PAULO O QUENTE
2.ª Semana
Realização de Marco Vicário

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 — 14.00, 16.30, 19.00 21.15
Para todos M/6 anos
Walt Disney productions
UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO
A aventura para além da imaginação
14.ª Semana

EDEN
T.320768 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Int. a men. 18 anos
A ESTALAGEM DO PRAZER
3.ª Semana
Um filme de Alois Brummer

ODEON
T. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
10.ª Semana sensacional
A comédia de sexo e de pecado à solta
COMO CAÇAR UM MARIDO
Um festival malandrices «secretas»
Contém cenas eventualmente chocantes

APOLO 70
T. 763319 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
5.ª Semana
Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)
MATADOURO 5

CASINO ESTORIL
T. 26 4621 — 17.00 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
OBSESSÕES

S. JORGE
T. 54153/4 — Estreia às 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
«HARRY, O VIGARISTA»
James Cobun-Michael Serrazin

RESTELO
T. 610375 — 21.00
(Não acons. a men. de 13 anos
Trans. Europa Expresso
com Jean Louis Trintignant

AVIS
T. 47163 — 15.30, 18.30, 21.15
Para todos maiores de 6 anos
OS MALUCOS VÃO À GUERRA
10.º Semana
c/Les Charlots

D. JOÃO V — DAMAIA
Tel. 971794 — Às 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
TÃO SÉRIO COMO O PRAZER

ESTÚDIO
T. 555135 — 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A FILHA DO GUARDA DA PASSAGEM DE NÍVEL

ESTÚDIO 444
T. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h
Interdito a menores 18 anos
O RALLY DAS GOZONAS
Este filme contem cenas event. chocantes
5.ª Semana

CARLOS MANUEL — SINTRA
Tel. 2930394 — 21.00
Não acons. men. de 13 anos
...E CONTINUAVAM A CHAMAR-LHE FILHO DA...

UNIVERSAL
T. 774402 — 17 e 21 h
Para todos
QUE VIVA MÉXICO E VIVA CUBA
15.00, 19.00, 23.00
Não acons. men. 13 anos
A GREVE

CONDES
T. 322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. men. 18 anos
Colorido
FRNCH CONVECTION N.º 2
c/ Gene Hackman
O melhor cinema americano

BERNA
T. 776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Charles Bronson
O JUSTICEIRO DA NOITE
Um filme de Michael Winner
Em 12.ª Semana

LONDRES
T. 801313 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
BREVE ENCONTRO
Com Sophia Loren, Richard Burton
Colorido
4.ª Semana

ROXY
T. 48560 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EMILIENNE
Com Betty Mars, Nathalie Gurin
Colorido
AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI
T. 570590 — 15.00, 18.00, 21.00
Não acons. men. 18 anos
SONHO DE AMOR
List a sua música e os seus amores
Um filme de Marton Keleti
3.ª Semana

ALVALADE
T. 897480 — 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. m. 13 anos
O EXPRESSO DE VON RYAN
c/ Franck Sinatra e Trevor Howard

PATHÉ
T. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Int. a men. de 18 anos
A ESTALAGEM DO PRAZER
um filme de Alois Brunmer
3.ª Semana

NIMAS
T. 574362 — 15.00, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
PAULO O QUENTE
c/ Giancarlo Giannini e Rossana Podesta Real. Marco Vicário

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»
COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força Força Camarada Zé»
MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»
A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»
MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»
CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.30 (13 anos)
«Margarida e o Mestre»
CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Os Prazeres do Vigário2
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Violência do Leopardo»
PARIS
21.00 (18 anos)
«O Homem Lei»
S.LUIZ
21.15 (13 anos)
«Bernilde ou a Virgem Mãe»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Decameron»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«A Última Golpada»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Um Homem Livre»
IDEAL
21.15 (18 anos)
«Dias de Perigo»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«A Escapadela»
PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«Os Ambiciosos Também Morrem»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«O Campeão dos Boxeurs»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Os Dois Bombeiros»
ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«Butch Cassidy and the Sundance Kid»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Nós as Mulheres Somos Assim»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (13 anos)
«Uma Escrava é um Descanso»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Lisboa Acordou»

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aáinf»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«As Confidências de um Leito Muito Acolhedor»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (10 anos)
«Odisseia no Espaço»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Cio»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«O Gato, o Medo, o Rato, e o Amor»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Mete o teu diabo no meu Inferno»
RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Sou Curiosa»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (13 anos)
«Taras Bulba»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Paul e Michele-Amigos e amantes»
TRINDADE
21.15 (18 ano)
«Um Filme Doce»
JÚLIO DINIS
21.15 (13 anos)
«A Queda no Abismo»

COIMBRA

S.TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«A Virgem e o Cigano»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Isabella Duquesa do Diabo»
AVENIDA
21.15 (13 anos)
«O Gato, o Rato, o Medo e o Amor»
GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«Tarzoon a Vergonhada Selva»

rádio

1.º Programa

18.00 Música portuguesa
18.30 Temas sobre a condição de retornado
19.05 A criança, programa do Emissor Regional de Coimbra
19.35 Música variada
20.00 Jornal da noite
20.30 Orquestras
21.00 A economia portuguesa — a economia no nosso dia a dia, por Abílio Diniz Silva — painel da noite
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite
02.00 Música na noite

Programa Provisório

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), 290-13 m 1034 KHz e 186 m — 1954 KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), 97,4 e 99,4 MHz

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), 233.2 m 1286 KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), 93.2 MHz

BARES • BOITES
Restaurantes Típicos
DANCINGS

NINA Dancing com atracções Rua Paiva de Andrade, 7-13 T.elef. 364859/368197. Tina, Stripteaseuse

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais T. 261461/164526/264596/264621/264946

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 65431/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUIZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 328271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Kaunda receoso

Estado de emergência na Zâmbia

. LUSAKA, 29 — (R.) — A Zâmbia acha-se hoje sob rigoroso estado de emergência enquanto o Governo do presidente Kenneth Kaunda age para enfrentar perigos representados pela guerra na vizinha Angola, subversão estrangeira e uma economia periclitante.

A situação incerta no sul, na Rodésia, governada por brancos, é outro problema, declarou ontem, à noite, ao país o dr. Kaunda, de 51 anos, quando preveniu os seus compatriotas que ia assumir poderes de emergência.

«O Governo, disse, pretende estar em posição de combater quaisquer iniciativas para destruir o nosso país.»

. Havia provas, notou o presidente, de grande subversão interna feita por estrangeiros.

Às primeiras horas de hoje não havia qualquer indício de actividade especial por parte das forças de segurança zambianas em Lusaka e nada se sabia acerca de prisões.

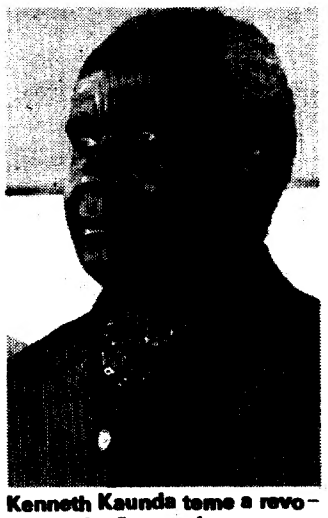
Os quatro milhões de zambianos, surpreendidos com a medida do Governo, aguardam.

O estado de excepção dá ao Governo poderes para ignorar alguns direitos e liberdades constitucionais.

A Zâmbia, um vasto país geograficamente cercado por terra, situado em pleno coração da África Central, é um dos maiores produtores mundiais de cobre.

Contudo, o preço do metal é agora baixo nos mercados mundiais e o presidente afirmou ontem, à noite, que a Zâmbia defronta graves problemas económicos.

Discursando pela Rádio e pela Televisão, o presidente Kaunda declarou: «Nós, como nação, temos de nos preparar para o pior. Estamos em guerra, que não haja engapos. Há interferência estrangeira no nosso país».



Kenneth Kaunda teme a revolução angolana

Em referência à guerra civil angolana, afirmou: «Um tigre saqueador e os seus filhotes estão a entrar pela porta das traseiras. Os efeitos da intervenção estrangeira estão agora a ser sentidos na Zâmbia».

O presidente Kaunda acusou um número indeterminado de estrangeiros e pessoas financiadas por estrangeiros de se infiltrarem na Zâmbia.

«Bandos armados não identificados estão a percorrer o país, disse, e em resultado disso a força policial zambiana está a ser reforçada.

Há estrangeiros ou zambianos trabalhando separadamente ou em colaboração para se infiltrarem em instituições responsáveis pela produção e distribuição de alimentos, matérias-primas e serviços — acentuou.

Estudantes da Universidade da Zâmbia, em Lusaka, efectuaram recentemente grandes manifestações em apoio do M.P.L.A. Um comunicado dos estudantes acusava o presidente Kaunda de «traição criminosa».

Ofensiva das F.A.P.L.A.

Iminente a libertação do Huambo

Parece iminente a libertação de Huambo (ex-Nova Lisboa), auto proclamada pela U.N.I.T.A. como sua capital administrativa. As F.A.P.L.A. — braço armado do M.P.L.A. — encontram-se a menos de 60 quilómetros da cidade, que está a ser evacuada. Embora não haja qualquer comunicado oficial sobre a ofensiva do M.P.L.A., notícias chegadas a Luanda indicam que batedores das F.A.P.L.A. teriam já entrado em confronto com soldados da U.N.I.T.A. nos subúrbios de Huambo. Sabe-se que o grosso da coluna atacante ultrapassou o importante nó rodoviário do Alto Hama, que abre simultaneamente o caminho para Silva Porto, cidade para onde a U.N.I.T.A. transferiu o seu Quartel-General.

No litoral sul, as F.A.P.L.A., apoiadas por unidades blindadas, avançam rapidamente em direcção ao Lobito e Benguela, sem encontrarem resistência. Controlando Teixeira de Sousa, no extremo leste da linha dos Caminhos de Ferro de Benguela, o M.P.L.A. prepara agora a libertação dos restantes pontos da via férrea, de forma a assegurar o seu completo domínio. Estas vitórias do M.P.L.A., que garantem o fim próximo dos movimentos rivais, está na origem do estado de emergência decretado na Zâmbia (ver esta mesma página), para quem o Caminho de Ferro de Benguela tem importância vital.

APROXIMA-SE A VITÓRIA TOTAL

Depois do aniquilamento no norte, dos exércitos da F.N.L.A. e do Zaire, todas as defesas militares da U.N.I.T.A., no centro, estão agora em vias de ser destroçadas, restando apenas no sul, as forças sul-africanas que, todavia, continuam a recuar, sendo provável que tenham abandonado a defesa do Caminho de Ferro de Benguela e optado por um reagrupamento junto ao ramal ferroviário de Cassinga-Moçâmedes.

Em todo o centro do país, autoproclamado por Savimbi como um bastião inexpugnável da U.N.I.T.A., a ofensiva das F.A.P.L.A. força o inimigo à retirada. Savimbi admitiu já a derrota ao afirmar que ao seu movimento resta agora o recurso à guerrilha anti-M.P.L.A., sua tendência natural, já que, ao longo da guerra colonial, foi apenas contra os patriotas angolanos que ela se dirigiu e não contra os Exércitos opressores.

Mercenários brancos, que estão a ser recrutados à pressa na Europa, não parecem constituir força bastante para alterar a situação. Ontem, um avião «charter», da Sabena, partiu do aeroporto de Bruxelas transportando 96 mercenários de origem britânica, recrutados pela F.N.L.A. O grupo seguiu para Kinshasa, onde se juntará aos «conselheiros» militares chineses que treinam os homens de Holden Roberto.

FORD NÃO DESISTE

Correspondendo a recentes declarações de Kissinger, que afirmou que a administração americana, apesar da oposição do Congresso, ainda não admitiu a sua derrota em Angola, o presidente Ford pensa submeter aos órgãos do legislativo um novo pedido de assistência militar para os movimentos angolanos anti-M.P.L.A. Segundo um informador da Casa Branca, Ford está convencido de que, desta segunda vez, conseguirá persuadir os senadores norte-americanos a apoiarem a sua política intervencionista. A nova tentativa será conduzida, a partir de hoje, pelo secretário de Estado Henry Kissinger, ao iniciar o seu depoimento perante a subcomissão senatorial para África. Segundo se crê, Kissinger tentará contornar a oposição dos senadores, propondo que, em vez de fundos consignados à C.I.A., sejam atribuídas certas verbas directamente à F.N.L.A. e à UNITA como forma de obstar ao que classifica como «crescente influência soviética em Angola».

Apoiando esta ofensiva política de Ford, o militar americano de mais alta patente declarou ontem que a Turquia, Marrocos e Portugal duvidavam do valor dos Estados Unidos como aliado devido à recusa do Congresso em autorizar novo auxílio às forças pró-ocidentais em Angola.

O general George Brown, chefe do Estado-Maior Conjunto, declarou à comissão das Forças Armadas da Câmara dos Representantes que aqueles países indicaram que «terão de rever o modo como olham para os Estados Unidos» após o Senado ter votado, em 19 de Dezembro, a suspensão de novo auxílio a Angola.

A revelação de Brown segue-se a advertências da administração Ford de que a recusa em auxílio as facções angolanas podia minar a posição dos Estados Unidos aos olhos dos seus aliados.

Em Capolo, perto de Silva Porto, a U.N.I.T.A. procura formar quadros militares para suster a ofensiva das F.A.P.L.A. no Sul

Timor-Leste

Impasse na missão da O.N.U.

JACARTA, 29 — (AP/ANOP) — O Governo Provisório pró-indonésio de Timor-Leste rejeitou um pedido do enviado especial das Nações Unidas, Vittorio Guicciardi, para visitar as zonas ainda controladas pela Fretilin porque tal visita seria «demasiado arriscada», afirmou o ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik.

«Mesmo que o pedido fosse aceite e fornecêssemos os aviões necessários», acentuou o ministro, «nenhum piloto se atreveria a levar o enviado até essas zonas».

Depois de reafirmar que a Indonésia jamais levantou quaisquer obstáculos à visita de Guicciardi, Malik afirmou que o enviado da O. N. U. «regressa hoje a Nova Iorque sem voltar a Timor».

Entretanto, José Ramos Horta, da Fretilin, acusou hoje a Austrália de «traição criminosa», a propósito da sua posição em relação a Timor. O secretário das Relações Externas da Fretilin, que falava à Imprensa no aeroporto de Sydney, vindo de Lisboa e Pequim, pronunciou-se pelo restabelecimento das facilidades de comunicação, em Darwin, para a Fretilin.

Ramos Horta declarou que a Fretilin poderia continuar eficazmente a bater-se contra as tropas indonésias. O responsável da Fretilin espera encontrar-se esta semana em Camberra com o primeiro-ministro australiano, Fraser, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Peacock.

NOTA OFICIOSA

Entretanto foi divulgada a seguinte nota oficiosa:

«Na sequência da sua visita a Timor encontra-se em Jacarta o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, embaixador Guicciardi, após uma estadia de três dias em Timor, onde visitou alguns locais sob controlo dos partidos pró-indonésios, não lhe tendo sido possível estabelecer contacto com os dirigentes da Fretilin.

No âmbito da colaboração que lhe foi oferecida pelo Governo português aquando da sua passagem por Lisboa, oportunamente noticiada, foi agora solicitada pela ONU a concessão das seguintes facidades:

— Autorização para utilização por delegados da Fretilin em Darwin, dos meios rádio da corveta portuguesa ali presente, com a finalidade de obter as necessárias garantias de segurança, por parte da Fretilin, bem como concertar os pormenores do encontro;

— transporte numa das corvetas portuguesas do representante especial, embaixador Guicciardi, à costa sul de Timor, a fim de materializar os contactos com os dirigentes da Fretilin, caso não venha a viabilizar-se a sua ida, via aérea, a partir da Indonésia.

Assim, e de acordo com o compromisso então assumido e com o espírito de cooperar no desempenho da missão do representante especial, o Governo português publicamente manifestou, foi imediatamente informada a ONU da concordância de Portugal em proporcionar as facilidades solicitadas».

Moçambique

Não têm qualquer fundamento notícias alarmistas sobre políticos

São infundadas as notícias ultimamente postas a circular em Portugal sobre uma alegada deterioração da situação em Moçambique.

Fontes portuguesas, em Lourenço Marques, contactadas pelo «D.L.», dão indicações claras e seguras sobre uma acentuada melhoria da situação dos estrangeiros, nomeadamente dos residentes portugueses, depois da depuração de elementos reaccionários dos quadros das forças populares, ocorrida após os acontecimentos de 17 de Dezembro.

Com a questão da descolonização em vias de ser manipulada com intuitos eleitoralistas por alguns partidos portugueses, a campanha que se tenta conduzir contra a Frelimo reveste de pormenores completamente falsos, como é o caso de notícias hoje vindas a lume no matutino «O Dia».

Aquele alude a figuras de primeiro plano na vida moçambicana como «tendo desaparecido da cena política», mencionando, nomeadamente, Armando Guebuza, Cara Alegre Tembe (e não Tende) e Cangela de Mendonça (e não Cancela). Indica ainda, baseando em «círculos internacionais», o desaparecimento de José Luís Cabaço e o internamento, numa clínica psiquiátrica, de Janette Mondlane, viúva do primeiro presidente da Frelimo.

Quanto aos três primeiros, Armando Guebuza, membro do Comité Central e Comissário Político Nacional da Frelimo, continua a desempenhar as funções de ministro da Administração Interna no actual Governo moçambicano, sendo uma das figuras de maior destaque do Partido e extremamente próxima do presidente Samora Machel; Cara Alegre Tembe, mantém-se como comandante provincial das Forças Populares em Manica, sendo de destacar que foi um dos impulsionadores da recente depuração nos quadros das F.A.L.M. e dos órgãos de base do partido, cuja corrupção e colaboração com forças reaccionárias denunciou, pública e repetidamente; finalmente, Cangela de Mendonça, que nunca foi comandante da Polícia da Beira, como indica «O Dia», mas governador daquela província, desempenha funções importantes no actual Ministério dos Negócios Estrangeiros, dirigido por Joaquim Chissano.

Quanto a José Luís Cabaço, que nunca foi ministro no Governo de Transição mas apenas após a independência, chefiando a pasta dos Transportes e Comunicações, o infundado da notícia em questão é confirmado por contacto telefónico que com o mesmo pudemos fazer há dois dias (terá a notícia ligação com o facto de Cabaço ser o responsável pela posição de Moçambique face às relações aeronáuticas com Portugal?). Finalmente, Janette Mondlane, gravemente afectada após o assassinato do seu marido pela P.I.D.E., recebe tratamento aos nervos com frequência, o que já ocorria mesmo nos duros tempos de luta de libertação nacional. Recebeu tratamento, há cerca de 4 meses, não numa clínica psiquiátrica, que não existem em Moçambique, mas no centro psiquiátrico do Hospital Popular de Lourenço Marques, tendo tido alta há mais de três meses.

ULTIMATO DOS PESCADORES

. LONDRES, 29 — (F.P.) — **Os pescadores ingleses ao largo da Islândia deram até ao meio-dia de hoje um prazo ao Governo de Harold Wilson para enviar para o local navios de protecção da Royal Navy, senão abandonariam a zona.**